LAURINDA ALVES . RUI RAMOS . LUCIANO AMARAL . CARLA HILÁRIO QUEVEDO . JOÃO PEREIRA COUTINHO
VÍTOR CUNHA . PEDRO BOUCHERIE MENDES . MANUEL FALCÃO . PAULO TUNHAS . BRUNO CARDOSO REIS
HENRIQUE RAPOSO . JOÃO PEDRO MARQUES . BERNARDO PIRES DE LIMA . RITA BARATA SILVÉRIO
JOÃO MIRANDA . NUNO GAROUPA . TIAGO MOREIRA DE SÁ . ANDRÉ AZEVEDO ALVES . HENRIQUE BURNAY

Atlântico

26

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATES . ANO 3 . **MAIO 2007** . 4 €

O BLOGUE QUE MORDEU O PRIMEIRO-MINISTRO

PÁG. 12

"ELES DEVEM ESTAR LOUCOS"

HENRY KISSINGER E O 25 DE ABRIL

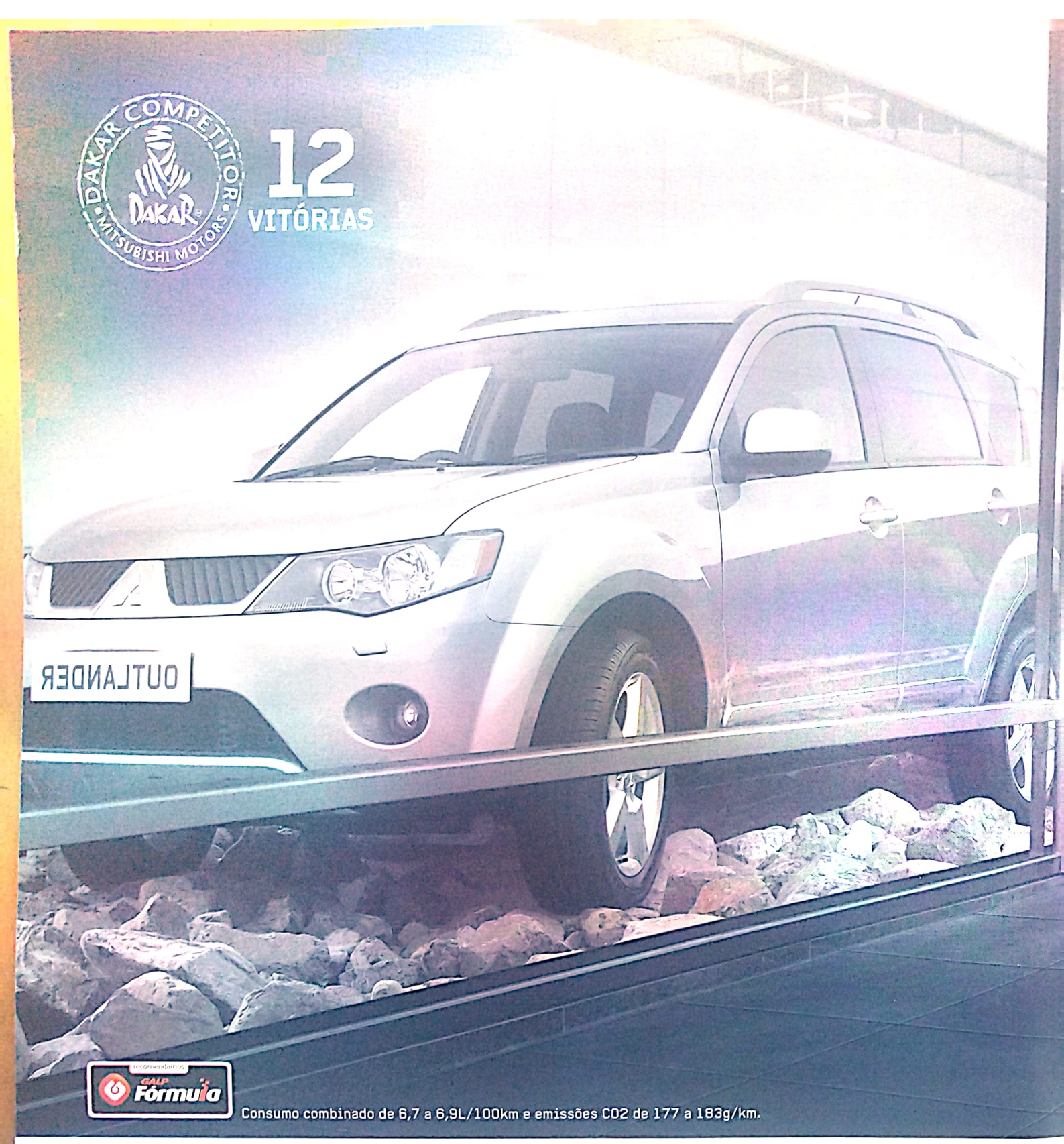
PÁG. 20

MIGUEL PORTAS *LOVES* HEZBOLLAH

PÁG. 46

00026

5 601073 094191



Consumo combinado de 6,7 a 6,9L/100km e emissões CO2 de 177 a 183g/km.

OUTLANDER. O REFLEXO

O novo Outlander é o mais recente descendente da família Mitsubishi 4X4, vencedora por 12 vezes do mítico Dakar. Capaz de se aventurar fora de estrada graças ao sistema de tracção AWC, o novo Outlander é no entanto muito mais que um fantástico 4x4. É também um veículo familiar de 7 lugares, oferecendo um

www.mitsubishi-motors.pt

OUTLANDER
DA COMPETIÇÃO.
espaço interior fantástico mais próprio de um monovolume. O seu baixo centro de gravidade, garante o comportamento em curva de um desportivo e o motor Diesel de Injecção Directa de 140 CV, a economia de um compacto.
Novo Mitsubishi Outlander.
As vitórias na competição reflectem-se no seu dia-a-dia.
MITSUBISHI MOTORS

Atlântico

nº. 26 . ATLÂNTICO . MAIO 2007

EDITORIAL
5. DO PORTUGAL PROFUNDO
POR PAULO PINTO MASCARENHAS

RÁPIDAS
6. NOTAS DISPERSAS

O CARTOON
8. O SÓCRATES POR LUCY PEPPER E ALEXANDRE BORGES

O DIÁRIO
10. OBRIGADA, JOANA POR LAURINDA ALVES

TEMA DE CAPA
12. O BLOGUE QUE MORDEU O PRIMEIRO-MINISTRO
POR PAULO BARRIGA

OPINIÃO DA CASA
15. LÁ VAMOS NÓS OUTRA VEZ
POR LUCIANO AMARAL

ANÁLISE
16. CASAS DE PORTUGAL POR RUI RAMOS

SPEAKEASY
19. VIAGENS POR JOÃO PEREIRA COUTINHO

ENSAIO
20. OS EUA E A REVOLUÇÃO DE SPÍNOLA
POR TIAGO MOREIRA DE SÁ

À ESQUERDA
24. O FUTURO DA DIVISÃO ENTRE ESQUERDA E DIREITA
POR BRUNO CARDOSO REIS

POLÉMICA
26. OS CATÓLICOS E O ESTADO LAICO
POR ADOLFO MESQUITA NUNES E ANDRÉ ABRANTES AMARAL

SEM TÍTULO
29. A OTA E A COISA
POR VITOR CUNHA

PROVOCAÇÕES LIBERAIS
30. ABRIR O CAMINHO
POR GONÇALO REIS

INTERNACIONAL
32. PRESO POR UM BLOGUE POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES

CORRESPONDENTES DE GUERRA
34. COUVE-DE-BRUXELAS POR HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS
35. HOLA MADRID! POR NUNO GAROUPA EM MADRID
36. LONDON CALLING POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES
37. PASSAGEM PARA A ÍNDIA POR CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI
38. CAPUT MUNDI POR SÉRGIO H. COIMBRA EM WASHINGTON

IN PARTIBUS
39. TER OPINIÕES POR PAULO TUNHAS

EDUCAÇÃO
40. A EUROPA E OS NOVOS MANUAIS POR JOÃO PEDRO MARQUES

NEM MARTE, NEM VÉNUS
42. ÁFRICA BOA, ÁFRICA MÁ?

PONTO DE VISTA
43. DO JORNALISMO DE SARJETA POR PEDRO BOUCHERIE MENDES

MEMORANDO
44. PARA O MINISTRO ANTÓNIO COSTA

O CÉPTICO
45. LICÕES DA INDEPENDENTE POR JOÃO MIRANDA

CRÍTICA
46. MIGUEL PORTAS *LOVES* HEZBOLLAH?
POR DAVID OPPENHEIMER

GOSTOS
50. LIVROS POR FRANCISCO SERRANO, BRUNO VIEIRA AMARAL E BERNARDO PIRES DE LIMA
54. O ALFARRABISTA POR HENRIQUE RAPOSO
55. FILMES POR ALEXANDRE BORGES
57. DISCOS POR RICARDO GROSS
58. ARTES POR FÁTIMA VIEIRA
59. HUMILHADOS E OFENDIDOS POR ALEXANDRE SOARES SILVA
62. ROTEIRO ATLÂNTICO POR ALAÍDE COSTA

64. DESTE MUNDO E DO OUTRO

EU HOJE ACORDEI ASSIM
67. TWILIGHT BLOGUE POR CARLA HILÁRIO QUEVEDO

MULHERES À SOLTA
69. AS BRIGADAS DOS AMIGOS DAS MULHERES POR RITA BARATA SILVÉRIO

SENTADOS NO SOFÁ
73. O TIRO NO PÉ POR MANUEL FALCÃO

CARTOON
74. FORAM-SE OS ANÉIS POR JOSÉ NUNES

EDITORIAL

PAULO PINTO MASCARENHAS

Do Portugal Profundo

Para se poder exprimir a verdade, é preciso ser livre. A frase de Raymond Aron ganha hoje estranha actualidade em Portugal. Mais de trinta anos depois do 25 de Abril, a plena institucionalização de uma democracia liberal está ainda por concretizar no que diz respeito à liberdade de expressão. O que se traduz no modo como o governo e o partido no poder reagiram às investigações ao curso de engenharia de José Sócrates. Iniciadas em 2005 no blogue Do Portugal Profundo (ver pp. 12, 13 e 14), ganharam repercussão nacional dois anos depois através dos jornais. O evidente mal-estar e as tentativas de silenciamento das sucessivas notícias incómodas, pela voz do próprio primeiro-ministro, comprovam o difícil relacionamento do poder político com a liberdade de informar.

Não é que no plano formal das leis e dos regulamentos a liberdade de imprensa esteja em perigo imediato. Apesar do dr. Augusto Santos Silva – o ministro que tutela a comunicação social – e do histórico desvelo socialista pela criação de comissões e entidades de controlo governamental, como a bizarra Entidade Reguladora para a Comunicação Social, ou da atribuição de novos poderes à burocrática Comissão para a Carteira. Mas se isto se regista no plano formal das leis, o mais grave sucede no plano informal da cultura política dominante. A fragilidade da cultura política democrática explica o sectarismo de um poder político que não sabe lidar com as críticas e não suporta ser sujeito ao escrutínio dos jornalistas. A indisfarçável intolerância pode resultar da formação dos políticos em questão, muitos deles educados nos bancos de escolas ideológicas de natureza autoritária e totalitária, antes e depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

Como escreveu Vasco Pulido Valente, num texto notável impresso no *Público* de 15 de Abril, Augusto Santos Silva começou «a sua aprendizagem política nos Comités Liceais de um pequeno bando trotskista». Mais: «gostava muito de Trotsky até descobrir que ele tinha massacrado os marinheiros de Kronstadt». A restante carreira, dissecada por VPV, fala pelo perfil do ministro que diz pretender acabar com o que chama de "jornalismo de sarjeta" – leia-se, incómodo.

Um dos argumentos utilizados para que não se insista na publicação de notícias sobre o curso de Sócrates tem reminiscências da velha máxima salazarista: "nada contra a nação, tudo pela nação." Políticos e até jornalistas afirmam que se devem desvalorizar as dúvidas sobre o currículo do primeiro-ministro em nome das "inadiáveis reformas". Esquecem porventura o seguinte: o que está em causa é precisamente a credibilidade da pessoa que as prometeu concretizar.

O súbito patriotismo de alguns recorda, uma vez mais, outros tempos. Desta vez, os do marcellismo, quando o Presidente do Conselho que sucedeu a Oliveira Salazar defendia que a modernização e o desenvolvimento tinham ordem de precedência sobre a liberdade e o pluralismo de opiniões. É esta perigosa inversão das prioridades e dos valores da democracia que se revela muito mais preocupante que a "vitória" de ditadores defuntos em inofensivos programas de televisão. ■

Atlântico

DIRECTOR:
PAULO PINTO MASCARENHAS
paulopintomascarenhas@gmail.com

CONSELHO EXECUTIVO:
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
LUCIANO AMARAL
RUI RAMOS
VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL:
ANDRÉ AZEVEDO ALVES
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
CONSTANÇA CUNHA E SÁ
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL
LEONARDO MATHIAS
LOURENÇO LUCENA
LUCIANO AMARAL
M. FÁTIMA BONIFÁCIO
MANUEL FALCÃO
MIGUEL MONJARDINO
NUNO GAROUPA
PAULO P. MASCARENHAS
PAULO TUNHAS
PEDRO FERRAZ DA COSTA
PEDRO LOMBA
PEDRO MARQUES LOPES
RUI RAMOS
VASCO RATO
VÍTOR CUNHA

EDIÇÃO:
BERNARDO PIRES DE LIMA E HENRIQUE RAPOSO

REVISÃO:
PATRÍCIA ROSAS

COLABORAM NESTE NÚMERO:
ADOLFO MESQUITA NUNES, ALAIDE COSTA, ALEXANDRE BORGES, ALEXANDRE SOARES SILVA, ANDRÉ ABRANTES AMARAL, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO ALVES, BRUNO VIEIRA AMARAL, CARLA HILÁRIO QUEVEDO, CONSTANTINO XAVIER, DAVID LOURENÇO MESTRE, DAVID OFFENHEIMER, FÁTIMA VIEIRA, FRANCISCO MENDES DA SILVA, FRANCISCO SERRANO, GONÇALO REIS, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, JOÃO MIRANDA, JOÃO MOREIRA DE SÁ, JOÃO PEDRO MARQUES, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JORGE MADEIRA, JORGE REIS-SÁ, JOSÉ NUNES, LAURA ARREU CRAVO, LAURINDA ALVES, LUCIANO AMARAL, MANUEL FALCÃO, MIRIAM ASSOR, NUNO GAROUPA, PAULO BARRIGA, PAULO TUNHAS, PEDRO BOUCHERIE MENDES, PEDRO MARQUES LOPES, RITA BARATA SILVÉRIO, RICARDO GROSS, RODRIGO MOTA DE DEUS, RUI RAMOS, SÉRGIO H. COIMBRA, TIAGO CAVACO, TIAGO MOREIRA DE SÁ E VÍTOR CUNHA

ILUSTRAÇÃO:
LUCY PEPPER

TEXTOS DOS CARTOONS:
JOÃO MOREIRA DE SÁ (arcebispodecantuaria.blogspot.com)

PROJECTO GRÁFICO:
WWW.BLUG.PT

DIRECTOR DE PUBLICIDADE:
JORGE REIS
jorgereis.pub1@sapo.pt
TM: 917585110
TEL: 21 392 8862
FAX: 213956739

EDIÇÃO ONLINE:
TEL: 21 392 88 62
pprm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE Nº 507594924

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA, LDA

PAGINAÇÃO: ESTÚDIO GRÁFICO SERAFIM S. SERRANO, Lda
Rua Ary dos Santos, Lote 106 - Serra das Minas - 2635-411 Rio de Mouro

IMPRESSÃO: PRINTER PORTUGUESA – Indústria Gráfica, Lda
Edifício Printer - Estrada de Casais de Mem Martins - 2635-448 Rio de Mouro

DISTRIBUIÇÃO: LOGISTA PORTUGAL, DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES S.A.
R. REPÚBLICA DA COREIA, Nº 34, RANHOLAS, 2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

apct
MEMBRO DA APCT

NOTAS DISPERSAS

TODOS MAUS RAPAZES

A Al-Qaeda voltou a atacar. Repete Casablanca e escolhe Argel para matar 33 pessoas. Para os mais distraídos ou para aqueles que sugerem que o Ocidente tem o exclusivo da raiva totalitária do terrorismo islâmico, relembramos apenas que a maioria dos ataques pós-11 de Setembro se deram fora do espaço euro-atlântico. Todo e qualquer país que proceda a reformas políticas no caminho da secularização do Estado, do respeito pelos direitos humanos, rejeite liminarmente a *sharia* e tenha assumido um conjunto de compromissos com países ocidentais torna-se um alvo apetecido do terrrorismo islâmico. Exemplos: Marrocos e Argélia. A provar que não escolhem nacionalidades. A sublinhar a sua natureza política totalitária, despótica e subversiva.

O ADEUS A ODETE (I)

A deputada comunista Odete Santos disse adeus ao Parlamento. E disse-o ao fim de 26 anos. Tempo de mais para a pregadora de uma fé vermelha que tanto mal fez ao mundo e a Portugal. Convém não esquecer que ainda hoje estamos a pagar a factura do descalabro da economia nacionalizada, do "sonho" igualitário, do saque à propriedade privada, da pequenez visionária de um partido que consegue, em 2007, ser o PC mais forte de toda a Europa. Isto diz muito sobre o grau de desenvolvimento de um país. Odete Santos foi porta-voz de tudo isto. Politicamente, vai-se embora tarde de mais.

O ADEUS A ODETE (II)

Há uma mania em Portugal que ultrapassa aquilo que se convencionou chamar de hipocrisia. No caso de Odete Santos, muitos foram os que enalteceram as qualidades humanas da deputada comunista, a combatividade, a generosidade, a simpatia – e por aí em diante. De forma ligeira e de sorriso nos lábios, lá fizeram o frete de dizer que nunca a conseguiram dissuadir das suas ideias e que muita falta fará à vida política portuguesa. Esta mania de tratar pessoalmente uma questão que é política, é mais que hipócrita. Não estão em causa as qualidades humanas da deputada; o que representou politicamente Odete ao longo de quase 30 anos deveria encher de tristeza e vergonha o povo português. Mas como a extrema-esquerda continua a gozar de impunidade histórica, lá vamos cantando e rindo.

SALAZAR NA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O Ministério da Administração Interna, governado pelo zeloso António Costa e pelo não menos zeloso José Magalhães, criou um blogue para responder às críticas de comentadores e jornalistas. Isso mesmo. Não, repare-se, às críticas do Parlamento ou da Oposição. Não ao sobrolho franzido do Presidente da República. Não ao dedo acusador da Amnistia Internacional, do Movimento Não Apaguem a Memória ou da eurodeputada Ana Gomes. Não. O que é se segue agora? Um delegado de propaganda por cada taxista? O direito à defesa da honra do governo nas mesas de café? Quotas para socialistas aqui na *Atlântico*? Volta, Salazar, estás perdoado…

ERITREIA SEM MUTILAÇÃO GENITAL

É a notícia do mês: o governo da Eritreia proibiu a mutilação genital feminina. E o que é a mutilação genital feminina? Simples: uma besta-quadrada (normalmente o pai) pega numa lâmina e corta o clítoris e os lábios vaginais da rapariga. Esta prática é tida como um ritual de transição, a passagem de menina a mulher em muitos países africanos. Pois, a barbárie tem sempre nomes esquisitos. Qual ritual, qual carapuça! Não há cultura ou tradição que possa justificar semelhante coisa. Isto é a forma do macho-pai assegurar ao macho-genro que aquela fêmea vai ser sempre fiel (acaba-se com a mulher com desejo; inventa-se uma incubadora sem prazer). A UNICEF calcula que, por ano, são mutiladas 3 milhões de meninas (sobretudo em África; 28 países). A OMS estima em 150 milhões o número de mulheres excisadas. Desde 31 de Março, o código penal da Eritreia passou a punir esta prática. Alguém, em Portugal, deu atenção ao facto? Não. É que não fica bem criticar práticas bárbaras de pessoas negras; ainda nos podem chamar de racistas, ou assim. É o politicamente correcto: a barbárie do silêncio.

OBRIGADO, SÁ FERNANDES

Enquanto fomos esperando pela inauguração do túnel do Marquês de Pombal, aberto com toda a pompa e circunstância no dia 25 de Abril passado, parece que toda a gente se esqueceu de quem foi o grande responsável pelo atraso de dois anos e por todos os prejuízos causados. Será que não há ninguém que peça responsabilidades a José Sá Fernandes? Afinal, em que deram as tão propaladas reclamações do actual vereador do Bloco de Esquerda? Para além de retardar a abertura e incomodar toda a gente, o que é que mudou com a sua intervenção? Que benefícios teve a comunidade lisboeta da sua campanha? Será que tudo isto não serviu apenas para o promover e o levar ao colo para a vereação da Câmara Municipal de Lisboa?

PORTUGAL DESCOBRIU A AUSTRÁLIA?

É um dos temas do momento na Austrália: Portugal descobriu (ou não) a Austrália? No centro do debate está a tese de Peter Trickett: Cristóvão Mendonça, capitão português, foi o primeiro a avistar a

Austrália por volta de 1520 (250 anos antes da suposta descoberta de James Cook em 1770). O debate está relançado. E até há quem diga que foi a China. Portugal, Inglaterra ou China? Portugal, volta e meia, aparece nos debates internacionais com direito a lugar central (mais de 800 anos de História é muita coisa). Hoje, Portugal está a ser discutido na Austrália. Mas alguém reparou nisso em Lisboa? Não. Andamos demasiado ocupados com o nosso umbigo mesquinho. A nossa grandeza do passado até nos incomoda. O debate intelectual em Portugal é uma discussão entre comadres ressabiadas: mesquinho, centrado no vizinho do lado, provinciano, ignorante em relação ao que se passa lá fora mesmo quando o assunto é... Portugal.

VELHAS OPORTUNIDADES

Corre para aí uma campanha que achincalha várias classes profissionais que são absolutamente fundamentais para a comunidade. De uma forma consciente e com o *slogan* das Novas Oportunidades, pretende demonstrar-se que um cortador de relva ou uma empregada de comércio são pessoas que foram castigadas por não terem prosseguido os estudos. Por outro lado, pretende-se provar que bastam alguns tempos de universidade para que alguém se transforme num profissional bem sucedido. Esta glorificação da academia é típica de uma mentalidade que pensa que basta um "canudo" para que tudo se resolva. O que, como se verificou no caso do primeiro-ministro, não é bem a verdade. Espera-se que as próximas fases da campanha sirvam para esclarecer que sem capacidade de trabalho, sacrifício e força de vontade, não há curso nem diploma que nos possa valer.

FRANCISCANO, MAS POUCO

O padre Vítor Melícias foi eleito este mês o provincial da Ordem dos Franciscanos. Nós na *Atlântico*, que não gostamos de misturar religião com política, continuamos a achar no mínimo estranho o percurso "franciscano" do padre Melícias. É que sempre ouvimos dizer que a ordem religiosa fundada por São Francisco de Assis assentava acima de tudo num voto de pobreza. Melícias, que ao pólo da Lacoste com que usualmente anda, junta no seu voto de pobreza a presidência do Montepio, a provedoria da Misericórdia de Lisboa, além de comissário para a transição de Timor-Leste, continua a deixar-nos meio atordoados com a sua devoção a São Francisco de Assis. O santo, esse, também não deve estar muito esclarecido.

LEITORES DESILUDIDOS

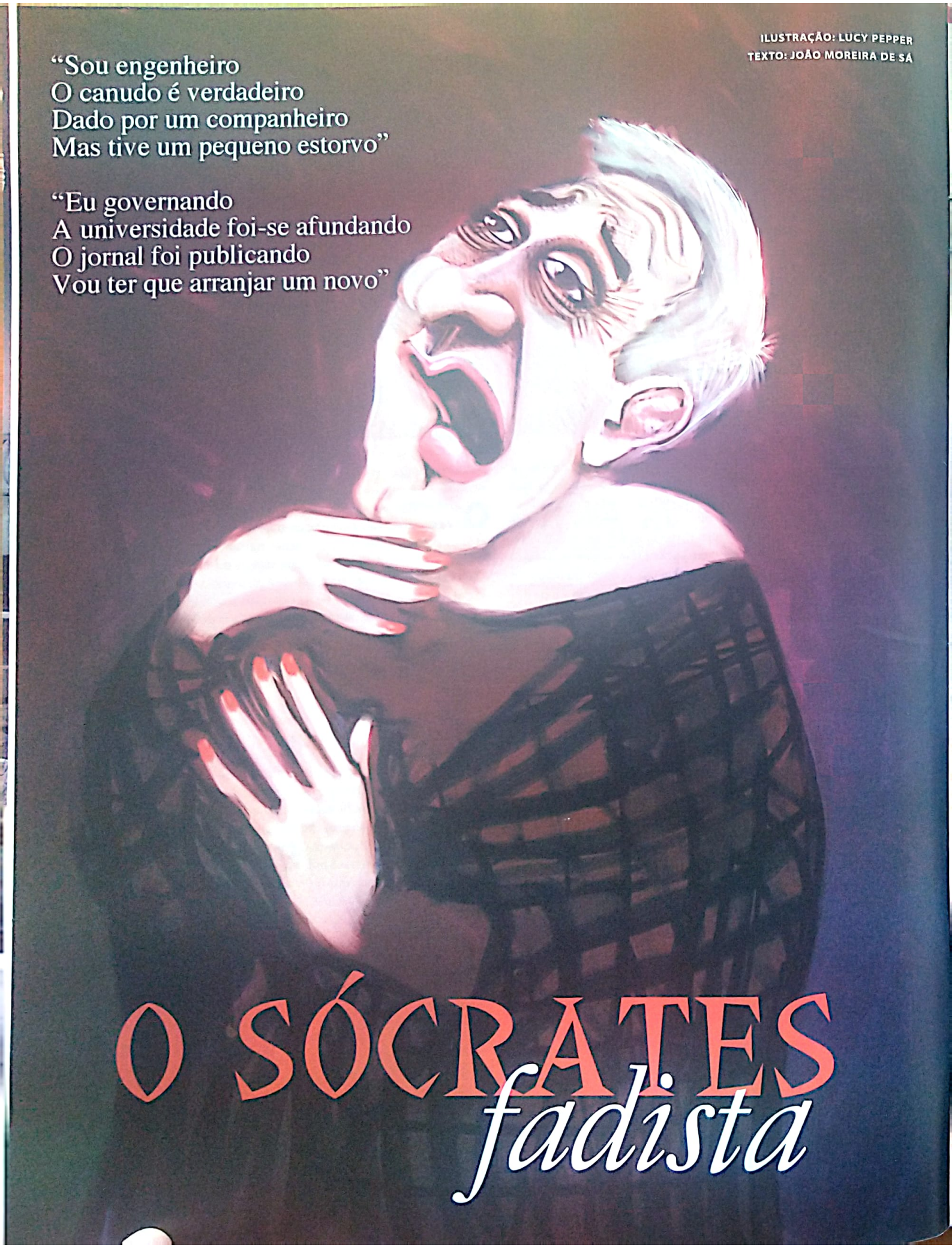
O *Diário de Notícias* mudou de direcção e de grafismo. Para pior, dizemos nós como leitores críticos mas fiéis. Mais: acabou com o suplemento cultural 6.ª e inclui agora um outro do tipo *TV Guia*. Tudo soa a *Correio da Manhã* versão azul. Um erro enorme. Se a direcção liderada por João Marcelino quer ir por este caminho faz mal. Primeiro, porque quem compra o *CM* vai continuar a fazê-lo. Segundo, porque ter acabado com as poucas coisas boas com que o *DN* ainda fidelizava leitores (o 6.ª, as análises e críticas de Luciano Amaral, Medeiros Ferreira ou Pedro Mexia – valha-nos ainda Pedro Lomba, João Miranda e Alberto Gonçalves) parece mostrar que a estratégia editorial deste histórico matutino é nivelada por baixo. Por muito baixo. Quem perde são os leitores. Nós todos.

Aeroportos online
Partidas e Chegadas em tempo real
Consulta e download de horários
Lojas e restaurantes
Informações aos passageiros
ana
Aeroportos de Portugal SA
Lisboa · Porto · Faro · Ponta Delgada · Horta · Santa Maria · Flores
www.ana.pt

ILUSTRAÇÃO: LUCY PEPPER
TEXTO: JOÃO MOREIRA DE SÁ

"Sou engenheiro
O canudo é verdadeiro
Dado por um companheiro
Mas tive um pequeno estorvo"

"Eu governando
A universidade foi-se afundando
O jornal foi publicando
Vou ter que arranjar um novo"



O SÓCRATES *fadista*

Vai ver que já falta pouco.
A vida não pára. Há 15 anos. Desde que a Brisa inaugurou a Via Verde - um serviço em que Portugal foi inovador. Na altura, não parar para pagar em auto-estradas, em parques de estacionamento ou em postos de combustível era algo impensável. Tão impensável como hoje ir de Lisboa a Paris sem parar em portagens. Tão impensável como apanhar um cacilheiro, pedir um hambúrguer ou pagar uma lavagem automática, tudo sem sair do carro. No futuro da Via Verde, há muitas possibilidades em aberto. E que estão mais próximas do que se pensa. Nos 15 anos da Via Verde, a Brisa promete seguir em frente.
15 anos
Brisa

LAURINDA ALVES

OBRIGADA, JOANA

"Estou a meio caminho de um lugar que ainda não conheço mas que me apetece muito conhecer. Falo de coisas profissionais, de escolhas e apostas que se anunciam mas demoram a acontecer. Vou aproveitando esta fase para aprender a dar tempo ao tempo, uma das minhas grandes dificuldades"

Sentei-me para escrever este diário e recebi uma mensagem da Joana, uma amiga querida que me escreve sms em letras maiúsculas. Conheci-a há pouco tempo e, distraída como tantas vezes sou, não percebi logo porque é que ela mandava sms escritos com letras grandes. Achei que era uma mania como outra qualquer.

Senti-me muito estúpida quando percebi a razão: a Joana tem um glaucoma agudo, não vê nada de um olho e o outro já só tem 20% de visão. Está à beira de ficar cega apesar de ter apenas 34 anos.

O mais impressionante na Joana não é ter esta espada suspensa sobre a cabeça, o que verdadeiramente impressiona é a maneira como ela vive a doença.

A Joana é gira que se farta, tem um sorriso sempre desenhado na cara, fala com uma voz alegre e tranquila e tem uma atitude incrivelmente positiva. É uma pessoa doce, atenta aos mais ínfimos detalhes nos outros e sempre mais preocupada com os que estão à sua volta do que consigo própria.

Canta maravilhosamente, tem uma voz segura e meio rouca. É muito radiofónica e, por isso, lembrei-me no outro dia de lhe propor fazermos um programa de rádio juntas. Não para ela cantar (e eu muito menos!) mas para que esta sua voz transformadora se espalhe pelo mundo e encha de confiança muitos daqueles que vivem embrulhados nos seus dilemas e nas suas descrenças. Ouvir a Joana, ver como fala e prestar atenção àquilo que diz, faz bem à alma e reduz muitos dos nossos dramas à sua insignificância.

A mensagem era para dizer que não tinha boas notícias. Suspendi a escrita e liguei-lhe. Eram, de facto, coisas difíceis de encaixar. Diagnósticos terríveis confirmados pelos médicos e a certeza agora ainda mais certa de que, para além da cegueira eminente, corre outros perigos sérios.

Falou de tudo com leveza e sem gravidade. Fiquei mais aflita do que ela mas, também, mais consciente de que tudo na vida é relativo. Agradeço aqui à Joana Fontes a alegria e a inspiração que traz à minha vida. Um dia vamos fazer um programa de rádio juntas e eu quero ver se fico quase sempre calada.

Depois de falar da Joana é preciso fazer uma pausa, respirar e demorar o olhar na janela rasgada sobre o rio e a cidade. Escrevo à noite, quando as luzes estão acesas dentro e fora de casa e o vidro é, ao mesmo tempo, um espelho e uma transparência. No meio do céu descubro uma lua inaugural. Um contorno apenas. Um semi-círculo de luz que se desenha e deixa adivinhar o quarto crescente. Adoro este crescente árabe, com uma estrela a brilhar. Gosto das fases da lua e das noites em que há luar. A luz da lua é exaltante e ilumina o meu lado lunar.

Volto a concentrar-me na escrita sem esforço. Gosto de escrever e gosto do silêncio da casa a esta hora da noite. Estou numa fase de transição, a meio caminho de um lugar que ainda não conheço mas que me apetece muito conhecer. Falo de coisas profissionais, de escolhas e apostas que se anunciam mas demoram a acontecer. Vou aproveitando esta fase para aprender a dar tempo ao tempo, uma das minhas grandes dificuldades. Porventura a maior, não sei.

Dar tempo ao tempo é difícil quando gostamos de fazer as coisas acontecer e, em especial, quando estamos viciados porque nos habituámos a fazê-las acontecer.

Nesta fase, a grande aprendizagem e a maior lição tem sido justamente a de deixar que as coisas aconteçam. Que a vida leve e traga. Que o tempo diga.

A revista *XIS* acabou em Fevereiro porque tinha que acabar e o fim deste projecto foi uma oportunidade para crescer e criar qualquer coisa maior. Neste meio tempo, a Oficina do Livro fez mais uma colecção dos meus escritos dos últimos anos e publicou o terceiro livro de crónicas ao qual deu o título *Atitude XIS*. Não fui eu que tive a ideia nem fui eu que dei o título mas fiquei particularmente feliz com este livro porque ele veio dar sentido a tudo o que ficou para trás. Olhando para a frente, acredito que o melhor está para vir mas as coisas demoram o seu tempo e, como digo, nem sempre é fácil esperar. Agora, que escrevo a pedido esta espécie de diário, percebo que resumi aqui algumas impressões mais íntimas numa fase muito particular da minha vida. Uma fase em que está tudo em aberto mas em que voltei claramente ao ponto da confiança, que é e será sempre o melhor ponto de partida!

Acreditem ou não, ter conhecido a Joana neste tempo espesso e demorado, ajudou-me a viver com mais critério, relativizou os meus medos e obrigou-me a rever as minhas prioridades. Agradeço à Joana este suplemento de alegria e confiança.

desde 1943
TRICANA

TRICANA

Mestres em Tapetes há mais de meio Século

Peça Ispahan 240 x 3.17

COLECÇÃO «CLÁSSICOS INTEMPORAIS»

www.tricana.pt

Flag Store

ATENDIMENTO APÓS O ENCERRAMENTO COM MARCAÇÃO PRÉVIA ATRAVÉS DO TELEFONE 919 540 682

LISBOA P 213 512400 | LISBOA 213 165900 | PORTO P 226 096200 | AVEIRO P 234 314810 | COIMBRA 239 482459 | CASCAIS P 214 848052 | ALMANCIL P 289 399323 | PORTIMÃO P 282 485257 | FUNCHAL P 291 762539

PAULO BARRIGA

O BLOGUE QUE MORDEU O PRIMEIRO-MINISTRO

António Balbino Caldeira, de 41 anos, é o autor do blogue Do Portugal Profundo. Foi ele quem lançou as investigações ao curso de engenharia do primeiro-ministro, hoje nas bocas e nos jornais de Portugal. Este é o retrato possível do homem que pôs em causa a credibilidade de José Sócrates e que o continua a assombrar

Nem os demolidores relatórios do Tribunal de Contas sobre os caríssimos gabinetes ministeriais, nem a teimosa doidice de construir um aeroporto sobre as lamas do pântano da Ota, nem o descaramento de vender a miséria dos nossos ordenados à ainda mais miserável economia chinesa, nem Marques Mendes em bicos de pés e muito menos toda a restante oposição assentada nos bancos das urgências que ultimamente são encerradas conseguiu tirar o homem do sério. Nunca. Jamais. Até ao dia em que um tipo qualquer lá das bandas de Alcobaça começou a meter na internet papelada que dava conta de hipotéticas aldrabices no percurso académico e profissional do primeiro-ministro. Foi uma chatice.

Uma chatice das valentes, aliás. Tão grande ou tão pequena, a chatice, que lá teve que ir José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa à televisão, à televisão do governo, à sua, branda e cordata, dizer de fininho que sempre fora um bom rapazinho, estudante sofrível embora orgulhosamente mediano, que tinha uma formatura que valia por duas ou três dessas licenciaturas rasqueirosas que por aí agora passam e que, nunca por nunca, lhe passou pela ideia aldrabar notas, fantasiar títulos académicos ou comprar equivalências nas secretarias.

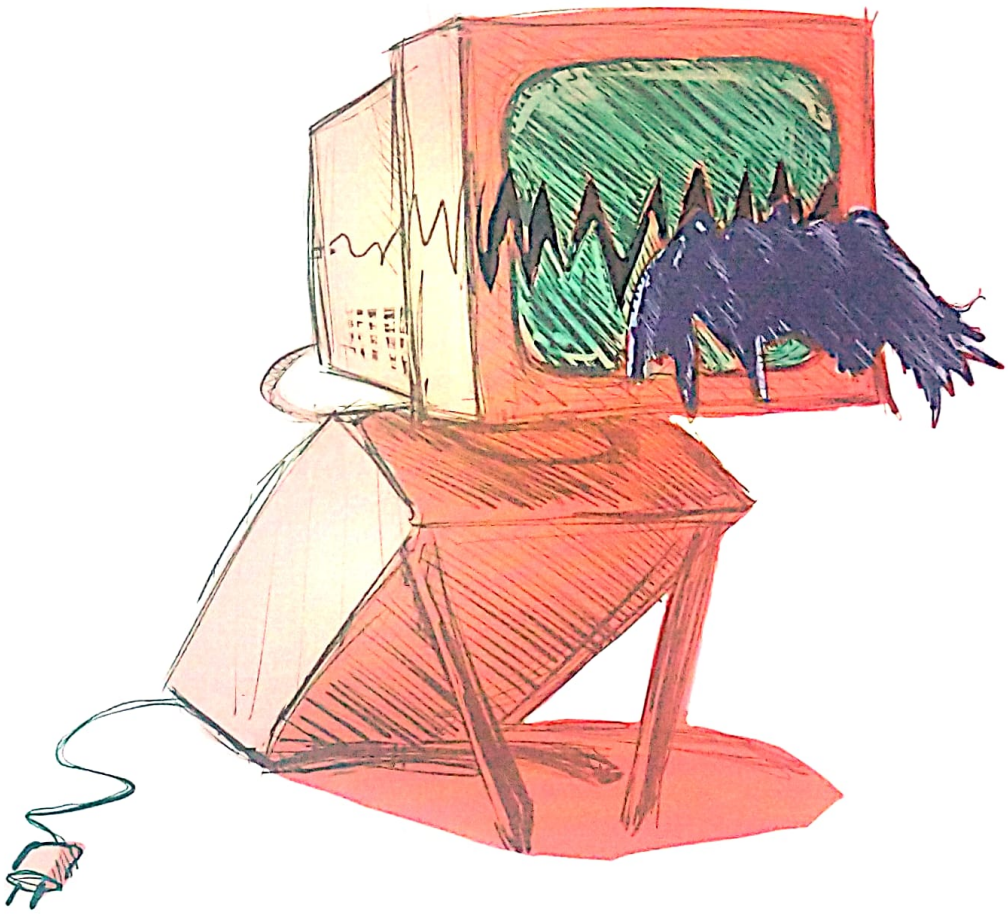
Quem o lá viu, na televisão, na sua, defronte de dois tubarões sem dentes, poderá ter ficado convencido da inocência do chefe de governo e do aperto que lhe vai na alma em virtude da abominável campanha de má-língua que supostamente lhe estarão a mover. Mas quem se der ao trabalho de visitar o blogue Do Portugal Profundo (www.doportugalprofundo.blogspot.com), onde a investigação ao percurso académico de José Sócrates corre há mais de dois anos, continuará com um pé atrás. Ou com os dois. É que muitas das evidências que lá são apresentadas não foram, nem de perto nem de longe, fulminadas durante o mais aguardado dos serões televisivos desta legislatura.

Um simples e solitário *blogger* mordeu os calcanhares ao primeiro-ministro de Portugal como ninguém nem nenhuma organização política ou social ou qualquer outra até agora tinha almejado. José Sócrates, cujo título de engenheiro doravante despertará a dúvida quando não a galhofa, foi à televisão para falar ao sentimento do bom e mole povo português. Mas o melhor que conseguiu foi passar no exame por uma décima, ao mesmo tempo que no universo inexacto e difuso da blogosfera, nesse largo global onde se pratica um novo tipo de jornalismo de proximidade livre e indomável, António Balbino Caldeira continuava a desfiar o novelo.

E continua, apesar do pudor que ainda hoje grassa em Portugal em relação a tudo o que provenha da posta electrónica. Amesquinhamento que derivará, em grande parte, do recurso generalizado ao anonimato e, mais ainda, à ampla propagação da ligeireza e do insulto. Mas certos blogues, como é o caso Do Portugal Profundo, continuam nas margens do reconhecimento por parte das instituições clássicas pelo simples facto de emanarem uma nova áurea de liberdade de expressão, perfeitamente imune a pressões. O Poder continua a preferir legitimar como "bom" o perecível jornalismo de papel, pela facilidade fiscalizadora que a sua própria natureza organizativa e produtiva admite.

Na entrevista que Sócrates deu à televisão, nem por uma só vez foi mencionado o nome de Caldeira, os triunfos da investigação recaíram nas peças jornalísticas publicadas pelo *Expresso* ou pelo *Público*. No entanto, não será difícil imaginar o primeiro-ministro a perguntar a si mesmo: "quem será aquele malandro?" O malandro nasceu em Maio de 1964 em Évora de Alcobaça, é casado e tem dois filhos. Ganha a vida enquanto professor universitário. Tem, comprovadamente, uma licenciatura em Relações Internacionais pela Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). E também há papéis sem rasuras que o tornam detentor de um mestrado em Gestão, variante de Marketing, pelo pólo de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa.

Talvez seja importante saber que António Balbino Caldeira, o homem que continua a mordiscar os fundos ao líder socialista, é militante do Partido Social Democrata. Ou talvez nem seja por aí além importante meter os partidos ao barulho e acreditar em Caldeira quando diz, como disse em entrevista ao *Correio da Manhã*, que nada de pessoal ou de partidário o move na sua incansável deriva em torno das habilitações académi-



Sócrates, cujo título de engenheiro doravante despertará a dúvida quando não a galhofa, foi à televisão para falar ao sentimento do bom povo português. Só conseguiu passar no exame a custo

cas e profissionais do primeiro-ministro: «o que faço», afirma, «é em nome da democracia directa, da liberdade, da dignidade do Estado, da responsabilidade, da cidadania e de Portugal».

O ilustre desconhecido do mundo aparente é, ao invés, a mais emergente das estrelas do universo virtual português. Após a ida de José Sócrates à televisão para tentar aniquilar as evidências que dão conta de presumíveis ajudinhas na conclusão da sua licenciatura, o Do Portugal Profundo atingiu marcas recordes no que toca a frequentadores e, acima de tudo, a comentadores: mais de mil e quinhentos comentários a cada uma das postas mais sumarentas. E, assim mesmo, António Balbino Caldeira escolhe manter um certo afastamento pessoal em relação ao avançado estado a que a sua investigação particular chegou: «toda a prioridade à mensagem, nada ao mensageiro», prefere.

Não é de hoje nem de agora que os experimentados navegantes ou que os frequentadores pontuais da blogosfera conhecem António Balbino Caldeira e a bancada de investigação em que se transformou o endereço http://doportugalprofundo.blogspot.com. Caldeira foi o primeiro bloguer português a ser julgado em virtude dos conteúdos publicados no seu diário pessoal na internet. Em Outubro de 2005 foi obrigado a sentar-se no banco dos réus do Tribunal de Alcobaça, acusado de um crime de "desobediência simples" a um despacho judicial que proibia a divulgação de elementos processuais do dossier Casa Pia.

Apesar de ter sido absolvido e de o Tribunal da Relação de Coimbra ter negado provimento ao recurso do Ministério Público à decisão da primeira instância, Caldeira transformou-se numa espécie de mártir da blogosfera portuguesa. E a sua página electrónica converteu-se num dos mais concorridos fóruns de teoria da conspiração nacional. Ao intrometer-se na investigação do caso Casa Pia, aliás, Balbino Caldeira acreditava que os acusados neste processo de pedofilia eram apenas os extremos mais visíveis de um polvo cujos tentáculos chegavam ao mais recôndito e insuspeito gabinete. Uma verdadeira "rede pedófila de controlo do Estado", era o que era.

Mas já antes da sessão do Tribunal de Alcobaça outro assunto andava a apimentar a blogosfera lusa, via Do Portugal Profundo: as dúvidas em torno da carreira académica de José Sócrates. A 22 de Fevereiro de 2005, apenas dois dias após a eleição que validou a candidatura socialista para o governo, Balbino, induzido por um comentário anónimo deixado na sua caixa de correio, começa a expor as supostas mas ainda não demolidoras provas das imprecisões no *curriculum* profissional e académico do agora já primeiro-ministro.

Dúvidas que se foram adensando ao sabor da investigação, ao ponto de António Balbino Caldeira, em função da sensibilidade da matéria em

Balbino Caldeira nasceu em Maio de 1964 em Évora de Alcobaça, é casado e tem dois filhos. Ganha a vida enquanto professor universitário. Tem, comprovadamente, uma licenciatura em Relações Internacionais

Após a ida de José Sócrates à televisão, o Do Portugal Profundo atingiu marcas recordes no que toca a frequentadores e é hoje o primeiro dos blogues políticos mais lidos de Portugal, com um número impressionante de comentadores

causa, ter requerido à Inspecção-Geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior, a 3 de Março de 2005, uma averiguação ao processo académico de José Sócrates. Pouco mais de um mês depois o processo foi arquivado.

E longe dos holofotes televisivos se manteve o processo até ao dia em que os jornalistas de papel, os verdadeiros e encartados, se deram ao trabalho de descer ao reles cosmos do jornalismo unipessoal. E lá, no blogue Do Portugal Profundo, encontraram a papinha toda feita. Acharam as dúvidas, as provas, as evidências, as rasuras, os documentos, a bomba que fez o primeiro-ministro passar um serão em família, com o bom e sereno povo português, enquanto na verdade poderia estar a pensar: "quem será aquele malandro?". Uma bomba que ainda não rebentou de vez mas que todos os dias vai implodindo a credibilidade do primeiro-ministro. É este (pode ser este) o grande poder da blogosfera, lá onde todos são oposição e governo. Ao mesmo tempo.

No blogue Do Portugal Profundo, António Balbino Caldeira termina as suas postas com a seguinte nota de limitação de responsabilidade: «José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa não é arguido ou suspeito no seu percurso académico do cometimento de qualquer ilegalidade ou irregularidade, nem, por isso, a Universidade Independente ou os seus dirigentes, docentes ou alunos, tal como o ISEL». Reclamamos por igual esta nota para o presente artigo.

LUÍS FILIPE COITO/CM

DISCURSO DIRECTO

ANTÓNIO BALBINO CALDEIRA

"Devido à situação polémica da Universidade Independente – que justificou até a pressa de buscas imediatas na própria universidade após a publicidade do assunto! –, referida hoje (28-2-2007) no *Correio da Manhã*, *DN*, *JN*, SIC e TVI, esta instituição com grande notoriedade de diplomados de personalidades públicas importantes (...) **temos sido virtualmente procurados devido à investigação que realizámos, e publicámos imediatamente depois das eleições de Fevereiro de 2005 para não influenciarmos o sufrágio à boca das urnas, sobre os cursos do actual primeiro-ministro José Sócrates.**"

"Neste ambiente de poder absoluto em que vivemos, **uma questão crítica do domínio da gestão da Universidade Independente poderá ser quem controla actualmente o dossier Sócrates e quem tem cópias desse dossier misterioso.**"

"Hoje, passados dois anos, as dúvidas Do Portugal Profundo mantêm-se. Continuamos à espera do esclarecimento. E ainda não nos habituámos. Noto, todavia, que, até agora, Do Portugal Profundo, não recebi qualquer notificação judicial de qualquer processo relativo a este dossier já citado na imprensa, nem com a costumeira – nestes tempos de ditadura socialista –, acusação de difamação que cala liberdades de expressão menos sujeitas. Mas, aqui, estamos sempre moralmente preparados para a eventualidade de nova busca domiciliária a minha casa e às casas dos meus familiares. São ossos de português."

"O que se pode afirmar é que, contrariamente à afirmação de ser 'engenheiro civil' que consta da sua 'nota biográfica' oficial (consultada às 14:48 de 4-3-2007), **José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa não é, nem nunca terá sido, engenheiro.** Lembro que, conforme apurei quando escrevi o *post* sobre 'Os cursos de Sócrates' (22-2-2005) o actual primeiro-ministro não estava, nem nunca terá estado, inscrito na Ordem dos Engenheiros."

"Julgo que para evitar o prolongamento das dúvidas sobre o motivo da apresentação tardia na Universidade Independente – alegadamente cerca de dez meses depois da **alegada resposta em 12-9-1995 do reitor-que-era-mas-não-era Luís Arouca** – do certificado de habilitações de José Sócrates no ISEL (veja-se a data de 8-7-1996 no verso desse documento divulgado pelo *Público* de 10-4-2007), deveria ser apurado em que data esse certificado de habilitações foi pedido ao ISEL nesse Instituto e divulgado mais esse documento."

In **Do Portugal Profundo**
(doportugalprofundo.blogspot.com)

LUCIANO AMARAL

LÁ VAMOS NÓS OUTRA VEZ?

"Uma pessoa pergunta-se se a política portuguesa estará condenada a ser uma sucessão de palermices e escandaleiras medonhas, onde o debate das ideias e das práticas políticas não tem qualquer lugar"

Já pareceu mais longe. Mas neste momento talvez não surpreenda se o actual primeiro-ministro não cumprir o seu mandato até ao fim, e tudo por causa do célebre folhetim suburbano em torno da sua "licenciatura". Não estou a dizer que vá acontecer. Estou a dizer que não surpreenderá se acontecer. É espantoso como esta trapalhada ligeiramente grotesca pode ameaçar a sobrevivência política de uma das figuras públicas que, ainda há menos de um mês, mais opiniões positivas concitava no país. Ora, caso a história se revele mortal para ele, lá vamos nós outra vez ter um governo que não acaba o mandato, ainda para mais por razões desprovidas de verdadeira relevância política. De facto, se assim se passar, com este seria o quarto governo a terminar extemporaneamente as suas funções, depois de Guterres, Barroso e Santana, e sempre por motivos laterais à governação. Mesmo que não seja o fim do primeiro-ministro, esta história não deixará de o marcar na sua credibilidade e não deixará de afectar a sua eficácia governativa. Uma pessoa pergunta-se se a política portuguesa estará condenada a ser uma sucessão de palermices e escandaleiras medonhas, onde o debate das ideias e das práticas políticas não tem qualquer lugar. Recorde-se que nem a oposição escapou ao veneno do escândalo, quando o PS se viu ameaçado pelo celebérrimo "Caso Casa Pia", ou quando, antes, Paulo Portas foi envolvido no agora já um pouco esquecido "Caso Moderna".

Mal começou a parecer que o caso da "licenciatura" ia ser sério, houve logo alguma gente na direita que se agarrou a ele como gato a bofe. Espreitaram logo aqui uma oportunidade e, quais Testemunhas de Jeová, trataram de pôr o pé na porta para ver se ela não fecha. Sejamos claros. A direita que por aí anda não merece governar o país, ou pelo menos não demonstrou, nos últimos dois anos, que o mereça. Na verdade, não o demonstrou nos últimos cinco anos, se contarmos com o seu triste desempenho governativo. Não me refiro apenas aos meses de Santana Lopes, a quem o folclore nacional atribui todos os males. Refiro-me ao anterior desempenho barrosão, que nos seus melhores momentos foi pior do que Sócrates e, nos piores, foi absolutamente desastroso. Basta pensar na grande fuga para Bruxelas, sem mais comentários. A direita não conseguiu durante este período afirmar-se como alternativa decente a Sócrates e, por isso, muito francamente, não mereceria o bambúrrio.

Não é que Sócrates seja uma maravilha, ao contrário do que tanta gente parece pensar. As suas chamadas reformas não passam de meras coisitas, muito superficiais, que não resolvem qualquer problema de fundo nas finanças públicas, no sistema de saúde, na segurança social ou na "competitividade" da economia portuguesa. Mas vale a pena perguntar o que é que as presumíveis alternativas ao "engenheiro" teriam para oferecer. Provavelmente o mesmo, em versão mais incompetente. Se é para isso, mais vale estarem sossegados e deixarem o "engenheiro" chegar ao fim. Ao menos, graças à propaganda e à cooperação estratégica, até dá a ideia de que está tudo mais ou menos a correr bem.

É um pouco desgostante que a política portuguesa esteja resumida a este jogo de ratazanas, em que há sempre alguém a farejar a última informação escabrosa em circulação nos *mentideros*, para depois a lançar ao público. A menos que este seja, precisamente, o grande problema político português. De facto, olha-se para os envolvidos no romance da dita Universidade Independente e as questões não podem deixar de surgir. Ele há administradores da CGD licenciados pela universidade que também já foram ministros pelo PS e criadores de fundações estranhas; ele há reitores que são funcionários da CGD e, também, deputados municipais do BE em Salvaterra; ele há professores que são empresários covilhanenses da área do "ambiente", a quem foram "adjudicadas" muitas obras, deram muitas aulas a "engenheiros" e que também já participaram nas tais fundações estranhas e em governos do PS, deles tendo saído a pretexto de histórias bizarras; ele há vice-reitores que são advogados de embaixadores acusados de pedofilia. Ou seja, uma espécie de "duzentas famílias" em versão vão-de-escada. Há isto tudo e há muito mais e cabe perguntar se não serão estas redes clientelares que andam a tornar inviável qualquer governação. Talvez o problema político português seja mais simples do que parece: se calhar, não estamos perante a necessidade de grandes ideias alternativas, estamos perante a necessidade de pessoal político alternativo. Tratar-se-ia então de limpar as instituições daqueles que se apropriaram delas como se fossem sua propriedade privada e pôr lá pessoas novas. E daqui a trinta anos voltávamos a repetir a coisa.

P.S. – No último número da revista, ia uma frase no meu artigo em que dizia que o patronato português «não tinha praticamente gasto um tostão» com a revista *Atlântico*. A frase referia-se à recepção que foi feita por algumas pessoas na altura do seu lançamento, as quais quiseram veicular a ideia de que ela seria uma espécie de "órgão oficial" do "patronato". Era a essa (mini) polémica antiga a que a frase se referia, mas o carácter geral da acusação era injusto para alguns empresários que estiveram na origem do projecto e o financiaram no seu início. Em particular, devo destacar que era injusto para José Manuel de Mello, que certamente deu um contributo inestimável para que alguma vez a revista pudesse existir. José Manuel de Mello teve um papel especial não só na preparação do projecto, como depois no seu financiamento inicial. De qualquer modo, não foi isso que fez da *Atlântico* um "órgão oficial" do "patronato", como estes dois anos comprovam.

RUI RAMOS

CASAS DE PORTUGAL

Os poetas escrevem poemas sobre as casas, os escritores dedicam-lhes longos livros, os economistas explicam que nos endividam, os arquitectos queixam-se de que nos estragam as paisagens, os ecologistas acusam-nas de dar cabo da costa. Este é o ponto de vista de um historiador sobre as casas de Portugal: **Rui Ramos** diz que duram pouco e duram mal. Construímos muitas casas, mas abandonamos também muitas casas

Uma recente viagem pelo que era antigamente a "província" convenceu-me disto: o meu maior problema com Portugal nem são as pessoas (como sucedia a Byron), mas as casas. As casas, sim. Porque este, mais do que de pessoas, é um país de apartamentos e de vivendas. Tirando a Espanha, nenhuma outra região da Europa tem tantas casas em relação aos habitantes. Há em Portugal cerca de três alojamentos por cada duas famílias. No resto da Europa, a proporção é de 1 para 1. Entre 1970 e 2001, o número de casas em Portugal duplicou, enquanto a população cresceu apenas 18 por cento. A sombra das nossas residências nota-se em tudo, até na poesia. Herberto Hélder abriu *A Colher na Boca*, em 1961, com a exortação "Falemos de casas". Em 1962, Ruy Belo deu o título de *O Problema da Habitação – Alguns Aspectos* a um livro de poemas. Em 1970, escreveu o verso "oh as casas as casas as casas", no volume *Homem de Palavra(s)*. Além de versos sobre casas, os poetas também deixaram casas, como José Régio, que não tem uma mas duas "casas-museus", uma em Vila do Conde e outra em Portalegre (várias vezes visitada na minha infância). O primeiro poema de *O Problema da Habitação* conclui com este verso: «e uma casa é a coisa mais séria da vida». Desconfio que não muitos portugueses conheçam este verso. Mas aposto que muitos o entenderiam literalmente como uma grande verdade – uma grande verdade de tijolo e cimento.

PORTUGAL TROPICAL

Em Portugal é assim: construímos casas. Mas também é assim: lamentamos as casas que construímos. Não há actualmente, para os portugueses, expressão mais sinistra do que "especulação imobiliária": é por aí, a crer no Dr. Saldanha Sanches, que o mal vem ao mundo. Os economistas explicam que as casas nos endividam, os arquitectos queixam-se de que elas nos estragam as paisagens, e os ecologistas acusam-nas de dar cabo da costa. Quando se fala de "caos" e "desordem" em Portugal, não estamos a falar de bandidos e rebeldes, mas de casas, como na curiosa expressão "caos urbanístico". É através das casas que os portugueses mais se desinquietam e ofendem uns aos outros. Ninguém aprendeu a velha lição de Raul Lino, ensinada em 1933: «Não há o direito de se bulir nos nervos das pessoas inocentes obrigadas a passar na rua defronte de nossas casas» (*Casas Portuguesas*, 1933). *Monster House*, que deveres familiares me obrigaram a ver e rever demasiadas vezes no Verão passado, deveria ter sido um filme português: quase todas as casas em Portugal são assim, reencarnações de personalidades humilhadas e ofendidas, determinadas a vingar-se e a magoar.

Além da doença dos pezinhos, Portugal tem mais esta: a doença das casinhas. Está bem descrita. À volta das cidades e vilas, a praga irrompe sob a forma de caixotes de apartamentos, em urbanizações eternamente por acabar, sem árvores mas com muito entulho nos espaços ainda vagos. No campo, entre pinhais e lixeiras (duas coisas que são difíceis de distinguir uma da outra em Portugal), o mal multiplica-se sob outra forma, não menos virulenta: são as "vivendas", que ultimamente adoptaram um falso ar de obras de pastelaria, muito brancas e amarelas como os bolos baratos. A progressão do mal tem sido fulminante: entre 1985 e 2000, segundo o Corine Land Cover 2000, a área construída em Portugal aumentou 42%, sobretudo à custa dos campos que rodeavam Lisboa, Porto e a A1. De resto, as casas em Portugal são sobretudo isto: ruínas. Ruínas de casas grandes, em estilo "português", das décadas de 1930 e de 1940, deixadas na província pelas antigas classes médias que saíram para Lisboa. Ruínas de pequenas vivendas, da década de 1960, as primeiras conquistas imobiliárias do povo em ascensão social. A paisagem é a mesma em aldeias, vilas e cidades: um velho casco "histórico" ao abandono, debaixo de um cerco numeroso de prédios e vivendas confusamente espalhadas pelas antigas hortas. Construímos muitas casas, mas abandonamos também muitas casas. O número de alojamentos anteriores a 1945 reduziu-se, segundo o INE, a metade entre 1970 e 1991: passou de 1 416 040 em 1970 para 746 857. Para um historiador, está aqui uma pequena tragédia: o fim das casas antigas é também o fim dos arquivos privados, porque a papelada do avô é uma das baixas mais fatais de qualquer mudança de domicílio.

Mas não são apenas as casas antigas que estão em ruínas. Em Portugal, as casas duram mal. Claude Lévi-Strauss, nas suas viagens pelas Américas, constatou que as construções do "novo mundo" tinham esta característica: pouco depois de edificadas, já estavam degradadas pelos elementos, com as paredes manchadas de humidade, e as cores desmaiadas pelo sol. As casas portuguesas, sobretudo os prédios sem beirais, apanham rapidamente o mesmo caruncho americano. Este aviltamento precoce e a implantação desordenada do novo casario deixam imaginar Portugal como um "novo mundo". É como se esta fosse uma terra de conquista e colonização recente, onde uma população de rudes pioneiros começou há pouco tempo a instalar-se, depois de exterminar os indígenas, cujas velhas habitações vão caindo ao abandono. Há quem goste de reconhecer a portugalidade nas velhas cidades brasileiras ou goesas. Por mim, vejo-me obrigado a reconhecer a tropicalidade nas novas urbanizações e construções portuguesas. Foi isso sobretudo o maior efeito das novas casas: tirou a Portugal qualquer ar tradicional e europeu. Parece que chegámos ontem a esta terra.

CASAS SIMPLES

Disto isto, fico inquieto. Não com as casas, mas comigo próprio. «Falemos de casas como quem fala da sua alma» (Herberto Hélder). Terá sido disso que, sem saber, estive a falar? Releio os parágrafos acima. Detecto, com repugnância, o eco histérico dos profissionais da indignação, a quem os jornais e as televisões pagam para rugir ritualmente, a horas marcadas, contra a "corrupção" e as "poucas vergonhas". Desde há décadas que as elites intelectuais lisboetas gozam com os gostos arquitectónicos do povo enriquecido, que no século XIX teve a forma do "brasileiro", tal como na década de 1970 surgiu sob a forma do "francês". Em 1885, visitando os arredores de Braga e de Famalicão, Ramalho Ortigão horrorizava-se com «a propriedade *brasileira*, pintada de amarelo, com dois cães de faiança no portão e as maçanetas de vidro nas varandas». Detesto este snobismo de café do Chiado. Mas não deixa de ser Ramalho quem quer.

Porque me irritam as casas portuguesas? Será do "estrangeirismo" de quem viveu demasiados anos em Inglaterra e continua com companhias inglesas? Não pode haver contraste maior com Portugal do que o campo ajardinado da Inglaterra, com as suas velhas casas, incessantemente mantidas e renovadas. Mas um contraste, só por si, não justifica um juízo. Ou há neste meu "problema da habitação" algo de pior? Por exemplo, uma comprometedora nostalgia do Portugal do SNI, das fotografias a preto e branco de castelos ameados, ermidas caiadas e casinhas na serra, do Portugal que ainda existia assim na década de 1960, e que Jorge de Sena, de visita, classificou então como "abonecado"? Com efeito, também deverei ter visto esse "Portugal dos Pequeninos" em ponto grande, ao longo das muitas estradas que percorri nas férias de Natal, Páscoa e Verão da minha infância, porque ter avós em Trás-os-Montes e no Alentejo obrigava a família a viajar muito e para muitos lados. Mas não me lembro de muita coisa: aldeias ainda cheias de miúdos, caminhos com uma intensa circulação de carroças... Talvez me tenha impressionado mais o que depois li, como as *Casas Portuguesas* (1933) de Raul Lino, ou ainda os estudos do grande Orlando Ribeiro sobre os modos tradicionais de construção (em *Geografia e Civilização*, de 1978). Aprendi a distinguir entre a "civilização da pedra" (sobretudo o granito e o xisto) no norte e a "civilização do barro" (sob a forma de adobe e taipa) no sul. Fiquei a saber como era, e quase me convenci de como devia ser. No ambiente vagamente neo-tradicionalista que se seguiu à "revolução", na década de 1980, era inevitável. A «boa casinha portuguesa tem de ser encarada no conjunto da paisagem à qual se liga com toda a naturalidade» (Lino). «Casas simples» – foi o que recomendou Raul Lino (que, ao contrário do que diz a lenda, também não gostava da imitação industrial do estilo "antigo português"). Pois. Será isto?

Mas além de Raul Lino e Orlando Ribeiro, li também, por acasos de uma herança, a *Notícia dos Inquéritos de Higiene Rural e sobre Águas e Esgotos*. São dois volumes publicados pela Imprensa Nacional em 1935. Podiam perfeitamente justificar a existência de um género literário até agora desconhecido: a "literatura de horror habitacional". As "casas simples" não eram as dos desenhos e aguarelas que ornamentam o livro de Raul Lino. Eram pequeninas, faltava-lhes luz e ventilação (em muitas não havia janelas), não tinham casas de banho, nem água canalizada, nem ligação a qualquer rede de esgotos. Os correspondentes ao inquérito falam de casas "miseráveis", com um "aspecto detestável", "sem estética nem higiene". Basicamente, as casas que havia obrigavam a maior parte dos portugueses a viver ao ar livre, porque era preciso ir buscar água, etc. (um grande etc.). Isto foi assim até não há muito tempo. Em 1960, só 28,9% dos alojamentos em Portugal dispunham de água canalizada, e 41,8% de instalações sanitárias. As novas casas resolveram o problema: em 1997, 93% tinham água canalizada e 89,1% instalações sanitárias. As casas com menos de 3 divisões ainda representavam 58,4% do total em 1960. Em

1991, eram apenas 25,8%. Como é que poderia esperar que os portugueses não construíssem casas novas? Mas deveriam ter sido obrigados a respeitar os costumes e as tradições? E como? Granito e adobe seriam certamente mais caros do que tijolo e a proverbial pá de cimento para as cinco pás de areia.

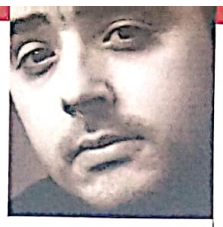
AS CASAS TAMBÉM MORREM

Estas casas, que são o pior de Portugal, representam também o seu melhor: um esforço privado, comovedor, para melhorar, para ganhar independência e privacidade. A percentagem de famílias habitando alojamentos de que são proprietárias passou de 45% em 1960 para 76% em 2001 (na União Europeia, a média é de 63%). Os liberais, no século XIX, sempre desejaram fazer dos portugueses um povo de proprietários. De facto, as casas são propriedade dos bancos, mas a "propriedade imperfeita" foi uma das vias admitidas por Alexandre Herculano para divulgar em Portugal a condição de proprietário. As casas tocam o meu coração liberal. Reconheço nelas, não apenas o investimento obrigado por um mercado de arrendamento inexistente, mas um desejo confuso de autonomia e dignidade individual. «Só as casas explicam que exista/ uma palavra como intimidade» (Ruy Belo). Os portugueses sabem disso. A casa é, há muito, a grande protecção do cidadão: o único recanto onde o Estado precisa de autorização da lei para entrar. Na rua, estamos sujeitos à vigilância e à devassa: das autoridades e dos outros cidadãos. Até os jazigos dos cemitérios, estudados pelo historiador Fernando Catroga, traduzem a obsessão portuguesa por estar em casa, em residência própria – mesmo depois de morto. Ter casa é ser uma pessoa, um indivíduo, separado e livre. Foi a grande aspiração de muitas gerações. Há trinta anos, ainda havia um "problema da habitação" que o general Vasco Gonçalves queria resolver construindo 100 mil casas num ano. A gente da esquerda andava então cheia de planos quinquenais de "habitação social". O "problema" foi resolvido pelo mercado, isto é, pelos cidadãos, graças às remessas da emigração e ao crédito barato (e com uma pequena mãozinha do Estado, sob a forma de crédito bonificado). A percentagem de fogos concluídos por iniciativa do Estado e autarquias desceu de 14,5% do total em 1980 para 2,2% em 1991.

De um momento para o outro, passou a haver casas a mais. Mas constituirão estas casas um verdadeiro património –valores e capitais para serem transmitidos entre gerações? O investimento em habitação representa 8% do PIB em Portugal e 2% na Europa. O esforço – isto é, o endividamento que, por causa das casas, na década de 1990 passou de 20% a mais de 100% do rendimento disponível das famílias — terá valido a pena? Os gostos e os requerimentos da habitação mudam rapidamente. Quem é que vai comprar casas construídas há dez anos, por exemplo sem aquecimento central? Talvez continue a fazer sentido, como nas últimas décadas, construir ao lado, e deixar ruir ou demolir o antigo. A construção em Portugal pode ser o exemplo mais grave de desperdício.

Vacilo mais uma vez. O ano passado, entrevistei Nuno Portas para um programa da RTP-1 (o *Portugal de...*). Ao fundo, estava Vila Nova de Gaia, talvez a melhor ilustração de tudo o que me ofende no casario português. Aprendi isto com Portas: as casas passam. Morrem. Nada há de tão frágil como uma casa: barro cozido, pedra, cimento, madeira, tudo se pode desfazer e desaparecer no chão. No livro de Raul Lino, leio que na América era hábito construir uma casa para aguentar tantos anos, e não mais. As casas são como nós: nascem, vivem, morrem. Custa-nos a aceitar isso nesta época de culto do "património histórico", quando pretendemos que as velhas cidades resistam para sempre, intactas como museus eternos. Todos gostaríamos talvez de deixar casas museus – as pirâmides da nossa individualidade. Mas se fosse possível filmar uma paisagem ao longo de centenas de anos, como agora se filma o desenvolvimento de uma planta ou de uma flor, o filme acelerado mostraria as casas a erguerem-se, a mudar, a ruir, a desaparecer debaixo de outras casas. A longo prazo, não há monumentos.

A maior parte das casas que actualmente me irritam há-de extinguir-se. A população portuguesa aumentou de 6 para 10 milhões entre 1900 e 2000. Está a diminuir agora. Com a população a encolher e os gostos a mudar, estas casas que agora me incomodam afundar-se-ão lentamente na terra, nos vales, nas encostas – sumidas talvez em florestas, como aqueles socalcos e muros rurais cujos traços hoje só aparecem depois dos incêndios. Por todo o país, especialmente fora do Alentejo, morreram ou estão a morrer as velhas habitações da sociedade rural. Um dia, morrerão as casas da emigração da década de 1970 e dos juros baixos da década de 1990. Haverá então um país novamente limpo. Já não será o meu. Mas consola-me imaginá-lo. As casas não me ajudam apenas a aceitar a mortalidade. Ajudam-me a desejá-la. Talvez as casas sirvam para isso: para nos chamar à morte. «Falemos de casas, da morte» (Herberto Helder). Foi disso que estive a falar?



JOÃO PEREIRA COUTINHO

Viagens

Quando a morfina já não funcionava para as dores, Oscar Wilde optou finalmente pelo ópio e pelo champanhe. A frase *"I'm dying beyond my means"*, tão bela e perfeita e poética que até dói, terá nascido nesse momento derradeiro. O caso não mostra apenas o génio de Wilde. Mostra que, no debate corrente sobre a eutanásia, matar é um erro desumano e vulgar; mas proporcionar uma despedida em grande, a melhor das soluções

VIAJAR DE COMBOIO tem as suas vantagens. A maior delas é observar a fauna circundante e analisar o que faz um ser humano em três horas de viagem, com o mundo a correr pela janela. Uns dormem. Outros, na impossibilidade do esquecimento profundo, dormitam apenas. Alguns lêem, conversam, trocam mensagens. Ou, pior, fazem telefonemas e recebem telefonemas e fazem telefonemas. Mas uma certa experiência com o nosso escol político, que circula entre Lisboa e Porto com frequência, inaugura uma nova categoria de viajantes: a categoria dos que não fazem rigorosamente nada. Semanalmente, encontro alguns dos nossos tribunos. E, nas três horas da praxe, os representantes da Pátria atravessam Portugal sem lerem uma linha. Acordados. Pasmados. Parados. Isto diz alguma coisa sobre a nossa nata parlamentar. Não será coisa boa.

LEIO NA REVISTA *Prospect* que o chamado *soft paternalism* tem crescido nas sociedades ocidentais. Não que eu duvidasse: olhamos em volta e as exibições de paternalismo de Estado excedem o tolerável para qualquer cabeça livre. Mas este paternalismo *soft*, ao contrário do *hard*, não está disposto a proibir; mas em mostrar aos indivíduos que eles estão errados nas suas opções de vida e que cabe à autoridade do Estado orientá-los na busca do bem. Conta a *Prospect* que são vários os jogadores compulsivos de roleta que, convencidos pela força da vara, voluntariamente se inscrevem nas "listas negras" dos casinos. Mas talvez não seja necessário olhar para os casinos de hoje quando Isaiah Berlin analisou o problema no seu *Two Concepts of Liberty*, um clássico com meio século. O ensaio, como o título sugere, apresenta dois conceitos de liberdade (positiva e negativa) que, historicamente falando, acabariam por evoluir de formas distintas. É o caso da liberdade em sentido positivo, entendida não como um espaço de não-interferência onde eu posso agir sem a coacção de terceiros (o sentido negativo do termo) mas em que as minhas decisões só serão realmente livres se forem racionais, se partirem de um agente na posse da sua autonomia e senhor do seu destino. O problema, explica Berlin, é que este conceito, estimável em teoria, foi usado e abusado por déspotas de todo o tipo que, em nome de uma liberdade "real", e não "aparente", se propuseram a "libertar" os indivíduos das suas lamentáveis confusões. No fundo, a fazerem aquilo que os seres humanos fariam se, ao menos, pudessem percepcionar os seus "verdadeiros" interesses. O problema do paternalismo *soft* não está na forma, evidente, como infantiliza os seres humanos. Está antes na maneira "benigna" como manipula as suas autonomias, acabando por destruir o que neles é mais autenticamente humano: a possibilidade de acertarem ou errarem por sua conta e risco.

LEIO NA IMPRENSA BRITÂNICA que o quarto onde morreu Oscar Wilde pode ser vosso. O problema é a diária: são 400 euros, mais coisa menos coisa, para contemplar as cortinas que tanto incomodavam o velho Oscar. Aconteceu em 1899, quando uma infecção no ouvido (esqueçam a sífilis) atirou com o homem para uma cama do Hôtel d'Alsace (hoje L'Hotel, na rue des Beaux-Arts) e este, em momento derradeiro, terá dito: "*My wallpaper and I are fighting a duel to the death. One or other of us has to go.*" Mas existe uma outra frase lendária, que a doença permitiu e que merece citação: quando a morfina já não funcionava para as dores, o escritor optou finalmente pelo ópio e pelo champanhe. A frase "*I'm dying beyond my means*", tão bela e perfeita e poética que até dói, terá nascido nesse momento derradeiro. O caso não mostra apenas o génio de Wilde. Mostra que, no debate corrente sobre a eutanásia, matar é um erro desumano e vulgar; mas proporcionar uma despedida em grande, a melhor das soluções.

A VANTAGEM do cepticismo está na surpresa. Na boa surpresa. Quem não embarca em entusiasmos, festeja um entusiasmo com alegria redobrada. Isso acontece com as melhores séries de televisão, que entram lá em casa com anos de atraso. Amigos vários aconselham *Prison Break* como narrativa comestível? Eu agradeço o conselho, mas agora ando entretido com outras pastagens. *A Balada de Hill Street*. Não sei se conhecem. É muito bom. Mas às vezes cedo e concedo. Aconteceu com *Dr. House* e quem aconselhou sabia o que aconselhava. Verdade: conheço o actor Hugh Laurie da comédia e o seu Bertie Wooster é a criação definitiva do herói, ou do anti-herói, de P. G. Wodehouse para os ecrãs. Nova verdade: sou um fanático menor de Sherlock Holmes e House, como qualquer especialista percebe, é uma adaptação fiel do herói de Conan Doyle. Não apenas pelas razões óbvias que a revista *Pública* relembrou há uns tempos: um 'detective' de doenças assaz obsessivo, solitário, arrogante e viciado, que desvenda casos atrás de casos quando a esperança dos terráqueos está perdida. Mas sobretudo porque a inspiração primeva para Sherlock Holmes partiu, precisamente, de um professor de Medicina do próprio Conan Doyle, que exibia nas aulas as qualidades que o autor acabaria por transportar para a personagem. *Dr. House* é um regresso ao molde original. Claro que as más línguas, a começar pelas más línguas dos meus amigos, dirão que o meu carinho por House é o afecto de um misantropo por outro, a que não falta sequer o ligeiro coxear (meu) que ainda dispensa a bengala (dele). Para os meus amigos, uma vénia e uma promessa: quando os anos tiverem feito o que só os anos sabem, eu serei um docinho de bengala e chapéu. E, quem sabe, partirei para Veneza com todos eles – e a *Cavalleria Rusticana* a soar pelos canais.

TIAGO MOREIRA DE SÁ

OS ESTADOS UNIDOS E A REVOLUÇÃO DE SPÍNOLA

Segundo documentos inéditos e exclusivos, no dia 25 de Abril de 1974, enquanto em Lisboa se dava o golpe de Estado, o todo-poderoso Henry Kissinger reunia-se com o Departamento de Estado norte-americano. Um dos temas em cima da mesa era a chamada revolução dos cravos e o papel do general António de Spínola. O investigador **Tiago Moreira de Sá** conta como o processo revolucionário foi acompanhado a par e passo por Washington

A 25 de Abril de 1974, Henry Kissinger reúne com o *staff* do Departamento de Estado que dirigia. Um dos temas em cima da mesa é o golpe de Estado em Portugal, a chamada revolução dos cravos. Vale a pena transcrever parte do que foi dito sobre o nosso país, num diálogo inédito entre o todo-poderoso secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e o responsável máximo do Departamento de Estado para os Assuntos Europeus, Arthur Hartman.

Arthur Hartman: «Espero que não me negue a oportunidade de falar sobre um golpe de Estado na Europa. Não é todos os dias que tenho essa hipótese (risos). As últimas notícias são que [Marcello] Caetano foi preso – não há nenhuma palavra sobre o que aconteceu com [Américo] Tomás. Existe um relato de um funcionário da embaixada dizendo que Spínola estava a ir para o quartel-general nacional no meio da aclamação popular. De qualquer modo, ainda nada é absolutamente definitivo sobre que grupo tomou conta do poder e quais as suas políticas. Tanto quanto sei, não há relatos a partir das colónias sobre as actividades lá.»

Henry Kissinger: «Então, se se trata de Spínola a política nas colónias será mais liberal.»

AH: «Mais liberal. Existem algumas evidências de que têm existido grupos económicos a apoiar a posição [de Spínola].»

HK: «Mas eles têm que estar loucos para pensarem que podem aguentar as colónias através de meios mais liberais. Assim que entrarem por esse caminho vão perder as colónias.» (1)

"O MAIS CONDECORADO HERÓI DE GUERRA"

O diálogo entre Henry Kissinger e Arthur Hartman constitui um resumo elucidativo da reacção inicial dos Estados Unidos ao 25 de Abril. Nele se percebe a surpresa com que o derrube do Estado Novo é recebido em Washington, assim como o quase total desconhecimento acerca do Movimento das Forças Armadas (MFA) – e, finalmente, a atribuição do golpe de Estado militar a António de Spínola.

Estas percepções são confirmadas pelos demais registos existentes nos arquivos norte-americanos, desde logo pela correspondência trocada entre a Embaixada em Lisboa e o Departamento de Estado.

Ainda na manhã de 25 de Abril, o Deputy Chief of Mission (DCM) da Embaixada, Richard Post – que estava a substituir o embaixador Stuart Nash Scott, uma vez que este se encontrava nos Açores, em trânsito para os EUA, onde ia participar numa reunião de antigos alunos de Harvard –, envia um primeiro telegrama para Washington procurando descrever os acontecimentos em Portugal. O relato é vago, baseado exclusivamente nas informações fornecidas pela rádio e jornais. Mesmo dizendo não o poder confirmar, atribui-se erradamente a autoria do golpe a Spínola: «A cidade está tensa mas calma, com um elevado número de militares em evidência. Não se sabe ao certo quem comanda os revoltosos. Na rádio afirma-se que o objectivo do movimento é o de libertar o país do regime que há muito o domina. A imprensa estrangeira especula que o movimento é favorável a Spínola e esta ideia ganha algum crédito com a declaração de que o intuito é libertar o país do velho regime. Porém, não podemos confirmar que seja verdade e não temos indicação sobre quem está envolvido e quem comanda o movimento, excepto que é dominado pelo exército.» (2)

Também as informações da Central Intelligence Agency (CIA) se revelam insuficientes. Embora referindo-se ao MFA, considera-o como um grupo devoto de Spínola: «Os líderes da rebelião, que se auto-designam de "Movimento das Forças Armadas", são praticamente desconhecidos, mas são quase de certeza oficiais de nível intermédio devotos do General Spínola. (...) O prestígio [de Spínola] é tal que, apesar das divisões entre as Forças Armadas, pode ser capaz de as manter totalmente sob controlo. (...) Spínola pode, provavelmente, esperar melhores relações com o resto da Europa, com os seus aliados da NATO e as forças internacionais críticas da política ultramarina portuguesa.» (3)

Face a estas informações provenientes da Embaixada em Lisboa e dos serviços secretos não é de estranhar o tom favorável do memorando elaborado a 29 de Abril por Kissinger para o presidente dos EUA, Richard Nixon. Nele, o secretário de Estado começa por confessar que «os líderes da rebelião são praticamente desconhecidos», mas acrescenta: «eles são quase de certeza oficiais de nível intermédio leais ao general Spínola.» Em seguida procura informar Nixon sobre os objectivos do golpe: «liberalização da política colonial portuguesa e restauração das liberdades internas». Spínola é apresentado como «o mais condecorado herói de guerra português» e «autor de um livro que se atreveu a afirmar que era impossível uma solução militar para o problema da guerra em África, devendo ser encontrada uma solução política.» Na obra, refere-se também, o general «apelou a uma nova Constituição portuguesa que garanta liberdades civis e instituições democráticas.» Kissinger escreve ainda que «Spínola parece ter tido um início auspicioso"» porque «o seu prestígio é tão grande que, apesar das divisões no seios das Forças Armadas, deve ser capaz de mantê-las sob controlo.» (4)

SPÍNOLA À LA DE GAULLE

Uma das razões pelas quais as autoridades norte-americanas atribuem a Spínola a autoria do 25 de Abril passa pela incompreensão das diferenças existentes entre o general e o MFA, que estariam na base do conflito entre estes dois pólos de poder ao longo de toda a primeira fase da revolução portuguesa, que vai até ao choque de 28 de Setembro, manifestando-se prioritariamente na questão africana.

"A cidade está tensa mas calma, com um elevado número de militares em evidência. Não se sabe ao certo quem comanda os revoltosos. A imprensa estrangeira especula que o movimento é favorável a Spínola e esta ideia ganha algum crédito"

Na realidade, a análise do conjunto da documentação dos arquivos americanos relativa a este período permite verificar que, durante quase um mês, não é feita nenhuma referência explícita à existência de divergências entre Spínola e o Movimento das Forças Armadas.

Só a 10 de Maio podemos encontrar na correspondência trocada entre Lisboa e Washington uma menção explícita à existência de diferendos entre ambos, ainda que desvalorizando-os e sobrestimando a força do general. Escreve Stuart Nash Scott, então embaixador dos EUA em Lisboa: «o nosso julgamento é que quaisquer diferenças entre a Junta e o Movimento das Forças Armadas que conduziu o golpe e instalou a Junta no poder não são sérias e que Spínola e Costa Gomes controlam o poder». Neste telegrama, o embaixador discorre sobre o MFA afirmando que «há várias indicações, muitas vezes contraditórias e abertas a diferentes interpretações, sobre o papel do Movimento das Forças Armadas no presente regime português. (...) O MFA é hoje representado por um ou mais "comités" de oficiais de patente intermédia. Os membros destes comités são geralmente jovens, embora alguns sejam coronéis. Eles têm sido caracterizados como inteligentes e idealistas. Há informações que alguns frequentaram escolas militares dos Estados Unidos. De acordo com alguns relatos, há um comité instalado no palácio presidencial de Belém (onde a Junta

As informações da CIA estavam erradas. Referindo-se ao MFA, considera-o como um grupo devoto de Spínola: «os líderes da rebelião são praticamente desconhecidos, mas quase de certeza oficiais de nível intermédio devotos do general Spínola»

está localizada). E segundo outros relatos, existem dois comités instalados, um no Ministério da Defesa (onde Costa Gomes tem o seu posto), e outro no posto de comando original do Movimento, no quartel-general do 1.º Regimento de Engenharia. Os membros do Comité (ou Comités) monitorizam as decisões tomadas pela junta.» E, com base nesta informação vaga, Scott conclui de modo significativo: «a nossa melhor estimativa é que a Junta tem consultas regulares com os oficiais de patente intermédia e é receptiva às suas opiniões, mas não está, repetimos, não está sob o controlo do Movimento das Forças Armadas. Temos obtido informações sobre diferenças entre os dois grupos acerca de África, onde se diz que a Junta pretende movimentar-se mais devagar do que o Movimento, e sobre a inclusão de comunistas no Governo Provisório, onde se diz que a Junta é favorável a esta inclusão e o Movimento opõe-se. De qualquer maneira, acreditamos que estas (e quaisquer outras) divergências têm sido, ou serão, tratadas de modo amigável e que, ideologicamente, a Junta e o Movimento não estão muito longe.» (5)

Somente a partir da "crise Palma Carlos", o conflito entre Spínola e o MFA passa a ocupar as preocupações dos governantes norte-americanos. A 9 de Julho o primeiro-ministro demite-se após terem sido recusadas as suas propostas de alteração à lei constitucional (Lei 3/74).

No dia seguinte, ocorre mais uma reunião de Henry Kissinger com o seu *staff* do Departamento de Estado onde, entre outros assuntos, são analisadas as consequências da "crise Palma Carlos":

Arthur Hartman: «A situação portuguesa está também a tornar-se mais confusa. Alguns ministros demitiram-se, incluindo o primeiro-ministro. Parece que as coisas estão a transformar-se numa luta entre o próprio Spínola, que quer ter mais poder e dar mais poder aos ministros civis e "centristas", e os militares [do MFA] que o têm apoiado.»

Henry Kissinger: «A minha previsão tem sido sempre que só há dois desenvolvimentos possíveis. Ou os militares tomam conta do poder ou a esquerda fá-lo-á.»

AH: «Há uma complicação adicional pois existem alguns elementos de esquerda no grupo militar.»

HK: «Nós estamos fora disso?»

AH: «Tanto quanto sei.»

HK: «Bem, diz-lhes para ficarem fora disso. Sabemos o suficiente para ter uma perspectiva?»

AH: «Penso que não sabemos.»

HK: «Bem, desde que estejamos fora disso. Pessoalmente, prefiro que um grupo centrista domine a situação. Mas não vejo que tipo de apoio poderá ter.»

AH: «Claramente, terá que ter o apoio dos militares.»

HK: «Aparentemente, Soares continua no Governo.»

AH: «Sim.»

HK: «Ele pertence à facção extremista?»

AH: «Não. Mas está aparentemente à espera do seu momento, pois penso que esta é mais uma luta entre os dois ministros comunistas, um dos quais é o ministro do Trabalho, e os centristas.» (6)

A 27 de Julho, Spínola sofre novo revés ao ver-se forçado a aceitar a promulgação da Lei 7/74 que reconhece o direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos. Para todos os efeitos é o fim do projecto federalista do general para a África portuguesa e a vitória da linha preconizada pelo MFA para a descolonização.

Em dois telegramas para o Departamento de Estado, respectivamente a 27 e 29 de Agosto, o embaixador Scott Stuart procura avaliar o alcance de mais este desenvolvimento do conflito entre Spínola e o MFA. Embora reconhecendo a cedência do general ao Movimento das Forças Armadas, faz um balanço muito favorável ao ainda Presidente da República. Para ele, quatro pontos são claros: «a) Spínola abandonou a sua exigência de um referendo nas colónias; b) Spínola abandonou igualmente a ideia de uma confederação; c) Spínola aceita agora a independência como virtualmente o único resultado para os territórios ultramarinos; d) Spínola quer um cessar – fogo imediato».

Para o embaixador é certo que se trata de uma «cedência de Spínola por pressão do MFA». Porém, longe de concluir que o general foi de novo derrotado e, logo, enfraquecido, o diplomata considera que «a popularidade de Spínola atingiu um novo máximo e o discurso [de reconhecimento do direito à independência] foi percepcionado como dando-lhe um lugar na história mundial à la De Gaulle.» (7)

"ESPERAR PARA VER" OU "DAR PANCADA SUFICIENTE EM PORTUGAL"

O elemento decisivo para compreender a avaliação norte-americana nesta primeira fase da transição portuguesa, incluindo o seu posicionamento no conflito entre Spínola e o MFA, encontra-se na inclusão de dois elementos do Partido Comunista Português (PCP) no Governo Provisório – Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves integram o I Governo Provisório que toma posse a 15 de Maio de 1974, respectivamente como ministro sem Pasta e ministro do Trabalho.

A presença de elementos comunista no governo de um país membro da NATO é percepcionada nos EUA como um precedente perigoso, sobretudo numa altura em que há crescente probabilidade de os comunistas chegarem ao poder em Itália e França e em que Grécia e Espanha estão em processos de mudança de regime. Teme-se que Lisboa possa influenciar negativamente Roma, Paris, Atenas e Madrid, ou seja, a evolução política de toda a Europa do Sul. Portugal começa a ser visto como uma peça oscilante de um novo "dominó" vermelho agora em pleno flanco sul da NATO.

Tendo em conta este contexto geopolítico, percebe-se que a atitude de Washington face ao evoluir da revolução portuguesa dependa muito da forma como as autoridades de Lisboa lidem com o problema do comunismo. Qualquer acção norte-americana está directamente ligada ao modo, favorável ou desfavorável, de evolução do seu objectivo último – forçar a saída do PCP do Governo e travar a sua revolução. Ou seja, a Administração norte-americana "espera para ver". Na prática, isso traduz-se na decisão de não apoiar Spínola, mesmo simpatizando com o seu projecto para a Metrópole e para o Ultramar, recusando os pedidos de auxílio político e económico feitos pelo general. Trata-se de transmitir uma mensagem clara a Portugal, bem como a Itália, França, Espanha e Grécia: a de

Só a 10 de Maio podemos encontrar na correspondência trocada entre Lisboa e Washington uma menção explícita à existência de diferendos entre Spínola e os capitães de Abril, ainda que desvalorizando-os e sobrestimando a força do general.

"Um emissário de Spínola, Abel Pinheiro, velho amigo do Embaixador do Brasil, descreveu a situação no palácio presidencial de Belém como muito confusa, com Spínola transtornado, Galvão de Melo violento (dando murros nas mesas) e Costa Gomes, como sempre, indeciso"

que um país da NATO com comunistas no governo não pode contar com qualquer ajuda americana.

Todavia, enquanto "espera para ver", Washington acautela-se contra os perigos de segurança decorrentes da participação do PCP no I Governo Provisório. Logo após a tomada de posse do executivo liderado por Palma Carlos é vedado a Portugal o acesso às informações classificadas da NATO. A partir de Junho, os EUA começam também a exercer uma forte pressão sobre as autoridades portuguesas, bem como sobre os aliados europeus, com o objectivo de afastar o país do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO (NPG).

Segundo Witney Schneidman, Henry Kissinger «(...) especialmente enervado com facto de o primeiro governo democrático num espaço de cinquenta anos incluir Álvaro Cunhal (...) e Avelino Gonçalves (...)», equacionou mesmo a hipótese de ir mais longe na forma de lidar com este problema. Tendo por base a entrevista feita a Helmut Sonnenfeldt, conselheiro do Departamento de Estado, o autor escreve que «Kissinger concluiu que "dando pancada suficiente" em Portugal, os comunistas sairiam do governo. Apenas uma acção deste tipo enviaria o sinal correcto a outras nações da Europa Ocidental (...).» (8)

Porém, todos os registos apontam para que os EUA tenham mesmo optado, nesta fase, por "esperar para ver", podendo o melhor exemplo disto ser encontrado nas reticências de Nixon a quando do encontro com Spínola nos Açores. O presidente americano limita-se a assegurar ao general, de modo muito genérico, que «teria não só a compreensão do governo dos Estados Unidos, mas também, na medida das possibilidades, apoio.» (9)

SPÍNOLA TRANSTORNADO

O clímax do conflito entre Spínola e o MFA ocorre com os acontecimentos do 28 de Setembro. Uma vez mais o general sai derrotado. Forçado a ceder em toda a linha, demite-se.

Antes, porém, o Presidente da República ainda tenta resistir e toma a decisão de pedir a intervenção da NATO em seu auxílio, procurando para o efeito contactar Richard Post, com a intermediação do embaixador brasileiro, General Carlos Alberto Fontoura.

O episódio é relatado por Stuart Nash Scott para Washington: «Nesta madrugada, um emissário do presidente Spínola, Abel Pinheiro, um velho amigo do embaixador do Brasil, telefonou-lhe para a sua residência oficial. Muito agitado, descreveu a situação no palácio presidencial de Belém como muito confusa, com Spínola transtornado, Galvão de Melo violento (dando murros nas mesas) e Costa Gomes, como sempre, indeciso. (...) Pinheiro disse ainda que Spínola e parte do Conselho de Estado tinham estado reunidos para considerar as medidas a tomar. O grupo incluiu Spínola, o general Costa Gomes, o general Galvão de Melo, o general [Diogo] Neto, o tenente-coronel [Almeida] Bruno e, muito curiosamente, Rui [Luís] Gomes (considerado o reitor comunista da universidade do Porto). O grupo esteve a considerar três alternativas para prevenir o que Spínola considera a iminente tomada "legal" do governo português pelos comunistas: (1) Spínola pedia asilo em Espanha e procurava obter o reconhecimento do Governo Provisório no exílio aí estabelecido; (2) pedia-se à NATO que interviesse militarmente em Portugal; (3) pedia-se a Espanha que interviesse militarmente em Portugal através da invocação do Pacto Ibérico que obrigava ambas as partes a assistir a outra para repelir uma agressão (sendo neste caso a agressão o fornecimento de armas soviéticas aos comunistas). [Abel] Pinheiro pediu ao embaixador brasileiro para actuar como intermediário junto da NATO e do embaixador espanhol. (...) Por volta das 15 horas locais, Pinheiro voltou de novo a encontrar-se com o embaixador brasileiro e disse-lhe que Spínola tinha atingido agora um estádio de desespero, concluindo que não tinha outra escolha que não fosse demitir-se de Presidente». (10)

"O governo dos Estados Unidos está a seguir com atenção os acontecimentos em Portugal; estamos já preocupados com a presença de comunistas no governo português e os relatos de uma rápida viragem à esquerda no governo não são tranquilizadores"

Os acontecimentos do 28 de Setembro, a demissão de Spínola e o seu discurso "em tons sombrios" na televisão produzem a primeira "forte reacção" do governo norte-americano no contexto da transição portuguesa. A 1 de Outubro, Kissinger envia um telegrama a Scott com as seguintes instruções: «Face à resignação de Spínola e ao rápido ritmo das mudanças políticas em Portugal, deve pedir rapidamente um encontro com o General Costa Gomes no qual deve informá-lo que: o governo dos Estados Unidos está a seguir com atenção os acontecimentos em Portugal; estávamos já preocupados com a presença de comunistas no governo português e os novos relatos de uma rápida viragem à esquerda no governo não são tranquilizadores; estamos muito interessados em ter a avaliação de Costa Gomes sobre os recentes eventos em Portugal, em particular no que diz respeito ao papel de Portugal na NATO». (11)

Em simultâneo, crescentemente convencido que a sua Embaixada em Lisboa não tem competência para lidar com a ascensão comunistas em Portugal, o secretário de Estado decide enviar ao país uma missão de *fact-finding*, liderada pelo responsável da *desk* de Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado, Alan Lukens. Em consequência desta mesma missão, o responsável pela política externa dos Estados Unidos decide mudar a embaixada em Lisboa. Cerca de uma semana depois do envio deste telegrama a anunciar o envio da "missão Lukens" a Portugal, Scott recebe um telefonema do Departamento de Estado para lhe «comunicar que ia ser substituído». A 16 de Novembro, Frank Carlucci é nomeado embaixador em Portugal.

(1) *The Secretary´s Principals and Regionals Staff Meeting*, Department of State, April 26, 1974, National Archives.
(2) Embtel, Lisbon 1580, April 25, 1974.
(3) CIA, Intelligence Memorandum, *The Coup in Portugal*, April 27, 1974
(4) *Memorandum for the President. From: Henry A. Kissinger. Subject: Coup in Portugal*, April 29, 1974, National Archives
(5) Embtel, Lisbon. 1873, May 10, 1974. Merece ser sublinhada a parte deste telegrama onde Scott afirma que, relativamente à inclusão de comunistas no Governo Provisório, a Junta é favorável e o Movimento opõe-se.
(6) *The Secretary´s Principal´s and Regional´s Staff Meeting*, July 10, 1974
(7) Embtel, Lisbon, 3183, July 27, 1974 e Embtel, Lisbon, 3197, July 29, 1974
(8) Witney Schneidman, *Confronto em África*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 203
(9) Richard Nixon, *Public Papers of the Presidents of United States of America*, p. 537
(10) Embtel, 4185, Lisbon, September 29, 1974
(11) Deptel, 03573, October 1, 1974

BRUNO CARDOSO REIS

O FUTURO DA DIVISÃO ENTRE ESQUERDA E DIREITA

"Para a divisão Esquerda/Direita ter um sentido mais do que formal tem de se vislumbrar alguma continuidade de conteúdo. Será que é possível encontrá-la? Creio que sim. Façam um teste simples. Perguntem a alguém: o Estado gastar mais é bom ou mau?"

A revista britânica *Prospect* publicou um dossier com cem testemunhos (de Giddens a Joseph Joffe passando por Michael Ignatieff) sobre o futuro da dicotomia Esquerda/Direita. Terão estas inimigas íntimas desde a nascença a sua sobrevivência assegurada numa época de tantas mudanças e tantas redundâncias, ou estarão destinadas ao caixote de lixo da História?

Os textos do dossier são de tamanho e qualidade muito variável. Mas ninguém (ou quase) pensou reduzir a rica herança da filosofia política ou as amplas possibilidade de acção cívica ou governativa a tão simples dicotomia. Há, porém, muitos que defendem nas páginas da *Prospect* que a proliferação de novos desafios afundará esta velha distinção. E propõem alternativas: Cosmopolitismo v. Isolacionismo; Materialismo v. Ecologismo; Patriotas v. Plutocratas; Rural v. Urbano; Civilizações v. Civilizações; Seculares v. Religiosos; Indivualistas v. Comunitaristas; Totalitaristas v. Antitotalitaristas. Interessante? Sem dúvida. Convincente? Duvido. Desde logo é duvidosa a novidade de muitas destas divisões.

Há também quem ataque a pertinência desta dicotomia política mesmo no passado. E é realmente inegável a maleabilidade na aplicação destas etiquetas Esquerda e Direita ao longo deste dois séculos. Mas seria estranho que tanta coisa mudasse desde que tal divisão nasceu no parlamento da Revolução Francesa e só a política permanecesse imutável. Como estranho será que, no futuro, todas as questões importantes possam ser reduzidas a esta simples dicotomia.

Mas para a divisão Esquerda/Direita ter um sentido mais do que formal, apesar de tudo tem de se vislumbrar alguma continuidade de conteúdo por debaixo de toda esta mudança. Será que é possível encontrá-la? Creio que sim. Façam um teste simples. Perguntem a alguém: o Estado gastar, intervir mais, é bom ou mau? Alguém de Esquerda, por muito moderada que seja, tenderá a dizer que é bom, mesmo que acrescente que desde que isso seja economicamente viável e resulte numa educação e saúde públicas mais eficientes. Alguém de Direita, por muito socialmente consciente que seja, dificilmente deixará de dizer que é mau, que melhor, melhor seria que o Estado gastasse menos e deixasse as empresas e as pessoas gastarem mais. Por muitas outras questões novas e importantes que aí venham, esta diferente propensão para valorizar ou desvalorizar o papel do Estado passou a ser irrelevante? Não creio.

Claro que as políticas de governo tendem a ser centristas. Têm de concentrar-se em problemas semelhantes, que são os de uma determinada época, e de procurar para eles soluções exequíveis. É certo que os partidos tendem a perder militantes. Porém, numa sociedade cada vez mais individualista, os grupos organizados, mesmo pequenos, pesarão muito. É verdade que há a concorrência das ONG. Mas esse tipo de organizações –precisamente porque são não-governamentais – não reclama o exercício do poder e organiza-se em torno de questões específicas. Para governar ainda será preciso oferecer uma visão global, ou pelo menos um programa de governo e palavras de ordem. E dificilmente os *slogans*, programas e organizações políticas do futuro escaparão completamente à dicotomia Esquerda/Direita.

É que se o homem é um animal político (como dizia o velho Aristóteles), é-o porque precisa de grupos, de hábitos, de identidades. Portanto, não se muda de filiações, de etiquetas, de genealogias com facilidade (e sem custos). Isso pode irritar o racionalismo estrito de alguns analistas (embora logicamente não devesse). Mas muito da vida, e não pouco da vida política, passa por aí. Por outro lado, o nosso sistema político democrático promove a divisão. Logicamente não há nenhuma razão para numa eleição ter de haver mais de um candidato, mais de um partido. Até poderia ser que um candidato ou partido fossem tão bons que todos quisessem sinceramente apoiá-los. Mas alguém duvida que o homem é (também) um animal de conflitos, e que portanto esta hipótese perfeitamente racional nos parece totalmente irreal? Mais, uma eleição dessas seria vista como sinal de uma crise grave do sistema democrático. Ao mesmo tempo, há um limite para a paciência das pessoas relativamente à política. Esquerda e Direita são um atalho conveniente. Ninguém, discutindo-se política, consegue escapar à pergunta: mas afinal você é de Esquerda ou de Direita? Eu, por exemplo, sou de Esquerda Liberal. Mas duvido que a resposta seja inteiramente convincente para muitos. A dicotomia, em toda a sua simplicidade, ainda pode muito.

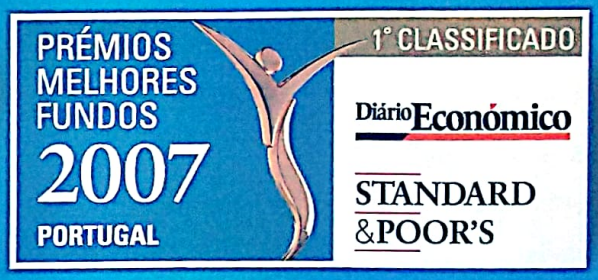
P.S. – Agradeço à Marina Costa Lobo ter-me chamado a atenção para este número da *Prospect*.

OS CLIENTES BPN LUCRAM MAIS.

Quatro anos consecutivos de prémios provam-no.

BPN Conservador - 1.º lugar pelo 4.º ano consecutivo

Obrigações a Curto Prazo Euro - Fundos Domésticos:
- a um ano - Edições de 2004 e 2005,
- a três anos - Edições de 2005, 2006 e 2007.



BPN Renda Mensal - 1.º lugar pelo 2.º ano consecutivo

Obrigações a Curto Prazo Euro - Fundos Domésticos:
- a um ano - Edições de 2006 e 2007.

BPN Tesouraria - 1.º lugar pela 2.ª vez

Tesouraria Euro Plus - Fundos Domésticos:
- a um ano - Edição de 2005,
- a três anos - Edição de 2007.

BPN Renda Mensal - 2.º lugar

Obrigações a Curto Prazo Euro - Fundos Domésticos:
- a três anos - Edição de 2007.

Pelo quarto ano consecutivo, os **Fundos de Investimento Mobiliários do BPN** foram galardoados com os Prémios Melhores Fundos Portugal. Para nós, o reconhecimento obtido na edição de 2007 dos **Prémios Melhores Fundos Portugal do Diário Económico - Standard & Poor's** é motivo de orgulho e vem premiar a dedicação na gestão de activos e o empenho na criação de valor para os nossos Clientes.

Linha BPN 808 22 44 44 www.bpn.pt

BPN Gestão de Activos

GRUPO BPN

ADOLFO MESQUITA NUNES E ANDRÉ ABRANTES AMARAL

OS CATÓLICOS E O ESTADO LAICO

A dependência dos católicos portugueses em relação ao Estado traduziu-se também em termos políticos e partidários. Os resultados estão à vista: a inexistência de um partido político que se apresente ao eleitorado com uma visão não socialista da arte de governar

Os católicos portugueses nunca procuraram uma alternativa ao Estado na sociedade. Ao invés, tentaram moldá-lo à sua imagem e semelhança. Numa postura de constante imposição, quiseram que este satisfizesse as suas simpatias, respondesse aos seus anseios, mesmo que à custa das vontades alheias. No que se pode considerar uma visão egoísta do Estado, "aprisionaram" a direita portuguesa, dando-lhe primazia, primeiro no apoio concedido a Salazar e, já depois do 25 de Abril, votando maioritariamente nos partidos que os queriam representar.

Os resultados deploráveis estão à vista: a inexistência de um partido político que se apresente ao eleitorado com uma visão não socialista da arte de governar; a estagnação intelectual de quem, para fugir ao marxismo mantendo o Estado, se deixou arrastar nas correntes conservadoras e nacionalistas e, seguidamente, se entregou à social-democracia ou até mesmo à democracia-cristã.

Em boa verdade, com excepção dos devaneios anti-clericais da I República, os católicos portugueses beneficiariam sempre de uma ampla protecção estadual, que os desencorajou de qualquer reivindicação relativa a um novo modelo relacional entre o Estado e os cidadãos.

Salazar compreendeu como ninguém que os católicos constituíam a mais ampla base social do país. Tendo isto em mente, ofereceu-lhes não só os privilégios e o assistencialismo do regime, como também a garantia de adesão estadual aos princípios norteadores da moral católica, convenientemente difundidos através de todos os meios à disposição do autoritarismo do Estado Novo, desde a elaboração e aplicação da lei até à censura. Não surpreende, por isso, o pacto que a comunidade e hierarquia católica cedo fizeram com Salazar e que atravessou as várias décadas do regime.

Houve, evidentemente, excepções a este clima de entendimento, nomeadamente por parte dos então apelidados "católicos progressistas". Desde a Associação Católica Portuguesa e as suas estruturas autónomas, nomeadamente a Juventude Universitária Católica, às diversas revistas e publicações como *Encontro* e *O Tempo e o Modo*, passando pela *Editora Moraes*, surgiu um empenhamento de certos círculos católicos na vida política portuguesa, que importa destacar.

Mas a expressão desses círculos, ainda que esporadicamente tenha assumido contornos políticos, ficou-se, quase sempre, pela actividade cultural e filosófica. Nem os desenvolvimentos do "caso Bispo do Porto", apesar da larga agitação provocada, motivaram uma resposta política organizada. Mesmo a experiência política da Ala Liberal, alguns anos mais tarde, preferiu ficar-se pela via de compromisso, colaborando na medida do possível com o regime de Marcello Caetano, em vez de enveredar por uma ruptura com o mutualismo reinante.

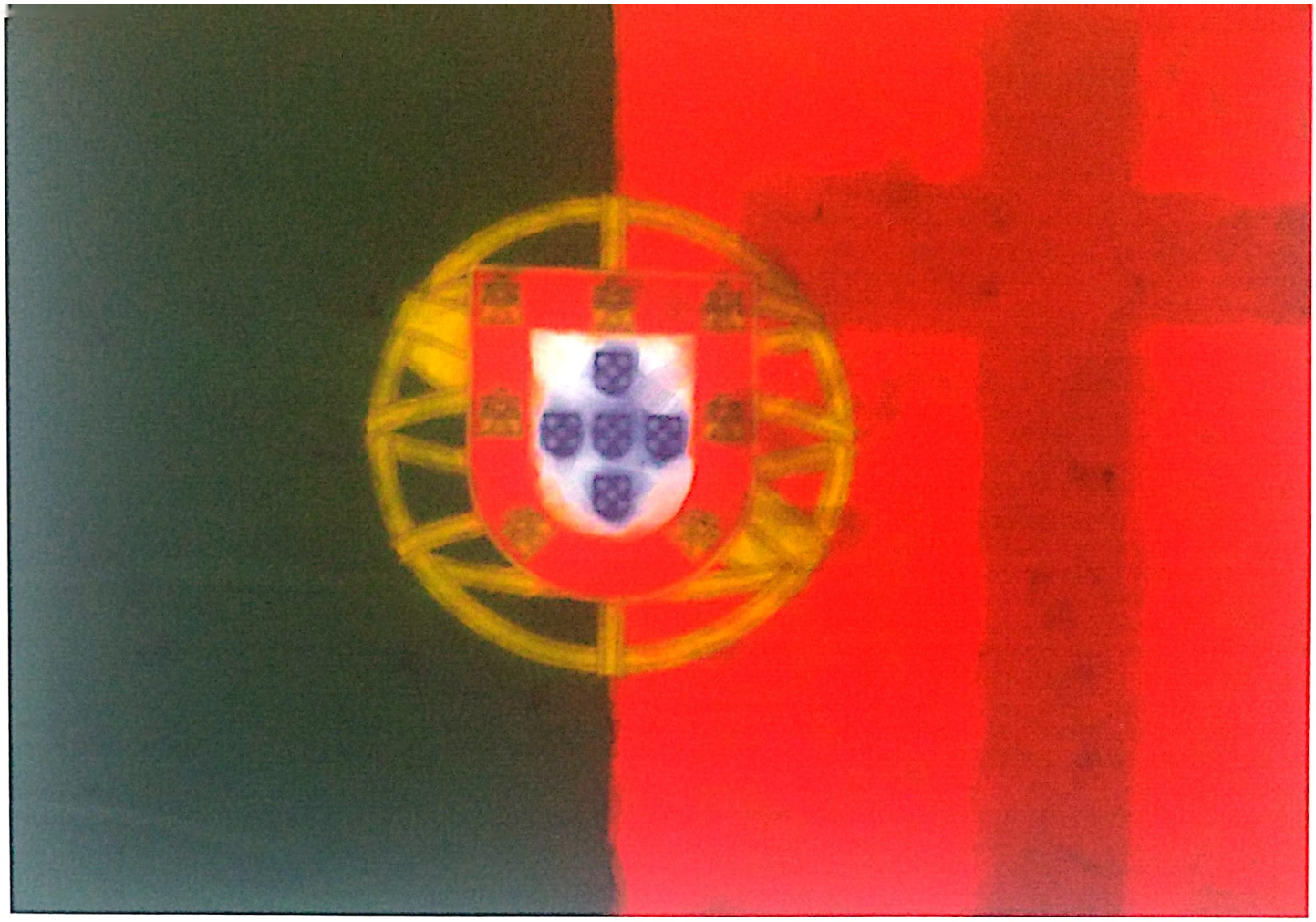
O período do Estado Novo retrata, por isso, com meridiana clareza, o apego dos católicos portugueses ao assistencialismo estadual. Em bom rigor, nem mesmo as poucas excepções que se desviavam do regime alguma vez manifestaram especial simpatia pelos movimentos políticos europeus que reclamavam a subsidiariedade da acção estadual, nunca chegando a constituir (ou rejeitando, até) um movimento alternativo ao socialismo e comunismo nascidos na clandestinidade.

Paragem no tempo

Não constitui, por isso, qualquer surpresa, que os católicos comprometidos quase integralmente com o Estado Novo tivessem optado por não fomentar qualquer iniciativa própria de cariz político após a revolução de Abril. Aliás, a própria hierarquia da Igreja, em Nota Pastoral datada de 4 de Maio de 1974, se declarou isenta e independente, realçando que não aceitaria a reivindicação da sua autoridade por movimentos políticos. Mais do que isso, como resulta da "Carta Pastoral sobre o Contributo dos Cristãos para a Vida Social e Política", de 16 de Julho, a Igreja incitou à filiação dos católicos em vários partidos, chegando mesmo a afirmar que nem todos os socialismos estavam dominados por ideologias inaceitáveis para um cristão.

A prudente reacção da Igreja e a reabilitação do socialismo foi tudo quanto se tornou necessário para que os católicos portugueses, progressistas ou não, se tivessem dispersado pelos vários partidos políticos, desde o PS e MES até ao CDS e PPM, sem qualquer necessidade de reverem o seu modelo relacional com o Estado.

A bem da verdade, o acolhimento dos católicos nos diversos partidos revelou a permanência do pacto outrora celebrado com Salazar: de um lado, os católicos forneciam a sua base social de apoio, ainda que dispersa por várias formações; do outro, os partidos permitiam a transição democrática dos católicos e a sua participação da formação da vontade política do país. Imersos no contexto socialista da revolução, e munidos de uma experiência de décadas de dependência do Estado, não é de estranhar que a maioria dos católicos que se filiaram no PSD, e até mesmo no CDS, fos-



Com excepção dos devaneios anti-clericais da I República, os católicos portugueses beneficiariam sempre de uma ampla protecção estadual, que os desencorajou de reivindicarem um nova relação entre o Estado e os cidadãos

sem verdadeiros socialistas, assim se mantendo até hoje. Por muito que recusem a ordem marxista da sociedade, não acreditam no indivíduo. Tremem quando ouvem a palavra proibida e substituem-na pela expressão "pessoa humana", um conceito difuso e mais fácil de entender. Os católicos vêem a família como ponto central da vida social e, em seu nome, pedem medidas de apoio por parte do Estado. Reconhecem a situação preocupante do ensino, mas respondem que tal se deve ao afastamento dos valores em que acreditam.

Conforme se viu na campanha do último referendo ao aborto, são contra os impostos quando aplicados em programas que ferem as suas crenças, mas já os defendem para obter verbas que financiem projectos sociais em que acreditam. A sua incoerência liquidou a iniciativa política dos partidos da direita e levou ao beco sem saída que assistimos no presente. O Estado esteve sempre no centro das suas análises políticas. Compreendendo que este estava a ser laicizado, tudo fizeram para suster o fenómeno. Mas perderam.

Perderam porque a sociedade de hoje já não é religiosa. Ora, é nessa sociedade laica que os católicos se encontram politicamente na defensiva e é na defensiva que lentamente vêem o Estado abraçar causas com as quais não concordam. A somar à sociedade laica, existe um Estado omnipresente. No ensino, na educação, na saúde, na reforma e no apoio social.

Uma sociedade laica munida de um Estado poderoso, naturalmente exige formas de vida únicas e igualitárias. Formas de vida que agridem muitas crenças católicas. A legalização do aborto é uma delas, mas há mais. A educação sexual nas escolas foge aos parâmetros católicos, ferindo muitas das suas convicções. Nos dias de hoje, não é através do Estado que o católico tem a garantia de poder viver de acordo com a sua fé.

A visão política de um católico já não é fazer o Estado à sua imagem, mas não permitir que este o transforme à semelhança de uma sociedade de sentido único. Ao católico, em nome da sua liberdade de crença, cabe-lhe pugnar não por uma sociedade universal, mas diversificada onde possa viver conforme aquilo em que acredita. Cabe-lhe a coragem para ter espaço e realizar os seus valores. É-lhe pedido o esforço por uma sociedade que o respeite, a si e a todos os que professam qualquer outro credo, da mesma forma que tem aprendido a respeitar os demais. Nesta lógica, seria desejável que os católicos apoiassem e se mobilizassem no sentido do alargamento da esfera individual face ao Estado, mesmo que desse alargamento possam resultar vivências de outra ordem, que um católico, no âmbito da sua crença, não possa acompanhar.

As políticas de um Católico Liberal

A única forma de um católico não ser contrariado nas suas crenças é realizando fora do Estado a sociedade em que acredita. Preocupando-se com o que estudam os seus filhos, pode propor a livre escolha dos programas de ensino que considere mais convenientes. Alertado para a desumanidade que são as reformas com idade pré-deter-

minada, pode bater-se pelo direito de planear a sua reforma, sem interferência estatal. Reconhecendo o direito à saúde como primordial para a dignidade da pessoa humana, resta-lhe a liberdade de construção de hospitais e centros de saúde, mesmo que sem apoio dos governos. Desistindo do Estado, os católicos, nas suas preocupações e cuidados, ganham espaço para si e para os seus valores. Recuperam a liberdade de escolha. Apenas dessa forma terão acesso aos mais variados centros de decisão que afectam as suas vidas e determinam aquilo que lhes é mais caro.

É certo não serem os católicos um grupo político homogéneo que siga instruções únicas quanto ao seu sentido do seu voto. Mas, não deixa de ser verdade serem um conjunto de indivíduos com preocupações sociais e pontos de vista comuns. São um verdadeiro mercado político que os partidos estarão dispostos a explorar.

Os políticos liberais apenas surgem havendo votos, o que pode suceder quando aqueles que não são laicos, e independentemente da religião que professam, quiserem um espaço para viver a sua religiosidade. Tal requer luta política e o apoio a medidas liberais. É desta forma que, aceitando o livre fluir da diversidade, o catolicismo em Portugal se livra de vez do erro clamoroso que o marca há um século e tem deixado o país sem alternativa ao socialismo.

No dias que correm um católico, e o mesmo se diga de um muçulmano, protestante ou judeu, que queira educar os seus filhos de acordo com a sua fé, vê-se obrigado a recorrer a escolas privadas que, por serem em número reduzido, cobram propinas bastante altas. O direito de escolha reduz-se a quem aufere bons salários e não chega aos restantes. O mesmo sucede com as demais políticas sociais. Estas não beneficiam uma classe média sobrecarregada com os custos da sua manutenção e que, por sua vez, não consegue pagar pelas poucas medidas alternativas existentes. É a estes, favorecidos com o alargamento do direito de escolha, que os partidos de direita se devem dirigir.

> Não é de estranhar que a maioria dos católicos que se filiaram no PSD, ou no CDS, fossem verdadeiros socialistas, assim se mantendo até hoje. Por muito que recusem a ordem marxista da sociedade, não acreditam no indivíduo

Num diálogo político de aceitação mútua e frutuosa entre eleitores e eleitos, o direito de escolha amplia-se dando mais espaço ao funcionamento do mercado. Os sucessos da vida já não se encontram no interior do Estado. As oportunidades estão cá fora, numa sociedade livre. Os católicos portugueses serão os primeiros a ganhar com esta percepção. Deixando de se barricar atrás do Estado, está ao seu alcance a iniciativa de retirar os portugueses do socialismo.

www.radioeuropa.fm

europa
lisboa
90.4fm

A Europa e a Atlântico apresentam:
Descubra as Diferenças
Um programa de opinião livre e contraditório, onde o politicamente correcto é corrido a quatro vozes e nenhuma figura é poupada.
Com a (i)moderação garantida de Antonieta Lopes da Costa e a presença permanente de Paulo Pinto Mascarenhas.
Sexta-feira às 19h - repetição no Domingo às 11h e 19h

VÍTOR CUNHA

A Ota e a coisa

O comportamento errático do PSD desenha um padrão que está para além da Ota. A Ota é uma metonímia da oposição que temos hoje: nunca a parte foi tão elucidativa do estado da coisa

Há circunstâncias felizes que nos envolvem nas coisas de forma mais profunda, seja pela proximidade dos afectos, seja pela proximidade da razão. Dá-se o caso, portanto a felicidade, de eu ser um observador favorecido quando se fala de um assunto que muito tem ocupado a chamada "agenda mediática": a construção do novo aeroporto de Lisboa na freguesia da Ota, concelho de Alenquer. Por razões profissionais (a empresa onde trabalho presta serviços à Naer – Novo Aeroporto, SA) tomei contacto com os estudos, as diligências processuais, administrativas, políticas e técnicas relacionadas com a obra em 2005. Perdi muitas horas a ler documentos, a falar com pessoas envolvidas no projecto, e outras tantas com outras pessoas com dúvidas, reticências ou mesmo que se opõem à construção do novo aeroporto. Não pretendo nesta matéria ser isento, porque isento não posso nem quero ser, mas faço um esforço por ser objectivo e, não menos importante, razoável. A razoabilidade é o limite mínimo que um adulto deve impor a si próprio quando se confronta ou é confrontado com uma questão. Não é ser mediano ou medíocre. Mas tentar entender em toda a sua extensão a complexidade das coisas parece-me normal e sintoma do uso de uma faculdade que, dizem os optimistas, nos distingue das bestas.

Em primeiro lugar, importa enquadrar o tema no vastíssimo mapa das distâncias. Um aeroporto não é apenas um lugar onde podemos apanhar um avião. É uma forma clássica de pôr o mundo em contacto connosco e de nos pormos em conexão com o mundo. Um aeroporto não são pistas e aviões, mas um sistema organizado de aproximação de pessoas, culturas, economias. É um ponto de fuga e de acesso, de chegada. Acredito que uma parte muito significativa da nossa miséria decorre da margem onde nos encostámos. A nossa periferia protegeu-nos, no passado, da guerra, da disputa, mas também nos preservou da diferença e da mistura típicas do centro. Ficámos por aqui, vizinhos do mar e das regiões historicamente mais deprimidas da Espanha, a assistir tranquilamente ao passar do tempo, convencidos da nossa grandeza pretérita, mas sem percebermos que a protecção da margem só nos trazia pobreza e pequenez – e talvez por tudo isto embasbacámos com o "estrangeiro" inacessível. Sair, abrir portas, forçar contactos e mistura pode não ser a receita única que procuramos, mas ajudará muito em qualquer processo de crescimento e de ultrapassagem das causas do nosso atavismo. Um país com dez milhões de habitantes poderá ser melhor se conseguir atrair todos os anos trinta ou quarenta milhões de viajantes e se criar condições para que esses dez residentes possam, também, sair para arejar. Um aeroporto não é lugar de pistas e de aviões – é de pessoas em perpétuo movimento.

Em segundo lugar, cabe falar das opções políticas que têm sido tomadas nas últimas décadas. Não terá sido por bizantina opção que em 1969 foi constituído um Gabinete para o Novo Aeroporto. Ao longo de três décadas discutiu-se, analisou-se, estudou-se, comparou-se: tudo. Lugares, opções, dimensões, condicionantes. E em 1989 o governo da altura fez a escolha final e optou pela freguesia da Ota. Essa decisão foi confirmada por todos os governos que lhe sucederam. Havia consenso técnico e político. Valente de Oliveira, em 2003, calendarizou os passos essenciais da obra. Os mesmo que ainda hoje vigoram.

Em 2003 não havia ventos dominantes perturbadores na freguesia da Ota que impedissem a construção de um aeroporto seguro; não havia nevoeiros; não havia obstáculos físicos, ribeiras ou pilares de brita diferentes dos que hoje estão previstos. No ano seguinte, em 2004, também não surgiram nevoeiros ou ventos novos. Em 2005 e 2006 as condições de raiz mantiveram-se e não foram detectadas evoluções geológicas, meteorológicas ou outras. Em 2007, contudo, descobriu-se um conjunto de "problemas" que nunca tinham sido detectados anteriormente pelos mesmos que agora criticam a opção que noutros tempos defenderam. O caso dos ventos e dos nevoeiros "surgidos" em 2007 podia ainda merecer aturada investigação científica; talvez seja um efeito do dito aquecimento global – ou, hipótese mais crível, da falta de decoro mínimo.

Esta página da *Atlântico* não é um divã nem um episódio dos *X-Files*. Não me cabe a mim, aqui, tentar psicanalisar ou procurar explicações paranormais para as mudanças das opiniões – quantos aos factos matriciais estou certo que não houve mudança –, mas nada me impede de chegar a uma conclusão.

A confiança é a chave-mestra do político. De um líder político aguarda-se que seja capaz de resistir à pequena trambiquice. Não posso confiar em alguém que metodicamente diz o que lhe dizem para dizer ou o que lhe parece eleitoralmente mais lucrativo afirmar. A questão da Ota vale por si. Mas este tipo de comportamento errático desenha um padrão que está para além da Ota. A Ota é uma metonímia da oposição que temos hoje: nunca a parte foi tão elucidativa do estado da coisa. E entre a coisa há um partido, pela sua história e vocação, que tem mais responsabilidades que os outros.

GONÇALO REIS

ABRIR O CAMINHO

As gerações emergentes estão ansiosas por rebentar as costuras que toldam a modernidade – a iníqua legislação laboral, as restrições à concorrência, o clientelismo numa administração pública que insiste em não mudar. Mais cedo ou mais tarde, a sociedade civil libertar-se-á

Todo o sistema português – político, económico, social e cultural – está desenhado, trancado mesmo, para a vã glória dos instalados. Quem já tem um lugar na carruagem segue viagem, mesmo se em velocidade lenta e sem destino. Mas chegou a hora de colocar em causa este vaguear. Chegou a hora de incorporar os jovens, os recém-qualificados, os que ambicionam fazer diferente, os *outsiders*, os que se disponibilizam para trabalhar mais, os que não gozam de privilégios.

As forças de bloqueio que travam o desenvolvimento abundam, constituindo mesmo a norma em tantas áreas, uma espécie de segunda pele deste país amordaçado, anestesiado, rendido a um *status quo* que se auto-perpetua e desconfia da inovação.

E a miserável prática de universidades portuguesas dificultarem o reconhecimento de doutoramentos de académicos nacionais graduados em instituições estrangeiras com *pedigree* indiscutível, em nome de uma falsa necessidade de acautelar a "qualidade", mas que na verdade não é mais do que a egoísta guarda de assentos e o medo dos valores surgidos do exterior.

É a desactualizada e injusta regulamentação laboral, que desincentiva a criação de emprego, beneficiando cegamente quem já dispõe de um posto assegurado (como se tal fizesse sentido no mundo actual), mesmo se menos produtivo, mesmo se mais faltoso, votando os últimos a chegar ao mercado a uma precariedade na ordem inversa da sua qualificação e vontade.

É a imutável legislação do arrendamento, que beneficia aqueles cujo único dom é serem inquilinos com contratos antigos, atirando as cidades para a desertificação e o desmazelo, e os jovens para a periferia, onde o que lhes resta são casas piores e mais caras.

É a dificuldade em introduzir práticas de efectiva limitação de mandatos aos responsáveis políticos e titulares de cargos públicos, continuamente ultrapassadas pelos figurões do costume.

É a resistência à liberalização das farmácias, à livre entrada de *players* na saúde orientados à conveniência do cidadão, à utilização massificada de medicamentos genéricos acessíveis.

É a tónica balofa que os governantes continuam a colocar nos projectos "de regime" e na construção de *puzzles* sobre as grandes empresas, deixando para o fim da lista o fomento ao empreendorismo e às PMEs.

É a tão apregoada pseudo-reforma da administração pública que, ao chegar tarde e sem força, mantém intacta a lógica do monstro, imune à reflexão sobre o seu próprio papel e à redefinição das suas funções, às possíveis alternativas de prestação de serviços, aos *benchmarks* exigentes, às propostas revolucionárias, ao escrutínio exterior e independente.

É a orientação do sector financeiro preferencialmente para o crédito às empresas existentes, em vez do desenvolvimento do capital de risco e da criação de condições avançadas para projectos não convencionais.

É a dificuldade imposta à abertura do comércio aos domingos e em horários alargados, retrógrada tentativa de ditar os costumes numa época em que as famílias têm hábitos variados e podem fazer as compras que pretenderem, em qualquer parte, a qualquer hora, através de soluções *online* que tornam ridiculamente obsoletos quaisquer limites locais.

É toda uma cultura de "valores seguros", de gestão dos dossiers a conta gotas, de manutenção de clientelas, de conformismo.

Se as instituições, os partidos políticos, as empresas, as universidades, as fundações, o país não se deixar abrir aos jovens, a quem vem de fora da máquina, aos mais preparados, onde iremos buscar as alavancas do crescimento? Com que armas competiremos face aos países que estão de facto a transformar-se e a atirar as amarras da improdutividade para o fundo do mar? Se mantivermos uma lógica de mera defesa do *establishment*, independentemente dos seus falhanços, como será possível incluir, dar lugar, motivar as vagas que se seguem?

A resposta convencional do sistema, de todos os governos, tem sido manter este colete de forças, este regime de respeitosa protecção do imobilismo, ao mesmo tempo que, por descarga de consciência, se anunciam permanentemente "políticas para a juventude". Mas esta postura já não passa. E cada vez será menos suportável. Os jovens não querem ajudas laterais, aguardam possibilidades concretas. Cada vez mais rejeitam esta hipocrisia que consiste em tapar-lhes as hipóteses e oferecer-lhes em troca benefícios difusos, folclóricos programas de apoio. As gerações que estão mesmo aí à porta valorizam – e muito bem – não os tradicionais modelos de compensação, mas os verdadeiros caminhos para a modernidade: o justo acesso, a primazia do mérito, a abertura, a concorrência.

É por isso que a agenda do futuro caberá não aos que se limitam a proteger, mas aos que apresentarem soluções para libertar a sociedade civil; não aos que teimam em residir num ambiente fechado, intervencionista e burocrata, mas aos que abrirem alas às forças vivas, substituindo a cobertura de velhas benesses pela lógica das oportunidades reais.

EM GRUPO FUNCIONA MELHOR. Quando diversas pessoas têm competências diferentes que se complementam, é natural que se unam, em vez de se limitarem a ficar sós. Porque há uma interacção de talentos, e porque cada elemento encontra apoio, tendo maior capacidade de se libertar criativamente no que melhor domina. Porque no processo se criam sinergias e se obtêm soluções que são maiores do que a soma das partes.

GRUPO STRAT BRANDBUILDING STRAT STRATDESIGN STRATMEDIA PARCEIROS de Comunicação webdote digitalagency

ANDRÉ AZEVEDO ALVES

QUATRO ANOS DE PRISÃO POR UM BLOGUE

Diz-se que o Egipto é um dos países árabes mais tolerantes. Pura ilusão: Kareem Amer viu confirmada uma pena de quatro anos de prisão apenas por criticar o governo e condenar o extremismo islâmico no seu blogue pessoal

O Egipto é frequentemente apresentado como um dos países árabes mais tolerantes do Médio Oriente. Mas o caso recente de um *blogger* condenado a quatro anos de prisão levanta sérias dúvidas sobre a relevância dessa percepção. Abdul Kareem Nabil Suleiman, mais conhecido por Kareem Amer, viu confirmada em Março por um tribunal de recurso egípcio a pena de quatro anos a que fora condenado em Fevereiro por criticar no seu blogue pessoal o governo egípcio e condenar o extremismo islâmico. Kareem está preso em Alexandria, no Egipto, desde Novembro de 2006, tendo-lhe sido negado, em várias ocasiões, o acesso a visitas e à sua própria equipa de defesa legal. Adicionalmente, o jovem de 22 anos foi condenado publicamente pela sua família, o que o deixa numa situação particularmente difícil, já que muitos prisioneiros egípcios dependem dos seus familiares para os apoiar durante as suas penas.

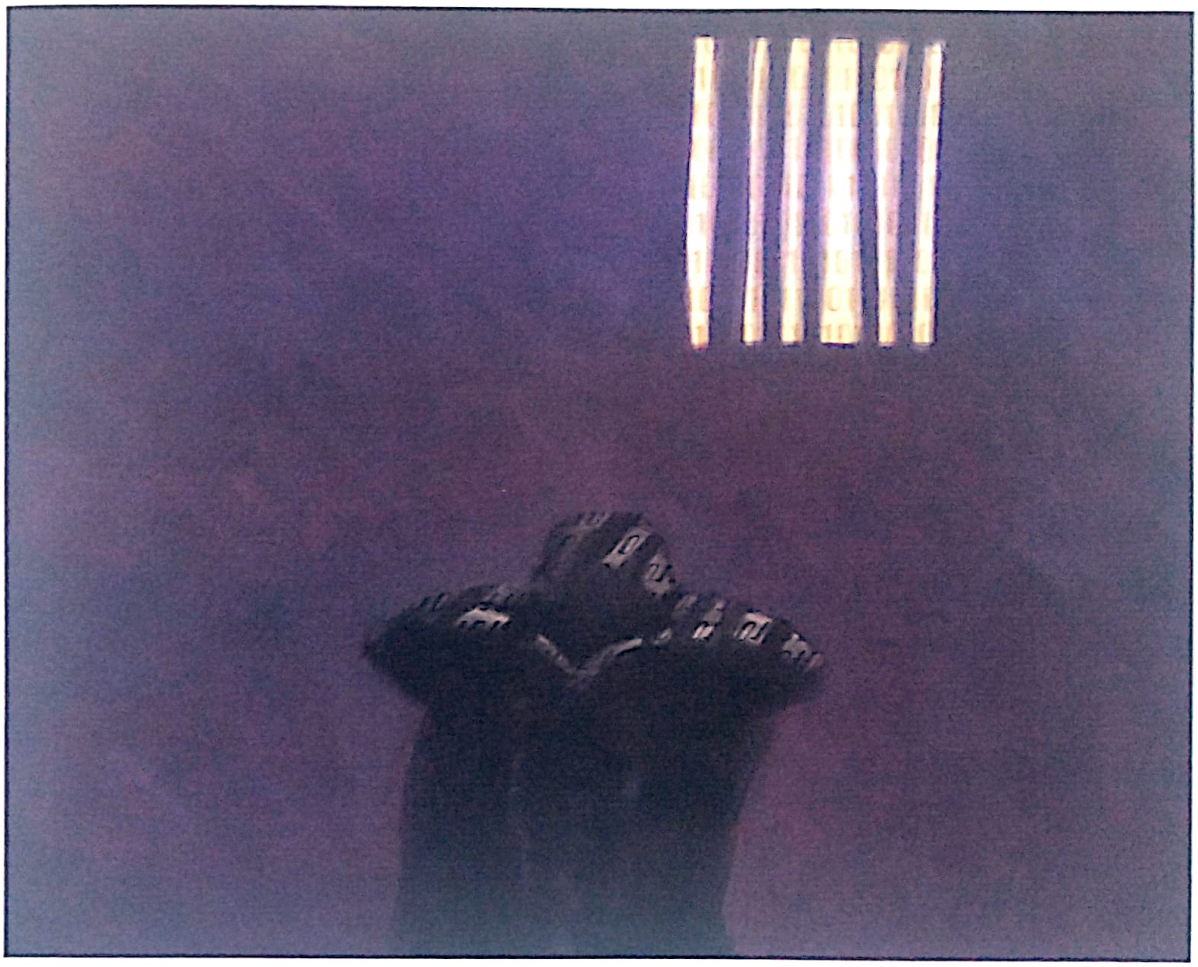
A sentença de quatro anos de prisão a que Kareem foi condenado por textos escritos no seu blogue foi justificada pelo tribunal como punição por um alegado incitamento ao ódio contra o Islão (três anos) e por afirmações alegadamente insultuosas contra o presidente egípcio Hosni Musbarak (um ano). No entanto, os problemas de Kareem por escrever na blogosfera textos incómodos para as autoridades já vinham de trás. Em Outubro de 2005, Kareem considerou ser sua obrigação moral denunciar os motins na sua cidade natal de Alexandria que tiveram por alvo a minoria copta. Nessa altura, Kareem escreveu no seu blogue:

«Vi com os meus próprios olhos os vândalos que forçaram a entrada nas lojas dos nossos irmãos Cristãos quando toda a área de Maharram Beh estava completamente fora do controlo das autoridades governamentais, e vi-os a pilhar tudo o que estava dentro das lojas, ao mesmo tempo que celebravam e gritavam *slogans* característicos do extremismo islâmico, e vi-os a roubar o dinheiro de dentro das gavetas das caixas registadoras e a dividi-lo entre eles como se esses actos pudessem ser justificados pelo facto de as lojas serem propriedade daqueles a quem chamam infiéis e adoradores da cruz.»

Kareem atribuiu a responsabilidade pelo sucedido ao extremismo islâmico e, de forma mais controversa, criticou algumas das práticas dos fundadores do Islão, argumentando que as mesmas não devem ser tomadas como modelo nas sociedades modernas. No seguimento desse texto, Kareem ficou detido durante doze dias pelas autoridades egípcias mas acabou por ser libertado. Devido ao conteúdo de vários dos seus textos, Kareem foi posteriormente alvo de um processo disciplinar por parte da Universidade de Al Azhar (onde era estudante), acabando por ser expulso da mesma em Março de 2006. Adicionalmente, a Universidade enviou uma cópia do processo ao Ministério Público egípcio. Depois de ter sido notificado para comparecer nas instalações do Ministério Público egípcio em Novembro de 2006, Kareem acabou por ficar detido enquanto decorria a investigação. Desde então, nunca mais foi libertado. Pelos seus textos, Kareem foi preso, acusado e por fim condenado pelas autoridades egípcias.

Com vista a ajudar Kareem a enfrentar as condições extremamente duras em que se encontra e a promover esforços para a sua libertação, foi constituída a Free Kareem Coalition (www.FreeKareem.org), uma associação inter-religiosa e internacional de jovens bloggers e estudantes universitários que partilham o empenho na defesa dos princípios da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

O caso de Kareem levanta sérias questões quer sobre a liberdade de expressão na blogosfera quer no que diz respeito à defesa dos direitos humanos no Médio Oriente. O Egipto em particular tem vindo a ser criticado por organizações como a Amnistia Internacional, os Repórteres Sem Fronteiras e a *Human Rights Watch* pelas suas violações de direitos humanos. Acresce que o caso de Kareem constitui uma nova fonte de preocupação com o desrespeito por direitos fundamentais no domínio de um novo meio de expressão em que muitos depositam esperanças para abrir novos caminhos para a liberdade de expressão e para o escrutínio das autoridades públicas pelos cidadãos. Por outro lado, este tipo de práticas repressivas por parte das autoridades egípcias não é compatível com as (legítimas) ambições de projecção internacional do país. Recorde-se que o governo do Egipto se ofereceu para ser anfitrião do Internet Governance Forum das Nações Unidas em 2009. Daí que Mohammed Shouman, o coordenador da Free Kareem Coalition no Canadá, tenha sido levado a afirmar: "A libertação imediata de Kareem mostraria à comunidade internacional que o Egipto está disposto a respeitar a liberdade de expressão e que lhe pode ser confiado um papel no desenho do futuro da Internet".



Kareem criticou práticas dos fundadores do Islão, argumentando que as mesmas não devem ser tomadas como modelo nas sociedades modernas

A detenção e condenação de Kareem tem gerado várias reacções no plano internacional mas, até agora, os apelos ainda não se revelaram suficientes para garantir a liberdade do blogger egípcio. A Amnistia Internacional e a Human Rights Watch denunciaram publicamente o caso e, entre múltiplas expressões de solidariedade na blogosfera e na imprensa internacional, foram publicados artigos em defesa da libertação de Kareem no *International Herald Tribune*, no *Washington Post*, na *National Review* e no jornal libanês *Daily Star*. Realizaram-se também manifestações de apoio a Kareem em Nova Iorque, Washington, Londres, Paris e Estocolmo e os congressistas norte-americanos Trent Franks (republicano) e Barney Frank (democrata) escreveram uma carta conjunta solicitando ao Embaixador egípcio nos EUA a libertação imediata do jovem blogger egípcio. Na Europa, vários parlamentares italianos deram o exemplo escrevendo cartas com o mesmo objectivo e estão em curso iniciativas para mobilizar esforços diplomáticos por parte de outros países empenhados na defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão.

Mas talvez as mais importantes manifestações de solidariedade com Kareem sejam as provenientes de muçulmanos arábes que corajosamente levantam a sua voz em defesa da liberdade de expressão no Médio Oriente e contra o extremismo islâmico e o terrorismo. Dalia Ziada e Esraa Al Shafei, as duas jovens que têm liderado o movimento em defesa de Kareem no Médio Oriente são muçulmanas convictas e praticantes e não hesitaram em defender Kareem, apesar de discordarem de algumas das suas afirmações sobre o Islão. Num contexto internacional em que a distinção entre as várias interpretações do Islão e os movimentos extremistas islâmicos nem sempre é estabelecida de forma clara e inequívoca, são precisamente os exemplos de muçulmanos que apoiam Kareem mesmo não concordando com algumas das suas ideias que são fundamentais para o futuro do Médio Oriente e das relações internacionais.

No seu último texto publicado na blogosfera antes de ser preso, Kareem declarou repudiar e rejeitar qualquer legislação que não respeite os direitos e liberdades individuais e, em particular, o direito de cada pessoa a expressar livremente as suas opiniões. Mantendo-se fiel às suas convicções, mesmo quando a ameaça da prisão era já clara, Kareem afirmou no mesmo texto a intenção de não recuar relativamente a qualquer das palavras que escreveu, por considerar ilegítimas as restrições à sua liberdade.

A prisão de Kareem por exprimir as suas ideias num blogue cria uma oportunidade de mobilização internacional em defesa dos direitos humanos num caso claro e concreto. Sendo o Egipto apontado frequentemente como um dos mais promissores casos de esperança de abertura e reforma no sentido da defesa dos direitos e liberdades individuais no Médio Oriente, os esforços dos apoiantes de todo o mundo para ajudar Kareem ganham uma especial relevância. Um indulto do presidente egípcio Hosni Mubarak seria não só a correcção de um grave erro lesivo da liberdade de expressão e dos direitos fundamentais no Egipto mas também um importante sinal político num contexto internacional conturbado.

HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

COUVE-DE-BRUXELAS

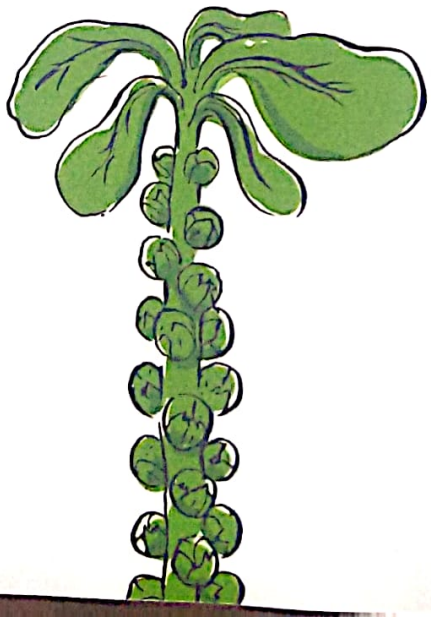
NINGUÉM ESCREVE A NINGUÉM

Um envelope que não faz falta, uma eurodeputada simpática e trabalhadora, uma língua que não se compreende e um referendo de que não se precisa. A Europa às vezes é uma coisa bizarra. Muito bizarra

Se alguém puxar pela cabeça e pensar bem sobre as causas da distância que há entre os europeus e a "Europa" comunitária com todas as suas instituições, o que é que descobre? A maioria dos políticos, analistas, comentadores e barbeiros e taxistas em geral acha uma quantidade de coisas, algumas razoáveis, outras nem tanto. Uns falam da crise da representatividade, dos diferentes tipos de círculo eleitoral ou da arrogância dos burocratas europeus. Outros consideram que Bruxelas é centralizadora, que é cinzenta no clima e nos procedimentos, que é distante geográfica e politicamente mas a ninguém ocorreria que o que faz os cidadãos dos Estados- Membros manterem uma distância e desconfiança profunda relativamente a Bruxelas é o preço dos selos de correio. A ninguém, não. A deputada Jamila Madeira, que de resto tem várias virtudes – é reconhecidamente trabalhadora e empenhada, além de simpática –, acha que "tendo em consideração o facto de grande parte das instituições europeias se encontrar em Bruxelas, resultando para os cidadãos residentes na Bélgica o usufruto de condições mais favoráveis nas despesas de correspondência dirigida às instituições europeias; (...) sugere(-se) a adopção de um envelope normalizado, com valor de porte único em toda a União Europeia, para efeitos do exercício dos direitos de cidadania em igualdade de circunstâncias". O correio azul da Europa, portanto. A deputada Jamila Madeira acredita que é por causa do preço dos selos do correio que os europeus não escrevem aos eurocratas. Em 2007, a deputada socialista acredita que o que vai encurtar a distância entre os "europeus" e a "Europa" é um envelope normalizado para os cidadãos se dirigirem às instituições comunitárias com preço único, de maneira a que um cidadão de, digamos, Torre de Moncorvo, pague o mesmo quando manda um carta a Barroso do que um habitante do simpático bairro bruxelense de Chatelain. Isto tudo no tempo da internet, do *email*, e do *skype*. Se não for isto que vai resolver a crise da Europa, não sei o que será.

O "europês" é uma língua que se fala em Bruxelas e que pode ser uma de duas coisas. Às vezes parece a língua dos treinadores de futebol, em que cada frase tem, pelo menos, três idiomas diferentes. Fala-se no mais elegante francês, ou no mais macarrónico, interrompido aqui e ali por um toque de inglês, de alemão ou de uns sons de origem desconhecida e significado indecifrável. Mas há, além disso, o "europês" dos eurocratas, que é uma coisa diferente. É uma maneira burocrática e redonda de dizer as coisas e uma maneira bizarra de olhar o mundo. E não se pense que a culpa é dos tradutores. Às vezes será, acontece –, já li um texto em que o tradutor, meigo, achava que se devia "solicitar aos terroristas" já não me lembro o quê, em vez de "exigir", como se tinha escrito no original. Mas desta vez a conversa é outra. Desta vez a Comissão Europeia quer que as verbas da cooperação também reforcem o papel das mulheres nos países beneficiários de ajuda. E como é que isso se diz? Diz-se: "Igualdade de género e empoderamento das mulheres no âmbito da cooperação para o desenvolvimento". "Empoderamento". E depois queixam-se que ninguém os entende. O que vale é que, em caso de dúvida, com a ajuda da deputada Jamila Madeira as mulheres, "empoderadas" ou não, podem sempre escrever uma carta.

Discute-se em Portugal um referendo ao "Tratado Constitucional". Para quem saiba que o dito já foi chumbado na pequena e rica Holanda e na importante França, que os enervantes polacos nem querem ouvir falar do bicho e que entre os britânicos, depois de Tony Blair partir não vai haver quem o defenda, a ideia de fazer um referendo sobre uma coisa que não é certo que exista, que não é por ser referendada por nós que existirá ou não e que o mais certo é que tenha de ser profundamente reformulada, parece um absurdo. Mas nem por isso se pense que não vai acontecer. Resta perguntar, para quê? É razoável e desejável que os portugueses digam, de preferência em referendo, que sim, que querem estar na União Europeia com tudo o que isso implica de bom e de mau, mas não será absurdo pedir-lhes a opinião sobre o que não interessa? Pergunte-se ao povo sobre uma coisa que não se sabe se existe e depois admirem-se que o povo se sinta distante da Europa. Enfim, talvez o envelope da deputada Jamila nos aproxime a todos e resolva a coisa.



NUNO GAROUPA EM MADRID

¡HOLA MADRID!

A POLÍTICA *Guerracivilista*

A Espanha vive um ambiente guerracivilista num jogo político de tudo ou nada. As próximas eleições decidem-se por três ou quatro pontos percentuais e perde o primeiro partido – PP ou PSOE – que tentar uma viragem ao centro, porque o seu eleitorado mais radical irá para a abstenção

As grandes manifestações em toda a Espanha – bem como junto às embaixadas espanholas em Buenos Aires, Miami, Ciudad de México, Zurique e Londres – convocadas a 9 e 10 de Março pelo PP com o apoio das associações cívicas contrárias à actual política governamental no conflito basco (AVT, o Foro de Ermua) foram um passo mais daquilo que os *media* espanhóis chamam de ambiente *guerracivilista* que se vive em Espanha.

Desta vez tratou-se de condenar a decisão do governo socialista de permitir que De Juana Chaos, um etarra assassino de mais de uma vintena de pessoas (incluindo crianças), possa terminar a sentença em casa após uma prolongada greve da fome que atraiu as páginas de jornais internacionais como o *Times* (é muito curioso o apoio da imprensa britânica mais conservadora ao governo socialista em múltiplas ocasiões, o que poderá ter raízes sociológicas na visão britânica da Europa do Sul, que remonta ao século XIX, onde a esquerda romântica do progresso enfrenta uma direita reaccionária católica obscurantista).

A libertação de De Juana Chaos, um dos interlocutores privilegiados da ETA no actual processo de negociação (que tal como já tínhamos previsto nestas páginas não foi interrompido pelo atentado do 30D mas apenas suspenso num primeiro momento e continuado de forma mais discreta após um curto período de nojo), era a primeira exigência da organização basca para continuar a negociar, como deixou claro o líder do ilegalizado Batasuna, Arnaldo Otegi (a segunda condição é o reconhecimento de Navarra como parte integrante do País Basco). O governo socialista, pela boca do ministro do Interior Alfredo Pérez Rubalcaba, justificou esta concessão pela necessidade de evitar a morte de De Juana Chaos em consequência da prolongada greve da fome (que o transformaria num mártir para os terroristas).

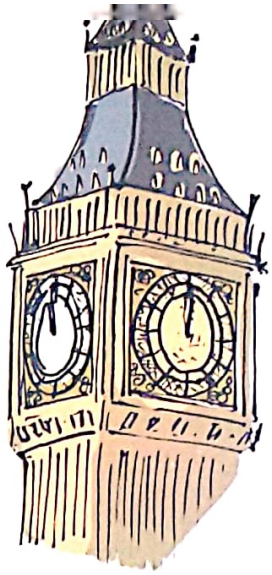
O que o governo do PSOE menosprezou foi a extensão da impopularidade dessa medida, não só no seu partido (como publicamente assumiu o presidente cessante da Extremadura, Juan Carlos Rodríguez Ibarra), como entre o seu eleitorado mais moderado (segundo várias sondagens, cerca de 45% dos eleitores socialistas discordaram da medida). A melhor prova de que desta vez o PSOE está seriamente preocupado com as consequências das manifestações, não só nas eleições municipais e regionais já em Maio, mas também numas eleições gerais a menos de um ano de distância, é a realização de uma manifestação a 17 de Março contra a guerra do Iraque, numa tentativa de voltar a pôr esse tema na agenda mediática.

A política *guerracivilista* que se vive em Espanha hoje não remonta ao 11 de Março (11M) e às últimas eleições, como vende o *El País*, mas às eleições de 2000 em que o PP com Aznar teve maioria absoluta e o PSOE - então liderado por Joaquin Almunia - obteve uma derrota histórica (mais profunda que a de 1996). Nessa altura, o PSOE debateu-se entre duas teses. Uma, a derrotada (liderada então por José Bono, mais tarde ministro da Defesa de Zapatero sumariamente despedido logo que possível), que preconizava uma viragem ao centro supostamente ocupado por Aznar. Outra, a tese ganhadora (de Zapatero), que identificava a maioria do PP como resultado de uma maior abstenção eleitoral à esquerda e não com uma viragem ao centro da direita tradicional. O PSOE para voltar a governar deveria motivar o seu eleitorado para votar de forma expressiva e isolar o PP (o pacto anti-PP entre sete ou oito partidos ainda em vigor). O espírito *guerracivilista* renasce pois da polarização que o PSOE decidiu protagonizar a partir de 2001 com o objectivo de encostar o PP à direita. Esse espírito foi sem dúvida profundamente ajudado pelos erros e desvarios da maioria absoluta de Aznar.

O 11M e as eleições de 2004 vindicaram a opção de Zapatero de duas formas complementares. Por um lado, convencendo o PSOE que deveria manter essa opção estratégica para voltar a ganhar as eleições (isto é, a segunda transição espanhola que passaria por subalternizar a direita e aproximar o sistema político e constitucional daquilo que Zapatero idealiza como tendo sido a II República de 1931-36). Por outro lado, reafirmando no PP a posição daqueles que não aceitam a derrota eleitoral de 2004. Por isso, em vez de desaparecer após o regresso socialista ao poder, o espírito *guerracivilista* expandiu-se ao ponto de PSOE e PP se enfrentarem por quase tudo, inviabilizando todas as reformas que requerem maiorias reforçadas no congresso.

A situação política espanhola neste momento é contrária ao centrismo tão ao gosto português. A polarização excessiva que se vive não pode terminar. As próximas eleições decidem-se por três ou quatro pontos percentuais. Perderá o primeiro partido - PP ou PSOE - que desmobilizar ou tentar uma viragem ao centro, porque o seu eleitorado mais radical irá para a abstenção. Nessa medida o PSOE tem a vida mais dificultada pois necessita de manter os votos dos comunistas (*Izquierda Unida*) bem como dos nacionalistas. Qualquer viagem ao centro terá uma factura eleitoral que Zapatero não pode pagar.

A grande incógnita será porventura o que possa acontecer depois das próximas eleições. A situação interna, no PP como no PSOE, pode abrir esperança a que o espírito *guerracivilista* não sobreviva para além de 2008, mas isso passará necessariamente pelo afastamento de Zapatero, bem como de Rajoy e de Aznar. Não é nada claro que isso ocorra em 2008.



ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

LONDON CALLING

SE SUSPEITAR, DENUNCIE

"Terrorismo. Se tem suspeitas, denuncie." - este é o conteúdo de um anúncio publicado pela polícia londrina num diário gratuito da capital. Pretexto suficiente para perguntar se será este o método mais eficaz para combater e perseguir os terroristas

Num dos jornais diários gratuitos de Londres, um anúncio de página inteira da Polícia apresentava no topo, em grandes letras brancas num fundo de vermelho vivo, a seguinte mensagem: "Terrorismo. Se tem suspeitas, denuncie." No fundo da página, igualmente num fundo vermelho vivo, a indicação de uma "linha confidencial anti-terrorismo" através da qual devem ser feitas as denúncias. Poderia ser apenas mais um anúncio estatal de gosto e eficácia discutíveis se não fossem as estranhas recomendações que ocupam a parte central da página em causa.

No centro da página estão fotografias de vários objectos susceptíveis de levantar suspeitas, acompanhadas de uma pequena legenda explicativa para cada caso. A legenda visa instruir os potenciais denunciantes sobre as condições em que os objectos que constam das fotografias devem dar lugar a denúncias. E alguns dos exemplos são verdadeiramente instrutivos sobre as prioridades do governo britânico para, supostamente, combater o terrorismo.

Como legenda de uma fotografia de um cartão de crédito, é possível ler: "Os terroristas precisam de financiamento: as fraudes com cheques e com cartões de crédito são formas de os terroristas obterem dinheiro. Tem conhecimento de alguma transacção suspeita?" Se estas instruções não parecem particularmente eficazes nem especialmente focadas no combate ao terrorismo, que dizer da legenda associada à fotografia de uma máscara e de uns óculos de protecção? Neste caso, o texto informa: "Os terroristas usam equipamento de protecção. Manipular materiais químicos é perigoso. Talvez tenha visto óculos ou máscaras de protecção deitados fora em algum sítio?" Mais uma vez, a eficácia das instruções é, no mínimo, duvidosa. Mas a mais notável de todas é a da legenda associada a uma fotografia de um vulgar cadeado: "Os terroristas necessitam de espaço de armazenamento. Armazéns, garagens e abrigos podem ser usados por terroristas para guardar o seu equipamento. Tem suspeitas sobre alguém que tenha arrendado propriedade comercial?"

Apesar de ter sérias dúvidas sobre a potencial eficácia das mensagens, não ponho em causa que qualquer um dos exemplos pode, em algumas circunstâncias específicas, estar associado a condições que motivem preocupação e justifiquem uma denúncia por suspeitas de preparação de actos terroristas. Mas mesmo admitindo a razoabilidade das suspeitas em algumas situações associadas aos exemplos dados no anúncio, será este tipo de mensagem a forma mais eficiente de prevenir o terrorismo?

Consigo, sem precisar de grande reflexão, lembrar-me de perguntas alternativas que talvez fossem bem mais razoáveis para uma campanha deste tipo. Por exemplo: Tem conhecimento de algum lugar de culto em que se incentive, justifique ou elogie a prática de actos de terrorismo? Ou, em alternativa: Tem informações sobre pessoas que tenham participado em manifestações empunhando cartazes com mensagens de apoio a terroristas ou organizações terroristas? Ou então: apelando ao homicídio, reclamando a obliteração de Estados ou declarando o seu empenho na destruição do Ocidente e/ou das suas liberdades?

Estas e outras perguntas possíveis não poderiam constar do anúncio porque constituiriam, mesmo que formuladas em termos gerais e sem particularizar nenhum grupo em particular, violações frontais dos cânones do pensamento politicamente correcto que domina o Ocidente. Mas se a submissão ao politicamente correcto impede que se façam as perguntas que poderiam – eventualmente – ter mais eficácia na detecção de suspeitos de planeamento de actos terroristas, por que publica o Estado este tipo de anúncios alarmistas?

A resposta passa, provavelmente, por dois factores. O primeiro será a vontade de instigar uma cultura de medo nos cidadãos. O segundo terá a ver com o desejo dos agentes políticos em mostrar publicamente que estão a reagir à ameaça terrorista. Numa cultura mediática e imediatista o pior que pode acontecer a um político é formar-se na opinião pública a percepção de que ele não reage energicamente aos acontecimentos. Como simultaneamente o grau de escrutínio sobre a eficácia das políticas públicas é baixíssimo, o que importa é fazer algo, independentemente da sua lógica, eficácia ou razoabilidade.

Dois factores – o medo e o desejo de mostrar serviço – conjugam-se para fomentar o alargamento progressivo dos meios de controlo e vigilância estatal, que atingem hoje uma dimensão ainda há poucas décadas inimaginável. Só assim se compreende a acumulação de procedimentos de eficácia duvidosa a que são sujeitos os passageiros nos aeroportos, os planos para a criação de bilhetes de identidade (no caso do Reino Unido, não existem desde 1952) e bases de dados biométricas, a instalação de milhares de câmaras de vigilância em espaços públicos e, claro, a publicação de anúncios como o descrito acima. Concluindo, julgo que temos boas razões para suspeitar da eficácia e das reais motivações da vigilância governamental, mas não sei a quem podemos fazer a denúncia.

CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

PASSAGEM PARA A ÍNDIA

MAOÍSTAS, BLOGGERS E EMPRESÁRIOS

A visita ao mítico Katmandu, que já não é assim tão mítico como se poderia pensar, conduz o nosso representante em terras da Índia numa viagem ao passado recente, quando ainda se lavava o sangue das ruas no único reino hindu do mundo. Uma reflexão que termina numa encruzilhada com espinhos

Um reino nos Himalaias com um monarca hindu de origem divina e uma guerrilha maoísta republicana. Não haverá panorama mais exótico do que este: os ingredientes para uma boa história estão todos lá e explicam a atenção internacional de que o processo de transição democrática no Nepal tem sido alvo.

Há um ano, enquanto aterrava em Katmandu para três dias de reportagem, ainda se lavava o sangue das ruas que, poucas semanas antes, tinham sido palco de violentas manifestações entre manifestantes pró-democracia e as forças leais ao déspota Gyanendra. Essa minha experiência nepalesa leva-me agora a desconfiar do factor *feel good* que inspira as recentes análises optimistas da situação política no único reino hindu do mundo.

De repente, os maoístas (oficialmente Communist Party of Nepal – Maoist) passaram a ser celebrados como a esperança mundial do renascimento socialista. Na capital, o carismático líder supremo Prachanda e o seu vice, o idéologo Bhattarai (doutorado aqui na minha Universidade Nehru, em Deli), circulam livremente e juram fidelidade ao parlamentarismo multipartidário e à economia de mercado que combateram durante uma década, num conflito que provocou mais de dez mil mortos e cem mil refugiados. Enquanto que o governo provisório integra seis ministros seus e os seus soldados entregam as suas armas às Nações Unidas, o rei encontra-se isolado no seu opulento palácio no centro da cidade.

Parece que, da noite para o dia, a democracia floresceu como uma rosa e os maoístas se converteram ao fim da História. Mas estamos no século XXI e está visto que tudo é mais complicado do que o advogado pelo vintecentista Fukuyama. Como o vemos em Timor e o vimos há três décadas no nosso próprio país, os processos de democratização, embora imbuídos de idealismo, são períodos em que a instabilidade e as divergências políticas podem resultar rapidamente em violência crónica. No caso do Nepal é pura utopia acreditar que os líderes maoístas, ferrenhos ideólogos e responsáveis por toda uma administração paralela construída com sangue e suor, abandonem, por completo, a via armada e vistam o fato e a gravata da democracia liberal. Ainda por cima num dos países mais pobres do mundo, em que um quarto do território fica a mais de uma semana de viagem da capital, onde 80% depende da agricultura e em que a rede eléctrica cobre menos de metade das habitações.

Como me disse há um ano, na Prisão Central de Katmandu, o barbudo maoísta Tara Bhandare, preso sem acusação há quatro anos: "O Rei é o alvo a abater e a República o objectivo a perseguir", defendendo que a via armada é a única para o desenvolvimento. "Em 1995 éramos pacíficos, com uma agenda redigida em 40 pontos. Mas fomos ignorados pelo governo e ninguém nos deu atenção". Tara insiste, numa linguagem que a nós nos parece arcaica, mas que para muitos dos nepaleses é progressista: "agora podemos chegar ao poder com a nossa própria força e derrotar as classes burguesas e capitalistas". E, antes da despedida, pede-me para eu espalhar a "mensagem revolucionária" em Portugal.

Já da parte da tarde, desloco-me à redacção do *Kathmandu Post*. Um dos seus jornalistas é Ujwal Acharya, fundador do blogue *United We Blog*. Quando durante as manifestações pró-democracia do ano passado a imprensa foi alvo de censura militar e real, Ujwal passou à acção. Com recurso ao servidor disponibilizado pela Embaixada dos EUA, o espaço serviu para "escrever aquilo que testemunhávamos nas ruas e que ninguém tinha coragem de publicar". "Aprendemos a dar o devido valor à liberdade de expressão", admite, enquanto responde a um comentário no blogue e prepara uma conferência sobre activismo democrático na internet. Ao fim do dia, janto com o engravatado Rajendra Khetan, director de um dos maiores grupos económicos do país e Vice-Presidente da Confederação das Indústrias do Nepal. "O país tem um enorme potencial, especialmente em termos de recursos hidrográficos, mercado turístico e como ponte económica entre a China e a Índia. Mas continuamos a viver como se fossemos um protectorado britânico, com licenças e quotas de produção. Há demasiado tempo que somos um país fechado sobre si mesmo", reclama, enquanto envia um *e-mail* do seu telemóvel e me pede contactos de exportadores portugueses. Este choque ideológico, entre jovens maoístas, *bloggers* e empresários, representa bem a encruzilhada em que o Nepal se encontra actualmente. Olhando com um pouco mais de atenção, o panorama não é tão animador assim. As rosas nepalesas (vermelhas, mas não só) escondem espinhos letais.

SÉRGIO H. COIMBRA EM WASHINGTON

CAPUT MUNDI

PRESIDENCIAIS 2008 – PARTE I

O nosso espião em Washington visita o embaixador português na capital do Império, aproveitando a ocasião para difamar o director desta revista e elogiar a eficácia do adido de imprensa. O assunto parece ser porém as presidenciais em 2008. Parece...

Dois pilares sustentam a ponte da reconciliação entre este vosso servo e o Portugal herdado dos nossos avós: a eficácia do adido de imprensa da Embaixada portuguesa – mais uma prova de como a lusa casta se aperfeiçoa fora do luso solo – e o edifício da residência do Senhor Embaixador em Kalorama Road: entalado entre o *bunker* da representação chinesa e as viperinas radiações emanadas da casa do ex-Donald Rumsfeld, a mansão navega ufana de serenidade. (E aquele nacionalista par de quinas que nos mira dos pilares, ah!, suspiros! e ainda nem entrámos o portão...)

Outro dia fomos convidados para ali almoçar *off the record*, e à entrada recebidos pelo rendilhado minhoto da criada oriental (de Macau?) antes de chegarmos à razão para o encontro. conhecer o novo embaixador. Não fosse uma daquelas maquiavélicas remodelações que fazem parte do quotidiano das Necessidades desde o tempo da Congregação do Oratório — e com um engenheiro a puxar pela carroça as coisas são agora bem menos polidas – e o novo embaixador nunca teria viajado para a decadente capital dos Estados Unidos da Amnésia (© Gore Vidal); continuaria, isso sim, a ver o sol nascer no centro do IV Reich, mais resplandecente a cada dia que passa.

Não sendo o caso, cá estava o cavalheiro a aturar gente imprópria como eu, e a ouvir – lá se vai o *off the record* – opiniões sobre exposições que aí vêm, o tamanho da mesa da sala de jantar e, por negligência grosseira de jornalistas presentes, sobre um episódio no CDS de que me encontrava totalmente alheio embora, pelos vistos, tenha dado títulos gordos na imprensa, como sempre faz a violência, no Caldas ou em Chelas. Foi nesta ocasião que me lembrei do meu director (Mascarenhas, o Ditador) vir há muito insistindo para que a política, e não outras trivialidades, ocupe o espaço destas colunas. Obediente, vou deslizar sobre o sistema eleitoral norte-americano agora que as presidenciais estão apenas a ano e meio de distância.

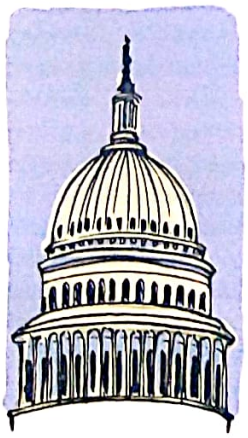
Esqueçam tudo o que julgam saber; uma pessoa um voto, todos iguais, bla bla bla. Ainda não há muito tempo, recordo, ao candidato que não só teve mais votos no país inteiro como ainda venceu na maioria dos Estados, nunca lhe foi permitido pernoitar na Casa Branca. Não. A melhor maneira de aprender como funciona esta nação presidencialista, é perceber o funcionamento desse outro concurso de beleza que todos os anos arrasta uma asiática multidão de telespectadores: "American Idol". (Uma réplica do *show* ainda viajou até Lisboa, mas como os portugueses são tão competitivos como os habitantes de Vanuatu, ficou tudo, ao contrário daquelas ilhas do Pacífico, em águas de bacalhau.)

Todas as terças e quartas-feiras, sento-me em frente à televisão sintonizado na Fox, não sem antes me benzer. Aprendi que a primeira selecção de candidatos é feita pela nação afora – há filas e filas com todo o tipo de indivíduo, do bombeiro do Alasca à mini-saia de Salt Lake City. O júri escolhe os 24 concorrentes que passarão à semi-final baseado num critério que tem que ver com lábia e exotismo (a exemplo dos partidos políticos, quando se trata de atirar os primeiros nomes para a fogueira das vaidades). Depois, já com o show no ar, o telespectador vota naqueles 12 que melhor o entreteve durante uma noite, depois de uma única oportunidade de cantar (a exemplo dos partidos políticos, que inventam, como os bolcheviques, uma espécie de eleitorado interno para decidir quem os vai representar depois de um único discurso de graxa).

Apesar de ser um concurso para apurar a melhor voz, ter ou não cordas vocais é irrelevante, como acontece durante as primárias democratas ou republicanas, ou, já agora, nas eleições em geral: desde o tempo de Thomas Jefferson (ou do Almirante Américo Tomás) que nenhum político ganha umas presidenciais por causa das ideias, quando, por outro lado, gente com lábia como o Dr. Nixon (ou o Dr. Soares) atingem sempre o Parnaso. E durante mais doze semanas, a "América vota" e vai excluindo concorrentes. O sistema é democrático: telefonema ou mensagem de telemóvel a indicar o sentido de voto, indicado por qualquer telespectador sem prejuízo de raça, credo ou grau de analfabetismo.

Sendo democrático, o sistema tem as suas desvantagens, como os alemães descobriram nos anos 30 do século passado. Por exemplo, há um movimento chamado "vota no pior" que pretende abanar os alicerces do programa em particular e da Fox em geral; até hoje, o movimento era marginal, mas com a associação de gente famosa, como Howard Stern e outros virtuosos dos media, ganhou popularidade e, claro, preponderância. Resultado: há um moço chamado Sanjaya Malakar, índio da Índia, que não tem garganta nem para cantar fado bêbado às quatro da manhã na mais saloia das tabernas, que vai resistindo entre os vencedores, enquanto outros mais melódicos vão de regresso ao mar do anonimato.

O poder da imprensa não é novidade desde que o *New York Morning Journal* de William Randolph Hearst e o jornalista Joseph Pulitzer levaram os EUA à guerra com Espanha, há cem anos. Nem há novidade na influência de outros poderes, como o financeiro, algo que se cunhou a primeira moeda. Mas os últimos números deixaram-me extenuado, devo confessar. No primeiro trimestre deste ano, os candidatos à Casa Branca conseguiram amealhar 130 milhões de dólares. Se as coisas continuam assim, até Novembro de 2008 vão gastar acima de 750 milhões de dólares em ataques, golpes baixos, mentiras, desmentidos e outras artimanhas para conseguirem sentar-se na Sala Oval.



O que não faria com esse dinheiro... Para continuar fiel à promessa, e portanto manter o rumo político desta crónica, pegaria naquela soma e fazia duas simplicidades: comprava o CDS e instalava o Dr. Paulo Portas numa presidência vitalícia (que, de resto, é a única maneira de o partido sobreviver). À espera, evidentemente, que quando ele fosse todo-poderoso sobre as Necessidades, me nomeasse cônsul. Aceito qualquer lugar para lá da Taprobana.

PAULO TUNHAS

TER OPINIÕES

"Por inconcebível que pareça, o escrito impresso goza ainda, para muita gente, da presunção de intimidade com a verdade: certamente um vestígio de analfabetismo"

Os jornalistas são vítimas fáceis. É verdade que produzem diariamente opiniões, à vista de toda a gente (penso sobretudo na televisão), quando, na maior parte dos casos, deviam transmitir, na medida do possível, apenas informação. Por isso irritam. Aquele ar de certezinha satisfeita e virtuosa com que falam de tudo e mais alguma coisa, de Israel à "cultura", exibindo invariavelmente a opinião comum ao conforto ideológico "progressista", irrita. Irrita imenso.

Mas é quase sempre uma facilidade dizer mal dos jornalistas. Porque eles são muito parecidos com o resto. Eu ando desde há anos a surpreender-me com amigos – sublinho *amigos*; não "inimigos" – pela capacidade instantânea de, sem sinalzito de dúvida, mesmo passageira, adoptarem como indiscutível uma opinião sobre um qualquer assunto de que em nada a vida e os interesses do espírito os fazem parentes ou que, pela sua natureza própria, se encontra para lá da possibilidade de inquérito. De vez em quando, lá satisfaço, depois, a curiosidade: vinha no *Expresso*, ou noutro sítio qualquer. (Por inconcebível que pareça, o escrito impresso goza ainda, para muita gente, da presunção de intimidade com a verdade: certamente um vestígio de analfabetismo.)

E as crenças fortes, mesmo artificialmente induzidas, engendram entusiasmo, o que as torna naturalmente apetecíveis. No princípio do ultraje com aquilo sobre Salazar pensei, na minha ingenuidade, que toda a gente estava maluca – uma suposição, que, de resto, nada tinha de implausível. Só depois percebi verdadeiramente do que se tratava. Era um exercício de entusiasmo colectivo em que se tratava sobretudo de mostrar a força das crenças, e tão mais intenso quanto movido por uma mola poderosa: a indignação. O "operador-indignação", por assim dizer, não falha. É tratá-lo com jeitinho e ficamos entusiasmadíssimos e muito verbais. E no fundo, no fundo, quem é que não quer andar entusiasmado?

Eu lembro-me. Entre os meus dez e catorze anos fiz a experiência de três crenças irredutíveis, absolutas, sem vestígio de qualquer dúvida. Omito as duas primeiras, por uns restos de pudor (e com pena: a segunda era bem interessante). A terceira posso contar. Era o sentido da história. Provavelmente por causa do *Manifesto* de Marx e Engels e do espírito do tempo (1974) a coisa não me parecia susceptível de qualquer hesitação. Havia um sentido da história, perfeitamente definido e visível, manifestamente palpável. Não era a evidência das evidências? Negá-lo era como se me dissessem que aquela mesa que estava ali não existia. Literalmente. Passou relativamente depressa, mas lembro-me perfeitamente.

As dúvidas chegam de diversas maneiras e, normalmente, vêm para ficar. Esquerda/direita, por exemplo. Percebe-se que as pessoas digam "ser" de esquerda ou de direita quando querem agir politicamente. Tecnicamente, é um performativo. Eu digo que sou de esquerda (ou de direita) – e torno-me de esquerda (ou de direita), o que é, em parte, condição de acção. Dizer é fazer. Mas, fora da esfera estrita da acção política empenhada – quer dizer: da acção partidária -, os conceitos não possuem qualquer valor descritivo ou explicativo, e muito menos ontológico ("ser" de esquerda, "ser" de direita). São perfeitamente legítimos, é claro – mas, fora desse domínio restrito, espúrios, porque relevam mais daquilo que se poderia chamar "estética política". Uma espécie de fetichismo. Sobre o qual não fica mal duvidar.

A filosofia talvez ajude. Quando se estuda um autor – digamos: Rousseau, ou Fichte – é-se obrigado a perceber a sua maneira de pensar. Não apenas a doutrina, mas o gesto que a constrói. Mais simplesmente: o que se passa na cabeça dele. O que, se não nos obriga a abandonar completamente uma perspectiva crítica sobre o autor, coisa de resto impossível no caso da cabecita exercer a sua função, exige-nos certamente que a façamos conviver com a reprodução em nós da maneira de pensar que lhe é própria (o que os brilhantes exercícios superficiais de Isaiah Berlin, e do grosso da "história das ideias", omitem por inteiro). A utilidade das disciplinas não-cumulativas, como a filosofia, ou da arte, reside em elas nos ensinarem que em muitas esferas não há progresso, linear ou outro. Kant não "progride" relativamente a Aristóteles, Manet relativamente a Tintoretto. Newton sim, relativamente a Galileu (pelo menos num sentido banal). Mas, no plano não-cumulativo, os pontos de vista são inúmeros e absolutamente singulares. Convém fazer o périplo.

Qual é a vantagem disto? É que, habituando-nos a conviver com vários pontos de vista, e ao esforço que isso requer, ajuda a ter dúvidas, a ser mais parcimonioso nos entusiasmos e a pensar menos a crédito, como diria Montaigne. O que não é obviamente incompatível com ter opiniões: não digo que, contrariamente a duas teses célebres, no princípio seja a inacção ou o silêncio. É incompatível é com um certo modo entusiasta e delirantemente virtuoso de opinar, que irrita como o diabo. Enfim, pelo menos irrita um bocadinho.

JOÃO PEDRO MARQUES

A EUROPA E OS NOVOS MANUAIS DE IDEOLOGIA

Aqui se rejeita a proposta peregrina de um só livro de História para os ensinos secundários de todos os estados membros da União Europeia. Por ser apenas mais um degrau na escalada em direcção à criação de polícias do pensamento politicamente correcto

Recentemente os jornais e outros meios de comunicação deram destaque a uma proposta da ministra da educação alemã para criar um só livro de História para os ensinos secundários de todos os estados membros da União Europeia. O intuito manifesto é o de ajudar, por essa via, a firmar os supostos valores comuns europeus. Por surpreendente que possa parecer, esta proposta já era esperada – pelo menos eu já a esperava. Efectivamente, no Verão passado, publicou-se um manual franco-alemão para o secundário, concebido e produzido em partes iguais por franceses e alemães.

Por razões profissionais que não interessa detalhar aqui, fui forçado a escrever um comentário sobre o assunto (http://www.iict.pt/doc-ict/HL07020501.pdf) e fiquei perfeitamente esclarecido quanto a propósitos e métodos deste tipo de parcerias intra-europeias. A génese do manual franco-alemão conta-se em poucas palavras. Em 2003, o Presidente Chirac e o Chanceler Schröder, apostados em reforçar a aproximação política dos respectivos países, decidiram promover a elaboração de manuais comuns que pudessem ser adoptados no ensino da História no secundário francês e alemão. No ano seguinte, formou-se um comité dito científico – constituído maioritariamente por altos funcionários dos dois países – que assumiu a direcção de um grupo de professores liceais de História, irmãmente divididos entre alemães e franceses, ao qual coube a redacção do texto. Até ao momento saiu apenas um dos três volumes previstos, justamente o que se debruça sobre a história da Europa e do Mundo no pós-guerra, ou seja, de 1945 até à actualidade. No prefácio do livro, os membros do comité científico que dirigiu o projecto alinham vários argumentos para justificar a iniciativa: garantem que o entrecruzamento de perspectivas franco-alemãs e a correspondente multiplicação de pontos de vista produz uma história mais completa, mais verdadeira e mais profunda; asseguram que a aprendizagem de uma história comum aplaina as desinteligências entre os povos; e afiançam que esse livro constitui uma mais-valia pedagógica e científica, tanto quanto ao método como quanto ao conteúdo. Esperam, por isso, que o seu manual faça escola e que possa servir de modelo e de incentivo a um futuro manual europeu.

Muita desta argumentação é simples presunção e água benta, que, como sabemos, cada qual é livre de tomar à sua vontade. Os membros do dito comité científico perfilham manifestamente a crença de que a aprendizagem de uma história comum dissolverá a conflitualidade entre os povos – esquecendo que as guerras civis provam, infelizmente, o contrário. Acreditam, também, que a visão que propõem é mais imparcial, sem valorizarem o facto de o manual transportar consigo as marcas do seu nascimento e objectivo, isto é, de se afadigar na promoção de uma ideologia pan-europeísta – sob direcção do eixo franco-alemão – e na diabolização dos Estados Unidos. Mas, se estas e outras ideias são demasiado ingénuas para merecerem grandes comentários, importa, por outro lado, assinalar que a expectativa manifestada quanto à fertilidade do exemplo se materializou rapidamente e que a ideia de um manual único já aí está a bater à porta dos parceiros europeus.

Alguns, como a Espanha, aplaudem tal ideia; outros, como a Dinamarca ou a Polónia, rejeitam-na. As razões são óbvias: os grandes países têm interesse em patrocinar projectos em que, por inerência do seu peso relativo, sairão enaltecidos; os pequenos países, receiam precisamente o contrário. A acreditar nas notícias, Portugal fez de conta que não estava em casa e não respondeu à chamada, preferindo, para já, não se pronunciar, o que também é uma forma de se posicionar.

Este jogo de interesses não surpreende, tal como não surpreende o combustível de que se alimenta. A possibilidade de moldar o passado de acordo com as metas e conveniências de cada momento é demasiado tentadora e desde os alvores do tempo histórico que os políticos procuraram promover alianças através da manipulação da memória do passado. As sociedades que não dispunham de registo escrito desse passado usaram a genealogia como forma de soldar os seus segmentos. Foi desse modo, com base numa ideologia do parentesco que se reconstruía de acordo com as conveniências, e não com base na consanguinidade como geralmente se julga, que as tribos se construíram. As sociedades com escrita continuaram a aplicar os mesmos métodos mas complementando-os com um mecanismo mais poderoso: a manipulação da História. Aquilo a que assistimos agora, com a proposta da ministra alemã, é, pois, um novo passo em direcção a um velho objectivo: apaguemos diatribes antigas, tornemos o relato insonso e inodoro de modo a ser digerível por todos, e teremos os condimentos indispensáveis para construir a grande tribo europeia. Tudo nesta mecânica remete para a ideologia, nada remete para a História e, a bem dizer, pouco inova. O que surpreende – e preocupa – é a forma como a nossa passividade e complacência tem permitido que o

"Os grandes países têm interesse em patrocinar projectos em que, por inerência do seu peso relativo, sairão enaltecidos. Os pequenos países, receiam precisamente o contrário. Portugal não se deu por entendido"

pensamento politicamente correcto avance à velocidade da luz, ganhando metros sobre metros a cada segundo que passa. Aqueles que me têm lido sabem como nos últimos anos essa preocupação tem vindo a alimentar vários dos meus escritos na *Atlântico* e noutros locais.

A ideia peregrina de um livro de História único é, em minha opinião, apenas mais um degrau na escalada em direcção à criação de polícias do pensamento, cada vez mais omnipresentes, exigentes e coercivas. Há, na Europa uma miríade de Big Brothers que nos vigia, que nos impõe o ritmo e que nos diz o que devemos e não devemos pensar, tanto quanto ao futuro como quanto ao passado. Essa gente tomou posse da História e converteu-a numa espécie de casa dos espelhos onde pode adelgaçar ou engordar os acontecimentos ao sabor das circunstâncias. Dizem-nos que esse jogo de espelhos servirá nobres fins. Mas, ainda que isso fosse verdadeiro, seria uma justificação suficiente para o legitimar?

Dei aulas no secundário numa época em que o ensino da História estava ao serviço da promoção da democracia. Falava-se muito de Atenas e nada de Esparta; nada, também de Alexandre da Macedónia e muito pouco do Império Romano – tidos, ambos, por inadequadamente "imperialistas". Um programa assim desenhado poderá ter contribuído para promover a democracia, mas os resultados em termos de conhecimentos adquiridos pareceram-me desde logo catastróficos. Tive, desde o início, a sensação de que alguém se esquecera, nessa engenharia didáctica, de que a História não é um mero instrumento para atingir fins políticos, por mais louváveis que sejam. É, também, entre outras coisas, uma maneira de compreender a trama dos acontecimentos humanos, de desenvolver o sentido crítico dos alunos e de estimular a procura da verdade.

Ora, será que o manual único com que nos acenam – ou ameaçam – lá da Alemanha promoverá tudo isso? Como será que através de um manual tendencialmente asséptico – para ser aceite por todos – se desenvolverão a curiosidade e sentido crítico dos alunos? Como poderá um livro deste género digerir e apresentar a história riquíssima de cada um dos países europeus? Que dimensão e espessura terá, por exemplo, a história de Portugal num manual desse tipo? Ficará reduzida a um pequeno *digest* da história dos Descobrimentos?

Estas e outras perguntas alimentam a preocupação com que venho assistindo à progressiva plastificação das nossas referências culturais. Uma plastificação que, significativamente, se processa ao mesmo tempo que disciplinas como História e Filosofia vão perdendo terreno nas organizações curriculares, e que cresce, em seu lugar, um pronto-a-vestir ideológico que se adopta de forma acrítica.

Concurso autorizado pelo Governo Civil de Lisboa

África boa, África má? Não, sem juízos morais, estes são dois retratos das Áfricas conhecidas: a que se enterra e a que, pelo contrário, pode prosperar

BERNARDO PIRES DE LIMA

MUGABE FEZ ANOS. PARABÉNS, ROBERT.

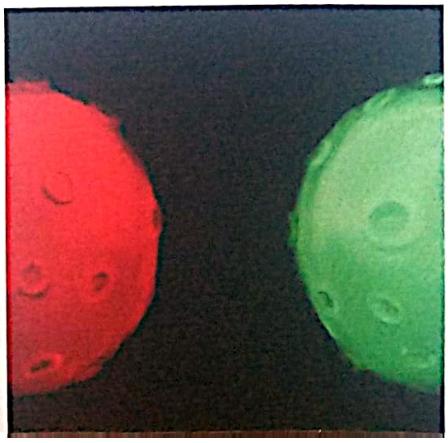
Não é caso para menos. A coisa tem sido um sucesso. Bem instalado, Mugabe tem assistido serenamente ao evoluir do Zimbabwe. O desemprego a rondar os 80%, a inflação os 1600%. Coisa pouca para quem pensa em grande como o velho Robert. Mas há mais: 500 mil infectados com HIV, a cólera a aumentar nas zonas rurais e em Harare, e uma reforma agrária plena de sucesso. Eu sei, nesta matéria não levamos lições de moral de nenhum ditadorzeco. O facto é que foi um feito, a expropriação das terras às populações brancas. Branca, porque espiã ao serviço da pérfida Albion, ou não estivéssemos perante mais um ex-colonizado com o tique habitual de sacudir as culpas para quem lá andou antes.

Mas Robert achou tudo isto coisa de meninos e tratou de nos brindar com um plano estatal de destruição de habituações ilegais. Resultado? Mais de 300 mil famílias desalojadas. Esta propensão para o bem comum sempre tocou fundo Mugabe. Por isto há muito que tratou de si, não vá algum louco enfiar-lhe uma valente bala na testa. Com as preciosas ajudas da China e da Coreia do Norte – com muitos adeptos numa ala muito particular do parlamento português – reforçou a sua guarda pretoriana, as forças armadas e a sua amada polícia política. Para bem de todos, em especial do próprio, é claro.

Parece que também tem havido queixas de torturas maciças, prisões um tanto duvidosas e uma oposição silenciada. Tudo obra da "teia imperialista ocidental" que impõe sanções económicas ao regime e que, nas palavras de Mugabe, o tornaram naquilo que ele é hoje. Não surpreende. Esta esquerda despótica, vermelha porque sangrenta, sempre teve o condão de ver no satã externo os males para todas as suas diabruras. Querem exemplos?

Por tudo isto, Robert está de parabéns. Cumpriu. Mais: superou as expectativas. Tornou-se no *case study* moderno de como arruinar um país em menos de um piscar de olhos. Para celebrar o feito, o ditador do Zimbabwe fez uma festa a rondar o milhão de dólares. Recorrendo a uma engenharia financeira digna dos eleitos, congelou parte dos salários dos funcionários públicos para patrocinar a farra.

O que me faz alguma espécie é não ver ninguém nas ruas de Lisboa e de outras capitais europeias, sempre prontas para a indignação, aproveitar a efeméride. O anti-americanismo ganhava outra causa e alguns eurodeputados também.



HENRIQUE RAPOSO

MBEKI E O MUNDO PÓS-EUROPEU

A política internacional (a verdadeira, não a da TV) é cada vez menos atlântica e cada vez mais pós-europeia. A África do Sul é um dos Estados que melhor simboliza essa deriva pós-europeia do século XXI. Vejamos.

Para resumir: a África do Sul é um dos Estados mais importantes do sistema internacional; tem *Poder* (potência-média mundial) e *Legitimidade* (democracia liberal; mais liberal, aliás, que Portugal). Para resumir de forma suja: a África do Sul é tão importante como a Alemanha, a França e a Inglaterra e é mais importante do que os restantes Estados europeus.

Os europeus exigem que Mbeki critique a deriva autoritária de Mugabe. Mbeki responde com a *quiet diplomacy* (nunca criticou Mugabe). Os europeus, com a arrogância moral de quem está fora da História, criticam o silêncio de Mbeki. Fazem bem. Mas como Mbeki está lá, no pó da realidade, dentro da História, convém sermos um pouco mais sofisticados na análise. Mbeki pretende ser o líder do "Renascimento Africano". Neste quadro, Mbeki, aos olhos dos africanos, não pode parecer um lacaio da retórica ocidental. Os ocidentais tiveram e têm os seus *sonofabitch*. Mbeki também pode ter o seu. Eis o mundo pós-europeu (no que diz respeito aos jogos de poder).

Depois, África não é o Zimbabwe. Mbeki tem sido o impulsionador da boa governança em África, através de mecanismos regionais (NEPAD, APRM) que visam avaliar a qualidade institucional dos Estados africanos. São os africanos, e não ONG europeias, que fiscalizam a qualidade institucional africana. Eis o mundo pós-europeu (em termos de legitimidade democrática).

Para terminar, Mbeki é um dos líderes do novo *Sul* (Índia, Brasil, Argentina, Indonésia, etc.); um *Sul* que apresenta uma atitude revisionista e adversa aos interesses da Europa. Mbeki luta, diariamente, contra o proteccionismo agrícola do Norte (PAC à cabeça). Mbeki advoga, todos os dias, a revisão do Conselho de Segurança da ONU (enviesado em favor dos europeus). O Conselho de Segurança, santificado pelos europeus, não tem o mínimo de credibilidade junto destes novos poderes do Sul. Porquê? Porque representa *1945*, porque representa o passado europeu quando o presente é pós-europeu. A verdade é esta: a ONU só é santificada pelos europeus… e por duas ditaduras.

(Mas pouco barulho, ah! Que isto é segredo. Afinal, não queremos causar um enfarte epistemológico ao eurocentrismo).

PEDRO BOUCHERIE MENDES

DO JORNALISMO DE SARJETA

No fundo, julgo que posso resumir dizendo que o jornalismo de sarjeta é aquele que revela que X dorme com Y, Z engana a mulher ou que W é gay. Estas letras são figuras públicas ou ocupam cargos públicos

O ministro que me tutela profissionalmente – Augusto Santos Silva – definiu jornalismo de sarjeta como aquele que não respeita os artigos 25 e 26 da Constituição. Esses artigos dizem respeito à integridade moral e física das pessoas (que é inviolável e muito bem) e diz que a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.

No fundo, julgo que posso resumir dizendo que o jornalismo de sarjeta é aquele que revela que X dorme com Y, Z engana a mulher ou que W é gay. Estas letras são figuras públicas ou ocupam cargos públicos (e ou notórios) que os tornam notícia. As outras formas de jornalismo (descriminar, atentar contra a integridade, impedir alguém de desenvolver a personalidade, etc.) resultariam em crime, não em jornalismo (de sarjeta ou outro). A *rule of the law* é suficiente; não é necessário falar de sarjetas.

Se ainda está a ler este texto, que começa chato e ainda vai ser chato durante mais algumas linhas, suponho que está a concordar em pleno com a vontade do ministro.

Portugal e o seu jornalismo têm uma tradição valorada de não entrar no quarto das pessoas que são notícia. Há algumas excepções, mas servem como válvula de escape ao jornalismo e à curiosidade dos comuns (e provavelmente aos próprios).

Insisto que essa reserva da vida privada que caracteriza o nosso jornalismo é valorada por quem opina e se manifesta sobre o assunto. Se tivéssemos realeza, o nosso príncipe Harry bêbado não sairia nos jornais. Se Britney Spears fosse nome artístico de uma Ana Cristina, não a veríamos de cabelo rapado.

Mas o Harry britânico bêbado e a Britney americana careca saíram nos nossos jornais (de referência), sabiam? Bem sei que não faz mal, que eles estão longe e que são figuras públicas e, como li imensos textos densíssimos de semiótica e discurso dos media, estou em condições de explicar porque é que isso aconteceu nos nossos jornais de referência. Trata-se de… Bom, seria uma chatice explicar, o espaço é pouco, a atenção escassa e prefiro passar em frente. Os leitores da *Atlântico* são gente que não gosta de ser chateada, isso é um ponto a seu favor e proponho prosseguir.

Em Portugal, não é jornalismo de sarjeta perguntar se as pessoas (públicas mas não só) crêem em Deus, embora isso me pareça obviamente fazer parte da intimidade que a Constituição me assegura que posso manter reservada. Para mim, pelo menos, a fé religiosa é uma coisa íntima, donde a pergunta é de sarjeta. Mas a nossa tradição jornalística permite a pergunta e respectivas variantes: "costuma rezar?"; "apela a Deus?", etc. E as pessoas respondem.

E há mais, muitas mais perguntas desse tipo, aparentemente inócuas, mas cujas respostas obrigam aquele que responde a abdicar de certos graus da reserva da sua vida privada. Vejam estas por exemplo.

– Gosta de viver em Lisboa?

– Não vivo em Lisboa. Estou em Lisboa de segunda a sexta. A minha cidade, o Porto, é a minha pátria. Gosto do granito do Porto, do escuro do Porto, da chuva do Porto, gosto sobretudo daquela cidade comercial e burguesa, a Invicta.

– Mas em Lisboa vai ao cinema, a concertos?

– Sim, sim. Aliás traçam às vezes perfis meus como ministro da área da Comunicação Social, depreciativos, dizendo que é público que eu detesto ver televisão e adoro ler livros, ver filmes e ir a óperas. Não detesto televisão, mas registo que ler livros e ver ópera é negativo para certos órgãos de Comunicação Social.

– É do FC Porto?

– Sou do Salgueiros. Estou na posição de sem-abrigo futebolístico. O clube acabou o futebol profissional, portanto estou assim. Tenho ligações ao Boavista, o meu filho joga lá andebol, e prefiro que ganhe sempre um clube do meu círculo eleitoral.

São perguntas e respostas ao ministro Santos Silva, na mesma entrevista ao *Correio da Manhã* onde ele falou do jornalismo de sarjeta. O ministro, como quase todos os nossos concidadãos, não ia perder a oportunidade de dizer que adora ler e adora ópera, não é verdade?

O jornalista, com as suas perguntas, julgou que estava a prestar serviço aos seus leitores, ao dar informações sobre a pessoa-que-é-ministro. Julgou e julgou bem. As perguntas estão bem feitas e são pertinentes. Mas, segundo o ministro são jornalismo de sarjeta.

O jornalista, a bem do jornalismo e do país e da Constituição, não perguntou ao ministro se ele foi para a cama com cinco, dez ou vinte namoradas antes de casar; não lhe perguntou se ele foi infiel; nem lhe perguntou se já injectou heroína, antes de chegar ao governo. Isso seria um absurdo, além de ser jornalismo de sarjeta. Certas coisas não se perguntam. Nenhuma destas respostas entronca na competência técnica e política do ministro e a entrevista era a um ministro. A um ministro que adora ópera, ler e torce pelo Salgueiros.

A minha categoria profissional não me define, embora seja, para todos os efeitos legais, jornalista. E ser jornalista em Portugal pode ser facílimo, como extremamente difícil. O que vale são certas e determinadas certezas que existem para me guiar.

Memorando

De: Atlântico
Para: Sua Eminência, o Exmo. Dr. António Costa, o Super Ministro das Polícias e da Administração Central

Sua Alteza,

Em primeiro lugar, esperamos que a nossa vassalagem esteja conforme os padrões do regime. Esperemos que os nossos "Sua Eminência, o Exmo." e "Sua Alteza" sejam do seu agrado, caríssimo Dr. Costa. É que não queremos interferir na relação feudal que existe entre políticos portugueses (os Senhores) e os jornalistas portugueses (os Servos). E, claro, não queremos ser presos por "incapacidade compulsiva de beijar a mão do Poder". Formalidades cumpridas. Avancemos, portanto.

Então não é que Sua Excelência pretende integrar todas as polícias num tal Sistema Integrado de Segurança, isto é, PSP, GNR, PJ e SEF sob a tutela de um secretário-geral, o "Super Polícia", que, a bem da Nação, irá despachar directamente com o primeiro-ministro. Lamentamos interromper o silêncio bovino, mas temos de dizer que esta medida é um ataque às liberdades dos cidadãos portugueses e a quebra de todas as regras de separação de poder de qualquer democracia civilizada. Com esta medida, Sua Excelência comprova, pela enésima vez, que não há cultura política digna de democracia liberal constitucional em Portugal. Para o Dr. António Costa, é burocraticamente lógico que se centralize as polícias sob um único comando, sob um único homem. É lógico? É. Faz sentido do ponto de vista do eficientismo? Faz. Só que há aqui um problema, meu caro. Política nada tem que ver com lógica mas com legitimidade. E esta medida é ilegítima e contradiz todas as regras de separação de poderes de uma democracia liberal. A Política (a Política da democracia ocidental, pelo menos) é, precisamente, a negação da lógica, do eficientismo, dos planos perfeitos que colocam tudo num único eixo condutor, às ordens de uma única estrutura e, em última análise, de uma única pessoa. O culto da lógica eficiente (que limpa o "caos" da sociedade liberal) é a porta de entrada das ditaduras. Ou será que Sua Excelência já não se lembra da "legitimidade" que Salazar foi desencantar? Ou o sonho da "justiça e igualdade" que guiavam Afonso Costa ou o Dr. Cunhal? Um regime autoritário é medido, entre outras coisas, pelo grau de proximidade entre o poder executivo e a polícia. We rest our case.

Depois, Sua Excelência revela uma falta de consideração por aquilo que é o Poder. Será que Sua Eminência não pensa nos efeitos perversos que esta concentração de Poder pode (e vai) ter? Efeitos evidentes, diga-se, para toda a gente, excepto para burocratas antropologicamente optimistas. Dir-me-á, à boa maneira portuguesa, que a pessoa que irá ocupar o cargo de "Super Polícia" está acima de qualquer suspeita e que é, enfim, um gajo porreiro. Pois... O Dr. Costa até poderia ressuscitar a Madre Teresa e colocá-la como chefe das polícias unificadas; mesmo assim esse cargo continuaria a ser um perigo. Porque a questão, meu caro, não é "quem deve mandar?", mas sim "que poder deve ser concedido a quem manda?". Salomão era um tipo porreiro, como sabe, mas continuava a ser um déspota. O problema não reside no carácter moral do titular do cargo público, mas sim nas regras institucionais que o limitam, mesmo quando o titular X é o Bem em forma de gente.

Este cargo que Sua Excelência está a criar (com ou sem a Madre Teresa ao comando) é a negação de todas as regras institucionais de uma democracia constitucional ocidental. É a negação (mais uma) da ideia de estado de direito em Portugal. É a prova (mais uma) de que ainda temos uma cultura política autoritária. Somos uma democracia, mas não somos uma democracia liberal representativa. As pessoas votam, mas as suas liberdades cívicas são ameaçadas todos os dias. A ideia de separação de poderes ainda não entrou na política portuguesa. Portugal é tendencialmente autoritário, mesmo em democracia. Aliás, a democracia (quando não é uma democracia liberal, baseada nos princípios do constitucionalismo liberal, como é o nosso caso) só legitima tendências centralizadoras e autoritárias. Repetimos, para terminar, caro Dr. Costa: a Polícia (com maiúscula) a despachar directamente com o Poder (com maiúscula também) é característico de regimes autoritários. Não é matéria de opinião. É matéria de facto.

JOÃO MIRANDA

LIÇÕES DA INDEPENDENTE

"As universidades privadas nunca tiveram qualquer hipótese de competir com as públicas. As universidades privadas foram, desde a sua criação, relegadas para pequenos nichos de mercado"

A crise da Universidade Independente despoletou uma série de críticas ao ensino superior privado. De acordo com a opinião dominante, o caso da Universidade Independente é uma prova empírica da superioridade do modelo público de ensino superior. Esta opinião é reforçada pelo facto de as universidades públicas serem, por regra, mais reputadas e mais procuradas do que as privadas. No entanto, só se poderia concluir que o modelo púbico é o melhor se os modelos público e privado estivessem a concorrer entre si em igualdade de condições. Mas não estão porque a interferência do estado no mercado de ensino, como regulador, certificador e financiador, desvirtua a competição favorecendo o ensino superior público.

Enquanto regulador, o Estado influenciou o ensino superior de três formas distintas. Em primeiro lugar privilegiou a abertura de universidades públicas. As universidades privadas só foram autorizadas a partir do início dos anos 80, e mesmo assim com grandes limitações. Em segundo lugar, o Estado impôs por via legal modelos de organização às universidades que se revelaram incompatíveis com as suas necessidades. Em terceiro lugar, o Estado tornou o ensino privado excessivamente dependente de favores políticos para a aprovação de licenciaturas.

Es problemas que ocorreram na maior parte das universidades privadas resultaram da combinação da falta de tradição institucional, do modelo de cooperativa imposto pelo estado e da necessidade de favores políticos para aprovação de cursos. A falta de tradição institucional exigia total flexibilidade das universidades privadas para encontrarem os arranjos institucionais mais adequados à sua natureza. No entanto, dado que o estado impôs o modelo cooperativo, as primeiras universidades privadas tiveram que viver com ele. Acontece que, numa universidade sob o modelo cooperativo, todos mandam mas ninguém em particular é responsabilizável. Existe um grande incentivo para que cada cooperante procure tirar proveito pessoal da sua participação na universidade, mas pouco para que cada cooperante invista o seu tempo e o seu dinheiro na universidade. Este problema é agravado pela necessidade que a universidade tem de ter relações com políticos influentes. Criou-se um caldo de cultura propício a guerras internas e a actividades obscuras.

Enquanto certificador, o Estado contribuiu para falsificar os sinais do mercado. O Estado é o maior empregador de licenciados e o último responsável pela certificação de um vasto conjunto de profissionais, quer directamente, quer através das ordens profissionais. Este trabalho de certificação, em vez de contribuir para separar as boas das más universidades, contribuiu para as confundir. O Estado enquanto certificador/empregador trata da mesma forma uma licenciatura obtida numa boa universidade e uma licenciatura tirada numa má universidade. Por este motivo, as universidades privadas inciaram a sua actividade com o valor das suas licenciaturas artificialmente empolado. O valor de uma licenciatura não dependia da reputação da universidade, nem da qualidade do seu ensino, mas do simples facto de o canudo valer o mesmo que qualquer outro canudo. Por este motivo as universidades privadas não precisaram de se impor pela qualidade para ter clientes. Como, para o principal certificador do mercado, os canudos valiam o mesmo qualquer que fosse a qualidade do ensino, as universidades privadas tinham mais a ganhar se recorressem ao facilitismo.

Enquanto financiador o Estado agiu em nome dos interesses das universidades públicas. Pagou-lhes as instalações, pagou-lhes a formação de professores, pagou-lhes a investigação. Em suma, o Estado, ao longo de décadas capitalizou as universidades públicas com o dinheiro dos contribuintes. Muitos contribuintes tiveram que pagar duas vezes. Pagaram a universidade pública, pela via dos impostos, e pagaram a universidade privada, enquanto pais ou alunos, pela via das propinas. As universidades privadas tiveram que se capitalizar a elas próprias, têm que pagar os seus custos com as receitas das propinas e têm que competir com universidades públicas que cobram propinas simbólicas. Esta diferença abissal do financiamento cria uma situação de concorrência desleal que favorece as instituições públicas e explica só por si que estas tenham mais procura e melhor qualidade.

É claro que uma análise ingénua e superficial do mercado do ensino superior em Portugal nos poderia levar a concluir que o modelo público é melhor. Mas uma análise mais aprofundada mostra que as universidades privadas nunca tiveram qualquer hipótese de competir com as públicas. As universidades privadas foram, desde a sua criação, relegadas para pequenos nichos de mercado fora dos quais não têm qualquer capacidade para competir com as universidades públicas que são muito mais antigas, que são financiadas pelo Estado a fundo perdido e que praticam preços simbólicos.

DAVID OPPENHEIMER

A agilidade e o veneno de um autor

MIGUEL PORTAS, NO LABIRINTO - O LÍBANO ENTRE GUERRAS, POLÍTICA E RELIGIÃO, LISBOA, ALMEDINA, 2006, 198 PP.

O livro do eurodeputado Miguel Portas é uma narrativa em que todos os actores merecem ser compreendidos – menos Israel. A Síria e o Hezbollah são quase virtuosos. Pode ser lido como sintoma da tendência generalizada da Esquerda e da Direita europeias alinharem de forma acéfala "contra" ou "a favor" dos israelitas

Miguel Portas (MP) tem um talento indisputável: descrever alguns dos conflitos e das disputas identitárias mais complexas do Médio Oriente com uma narrativa ligeira, arejada e fácil de digerir. O leitor que aprecie a agilidade jornalística de frasezinhas venenosas como «a 8 de Junho, um navio de guerra [israelita] executa uma provocação particularmente odiosa: dizima uma família de oito pessoas numa das praias de Gaza» (p. 109) vai sentir-se particularmente em casa com este livro, que só aparentemente trata do Líbano.

O fio condutor desta história é outro: numa região onde os projectos nacionais foram inquinados à partida por diversas heranças imperiais, a fundação, existência e presença israelita são uma maldição suplementar pela qual pagamos o preço todos os dias. Todos os actores da região não conseguem senão *reagir* às tentativas cíclicas por parte de Israel em desestabilizar e conquistar. O resultado é uma narrativa em que todos os actores merecem ser compreendidos e vistos num contexto estratégico, histórico, até de psique colectiva – menos Israel. Israel não tem preocupações de *realpolitik*, não tem medos, não tem psique colectiva que mereça ser desconstruída, nem tem motivações que sejam importantes para compreender a região: é um actor mais ou menos monolítico que espalha morte e destruição aleatoriamente. Nesse sentido o livro falhou. Falhou porque não se debruçando sobre Israel senão para confirmar a sua falta de legitimidade, não tenta compreender Israel, uma peça fundamental do puzzle da região. A razão é simples. Compreender é aceitar. Significa aceitar sem reservas o que a comunidade internacional já aceitou há muito tempo: que a fundação de Israel corresponde à aspiração legítima do povo judeu por autodeterminação – onde nunca deixou de haver presença judaica.

Por exemplo, ao papaguear o cliché anti-sionista/anti-semita clássico da conspiração judaica a comandar os destinos das nações poderosas («O enclave judaico é mesmo o único e durável sucesso estratégico dos EUA na região. Mas até este se transformou num êxito perverso. Já não se sabe bem quem manda em quem.» [p. 86]) MP demonstra que não é só o estilo do livro que é jornalístico: todo ele sofre da falta de equilíbrio e dos espasmos de empatia parcial que distinguem as diatribes das reflexões sérias sobre o Médio Oriente.

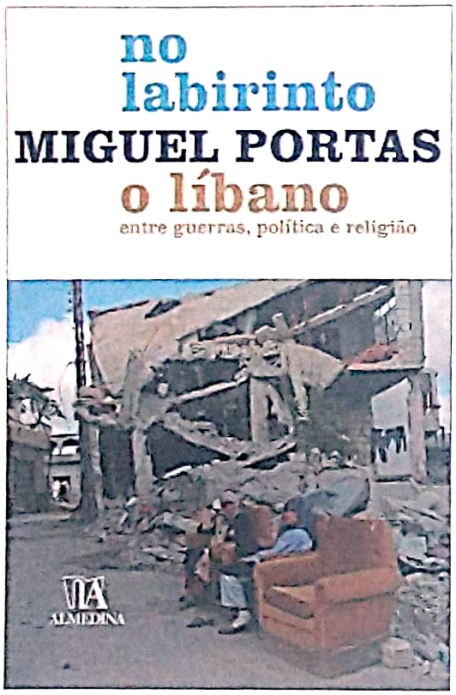
As doses generosas de empatia que MP dedica aos inimigos de Israel contrastam com a severidade com que são tratadas as decisões israelitas.

A presença mais ou menos "virtuosa" da Síria no Líbano constitui disto um bom exemplo. Damasco entrou no Líbano em 1976. Só saiu em 2005, sob pressão libanesa e internacional avassaladora. É importante lembrar que a primeira invasão israelita do Líbano foi em 1978, dois anos depois de

a Síria ter entrado no Líbano e começado uma ingerência nas lutas internas libanesas que perdura até hoje. Sem interrupção. Mas a Síria, ao contrário de Israel quando invade, não é "agressor": «as ocupações israelitas constituíram actos de guerra, a tutela síria entrava na categoria das ingerências consentidas» (p. 62). De facto, no contexto da implementação do acordo de Taef de 1989, a presença da Síria foi tolerada por quase todos os actores libaneses como uma fonte de estabilidade depois da guerra civil. Mas Damasco sempre contribuiu – apoiando as facções umas contra as outras – para a fragilização e para a atomização da vida política libanesa. MP nunca menciona o saque organizado que Damasco levou a cabo durante décadas no Líbano, usando este país como balão de oxigénio para uma economia que produz (desde o princípio dos anos 90) pouco mais do que desemprego: MP repete acriticamente a propaganda síria quando diz que, tendo em conta o caos da guerra civil (1975-1990), «a limitação de soberania [do Líbano] até parece um preço razoável» (p. 57). A política predadora, de dividir para imperar, e de eliminação física de quem quer que se opusesse à opressiva presença síria, é eufemisticamente descrita por MP da seguinte forma: «durante 16 anos [MP esquece que a presença opressiva Síria durou 29 anos] a Síria vai arbitrar os interesses… que se jogam no país dos cedros. O contrato demorou bem mais do que inicialmente se pensara» (p. 57). Um "contrato" entre um país de joelhos, exangue durante e depois de uma guerra civil sangrenta, e uma potência regional que sempre considerou o Líbano como parte de uma Grande Síria: só MP consegue ver aqui uma relação contratual.

Mas é o Hezbollah quem verdadeiramente conquistou o coração de MP. A abordagem hagiográfica a Nasrallah transforma qualquer discurso do líder do movimento num exercício de sabedoria e moderação. O Xeque é citado à exaustão (p. 153). MP dá-lhe mais do que o benefício da dúvida – aceita e repete as ideias do líder do Hezbollah de forma quase naïf, enquanto todos os outros actores da região merecem uma abordagem céptica e crítica. MP, na ânsia de sentir empatia pelo inimigo figadal israelita, projecta um imaginário ideológico *passé* no conflito do Líbano. Numa linguagem pirosa a propósito do grande sentido de responsabilidade patriótico de Nasrallah no pós-guerra libanês, MP clama liricamente que «a prudência comanda o resistente na hora do triunfo» (p. 153). E a prudência do resistente na hora do ataque a Israel, onde é que ficou?

Enfim, MP admite aquilo que já se tinha tornado claro: encontrou um novo herói revolucionário, líder de um movimento com vocação universalista, envolvido numa luta contra aqueles que oprimem e travam o progresso – fazendo uma passagem alheia sua, MP explica-nos que «as mino-



As doses generosas de empatia que Portas dedica aos inimigos de Israel contrastam com a severidade com que são tratadas as decisões israelitas. O Hezbollah conquistou o coração do autor

rias xiitas lutam para libertar o Mundo, como o proletariado, no pensamento marxista, luta pela libertação da Humanidade» (p. 150) Nasrallah – o Lenine do Levante…

Ao abrir mão da última réstia de distância crítica, substitui a realidade por *wishful thinking*. Um exemplo paradigmático, mas há outros ao longo livro:

«Não se conhece um só atentado que [o Hezbollah] tenha praticado contra adversários políticos internos ou contra civis em Israel, desde fins dos anos 80. Essa regra só agora foi quebrada na guerra de 2006, ao fim de três dias de bombardeamentos israelitas contra alvos civis.» (p. 138).

Tudo isto, infelizmente, é mentira. Uma rápida procura de Qiryat Shemona Hezbollah no *Google* revela que Qiryat Shemona é uma cidade no norte de Israel. Em Julho de 1996 teve que fechar os tribunais, por exemplo, por causa dos mísseis Katyusha do Hezbollah. O Hezbollah não faz atentados suicidas em Israel porque os israelitas defendem a sua fronteira (talvez MP também ache mal). Durante todos os anos 90 os Katyushas choveram em Qiryat Shemona e aldeias circundantes. Muitos lembram-se das imagens das pessoas nos bunkers, da cidade a definhar. Muitos lembram-se também do atentado de 1994 à comunidade judaica em Buenos Aires onde morreram dezenas de pessoas, e onde há muito se suspeita a mão do Irão e do Hezbollah.

A BBC *online* de 25 de Outubro de 2006, por exemplo, publica um artigo com o título «*Iran charged over Argentina bomb: The Iranian government and Lebanese militia group Hezbollah have been formally charged over the 1994 bombing of a Jewish centre in Buenos Aires*».

Propaganda desse bastião sionista que é a Procuradoria-Geral da República argentina, claro.

Quanto aos ataque a civis israelitas que só começaram «ao fim de três dias de bombardeamentos israelitas contra alvos civis»: a *website* da CNN já falava de «*four [Israeli] civilians wounded*» no dia 12, o primeiro dia da guerra. A Human Rights Watch, num comunicado de imprensa de dia 5 de Agosto, explica que «*since 12 July, when Hezbollah captured two Israeli soldiers and killed eight, HRW researchers have been documenting the war's impact on* ***civilians in Israel*** *and Lebanon…*» O diário israelita Ha'aretz, profusamente citado por MP noutras alturas, assinala num artigo de 13 de Julho que «*simultaneously with this ambush* [contra a patrulha israelita], *Hezbollah also launched a diversionary attack: a barrage of mortar shells and Katyusha rockets on communities and IDF outposts in the western part of the border area. That assault wounded five civilians…*» Os relatórios da Amnistia Internacional confirmam esta versão.

Estes detalhes são importantes porque demonstram que o Hezbollah não atacou civis apenas como reacção aos ataques israelitas, da mesma maneira que os ataques às vilas e cidades do norte de Israel durante os anos 90 não estavam ligados a nenhum 'crime' israelita em particular.

Resumindo, este livro é mais um sintoma da tendência generalizada da Esquerda e da Direita europeias se alinharem de forma acéfala "contra" ou "a favor" de Israel – especialmente em Portugal. E o problema vai bem mais fundo do que o velho debate sobre pró e anti-americanismo. A esquerda só gosta dos judeus vítimas, *underdogs*, oprimidos, mas nunca se dedicou a tentar compreender os dilemas dolorosos criados pela fundação de um Estado – e que nenhum Estado resolveu sem cometer erros. Por sua vez, a direita saliva com a fantasia de uma testa de ponte "dos nossos" no meio da barbárie dos "outros" e não resiste à nostalgia piegas de tentar identificar-se com o nacionalismo musculado que aparentemente guia Israel, e que tanta falta faz à Direita em casa.

No meio disto tudo, quem tem o azar de se identificar com uma esquerda sionista que se opõe à Ocupação de 1967, que sonha com uma Israel a viver em paz com todos os seus vizinhos árabes, mas que sabe que isso não depende só da boa-vontade de um dos lados do conflito, tem que se habituar a manter alguma distância em relação a ambos os pólos deste debate.

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***
  1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha

CEPI

Cursos certificados por
European Council of Real Estate Professions
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** 8ª Edição
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** 9ª Edição
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** 4ª Edição
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

18º Aniversário

ESAI
Escola Superior de Actividades Imobiliárias

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias
Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt
Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila
1950-104 Lisboa
Homepage: www.esai.pt

Protocolos com:

- Universidade de Salford Manchester, Reino Unido
- Universidade de Fontys Eindhoven, Holanda
- Fac. Católica de Ciências Empresariais da Baía S. Salvador, Brasil
- Universidade Miguel Hernández Elche, Espanha
- Universidade Nacional da Liberdade Lisboa
- Liberdade Editora de Estudos Liberais
- Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios
- Associação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
- Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária
- Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários
- Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
- Sindicato Nacional dos Engenheiros
- Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

GOSTOS

LIVROS

CEM HORAS COM O COMANDANTE

IGNACIO RAMONET, *FIDEL CASTRO - BIOGRAFIA A DUAS VOZES*, PORTO, CAMPO DAS LETRAS EDITORA, 2006, 630 PP.

POR FRANCISCO SERRANO

Fidel Castro considera-se um bom atirador. A sua familiarização com as armas, conta, aconteceu enquanto criança, quando vivia em Birán, uma região agrícola de Cuba. Com onze anos costumava disparar com as espingardas do pai, um latifundiário abastado de origem galega. Mas a vivência rural ensinou-lhe algo mais importante: o potencial da guerrilha para travar um conflito assimétrico. E vencê-lo. «Eu acreditava na guerra irregular, por instinto, porque nasci no campo e porque conhecia as montanhas...» (p.104).

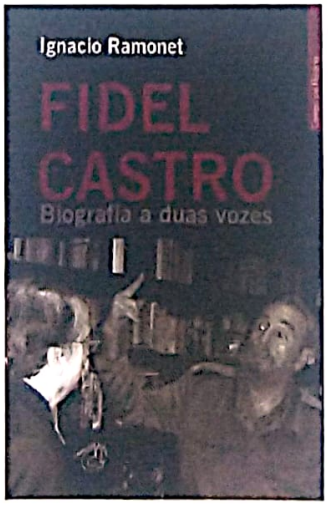
Essa crença concretizou-se na Sierra Maestra, de onde Fidel Castro e o seu exército revolucionário organizaram a oposição que derrubou a ditadura de Fulgencio Baptista a 1 de Janeiro de 1959. Castro entrou em Havana uma semana mais tarde, prometendo mudanças contra a tirania que o antecedera.

O título do livro pode ser enganador. Mais do que uma biografia de Fidel Castro, é uma síntese do mundo pós-II Guerra Mundial, mais concretamente a visão de esquerda dos acontecimentos. O líder cubano foi uma peça chave desse mundo polarizado, em que os conflitos armados por todo o globo aliviavam a pressão da Guerra Fria e evitavam o confronto directo entre dois gigantes. Cuba enviou milhares de combatentes para diversas partes do globo; encaminhando o fluxo internacionalista da Revolução por Angola, Bolívia, Argélia ou Congo.

Ignacio Ramonet entrevistou Fidel Castro em várias ocasiões entre 2003 e 2005. Durante mais de cem horas o líder cubano falou de tudo: da infância em Birán, da constante oposição dos Estados Unidos ao seu regime, da revolução e dos dissidentes cubanos. Castro explica as suas opções, alegando que apesar de não ser perfeita, a Revolução Cubana perdurará mesmo depois da sua morte. "A Revolução baseia-se em princípios. E as ideias que nós defendemos são, desde há muito tempo, as ideias de todo um povo" (p. 560).

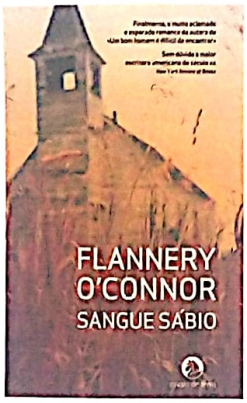
As respostas do Comandante são apresentadas de forma clara e bem construída. Mas era preciso que este livro fosse a única informação disponível sobre Cuba para que angariasse mais defensores para a causa socialista. Muitas vezes, Castro só consegue definir Cuba em oposição directa ao capitalismo americano, como se a Revolução Cubana não precisasse de sustentabilidade própria. Outro paradoxo é o modo como classifica os dissidentes: para o Comandante parecem não existir dissidentes políticos e quem tenta sair de Cuba apenas o faz por motivos económicos.

Hoje, o estado de saúde de Fidel Castro é incerto. Mesmo recuperado, o líder cubano dificilmente ocupará novamente o seu papel anterior. Raul Castro cumpre já as funções de líder interino. Mas sem o carisma legitimado pela história que envolve o irmão Fidel, uma vez que o Mito é intransmissível. Na realidade, o irmão Raul não herdará mais do que um país decrépito e um estado ineficiente incapaz de satisfazer as necessidades da maioria dos cubanos. Quase cinquenta anos depois da revolução, o colectivismo socialista criou uma sociedade igualitariamente pobre. Os baixos ordenados do estado (em média dezassete dólares por mês) encorajam a corrupção. Muitos produtos são roubados e vendidos no mercado negro galvanizado pela escassez, vários serviços públicos estão à beira do colapso. Talvez a única saída que Raul Castro ainda possa ter para manter viva a



Revolução numa Cuba sem Fidel seja uma aproximação ao modelo chinês de socialismo de mercado: abrir algumas partes da economia com uma mão, mantendo a outra firmemente agarrada ao poder. Mas o maior herdeiro de Fidel Castro será Hugo Chávez. Quando Castro desaparecer, o líder venezuelano será o principal símbolo esquerdista da América Latina: legitimado ideologicamente por Cuba e sustentado economicamente pelas reservas próprias de petróleo. Chávez quer fazer da Venezuela o que Castro se viu impedido de fazer em Cuba, por falta de recursos suficientes e por viver tão perto do país inimigo.

Fidel Castro - Biografia a duas vozes vale essencialmente pelo auto-retrato que emerge de um dos principais ícones da política internacional. Mas acima de tudo, o livro é a visão que o ditador cubano tem do mundo.



MORTO, MORTO ESTÁ

FLANNERY O'CONNOR, *SANGUE SÁBIO*, LISBOA, CAVALO DE FERRO, 2007, 178 PP.

POR BERNARDO PIRES DE LIMA

Confesso que estava à espera de mais. Autora do excelente *Um bom homem é difícil de encontrar* (ver *Atlântico* n.º 18), talvez o melhor livro publicado em Portugal o ano passado, Flannery O'Connor mostra em *Sangue Sábio* o porquê de ter maioritariamente escrito contos ao longo da sua curta mas intensa obra literária.

Publicado pela primeira vez em 1952, conta-nos uma história curiosa e imaginativa de um jovem que abandona a vida militar para se confrontar com os desígnios de Deus. Não que enverede pelo seu seguidismo, antes enceta um caminho antagónico contra os fanatismos religiosos, em particular contra Asa Hawks, um pastor "cego", que representa a perversão da religião na vida de cada um. A personagem central, Hazel Motes, é tipicamente *o'connoriana*: psicologicamente complexa, vive em confronto permanente com o sulismo moral e católico da América. A novidade da narrativa está na forma como ele leva a cabo esta batalha, apelando aos fiéis que neguem a existência de Cristo e vejam a redenção humana como um embuste. Para tal propõe que todos se rendam à "Igreja Sem Cristo".

Mas se a história em si é criativa, não deixa de transparecer uma ou duas debilidades, chamemos-lhe assim. Primeiro, o leitor fica com uma certa ideia de que O'Connor resulta melhor em contos. Há uma ginástica linguística e narrativa em que a autora se move francamente melhor e que aprimora o seu universo criativo. O sulismo americano, a força da religião, o confronto com o racismo ou a descrição dos espaços tem intensidade brutal nos contos, perdendo um pouco quando em presença de um romance. Isto percebe-se bem com a força de alguns capítulos – o primeiro, por exemplo – e o relativo desinteresse de outros. Segundo, em termos estilísticos, não terá sido feliz a tradução do dialecto sulista que acompanha todo o livro para uma espécie de acentuação alentejana. Flannery O'Connor é certamente alheia a isto, no entanto a leitura ganhava outro vigor se se tivesse evitado o excesso de zelo nesta matéria.

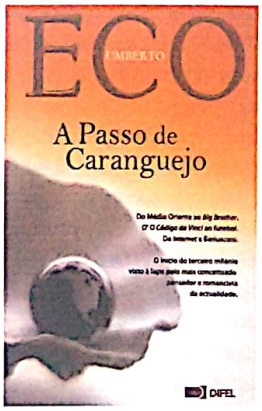
A autora é uma descoberta recente da maioria dos portugueses. Teve uma vida curta de mais e uma obra literária de enorme riqueza. Por isso aguarda-se com expectativa a sua publicação, mostrando porque é Flannery O'Connor um dos grandes nomes da literatura ocidental do século XX.

A VIRTUDE E OS DEFEITOS DO INTELECTUAL

UMBERTO ECO, *A PASSO DE CARANGUEJO*, ALGÉS, ED. DIFEL, 2007, 388 PP.

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

Umberto Eco representa a figura do intelectual moderno: um académico que acumula créditos numa particular área do conhecimento para depois esbanjá-los em intervenções cívicas. Conhecido do grande público sobretudo devido aos seus *best-sellers* eruditos, Eco é um peixe de águas profundas que sobrevive bem na



superfície mediática. Tem mantido uma colaboração regular com a imprensa. *A Passo de Caranguejo* reúne artigos publicados entre 2000 e 2005. O subtítulo diz-nos quase tudo sobre os assuntos abordados: "guerras quentes e populismos mediáticos", isto é, Bush e Berlusconi.

Lendo os artigos vamos revivendo os acontecimentos que lhes deram origem: 11 de Setembro, guerras do Afeganistão e do Iraque, eleições italianas. Em todos eles, Eco vê o mundo a andar para trás. O saber enciclopédico de Eco permite-lhe ilustrar esta teoria com exemplos que vão desde a antiguidade clássica aos totalitarismos do século XX. Apesar deste eterno retorno, o pensador italiano não menospreza o carácter radicalmente "novo" das tecnologias de informação. As novas formas de acesso à informação não alteram apenas a nossa percepção de determinados acontecimentos; agem objectivamente sobre esses mesmos acontecimentos, provocando-os ou alterando a sua própria natureza (11 de Setembro, a guerra em directo – neoguerras *versus* paleoguerras, o populismo mediático). No caso de Berlusconi não é apenas a forma de transmitir a mensagem que é nova. É a própria mensagem que se adapta ao meio. Tele-política para tele-cidadãos.

Mas não se pense que Eco degenerou em *apocalíptico*. O seu discurso poderia ser o do *integrado*. E, aliás, vai mais longe: propõe soluções visionárias para a intervenção política, recorrendo a «todas as inovações que a →

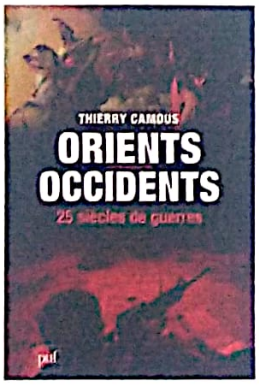
fantasia virtual possa sugerir» (p. 149). Afinal, a responsabilidade do intelectual não se limita à observação e diagnóstico dos males da sociedade. O seu estatuto requer intervenção. Em 2001, nas vésperas das eleições italianas, foi isso que Umberto Eco, não sem polémica, fez. E, parece-nos, o seu apelo dramático ao voto na esquerda é um glossário dos defeitos e da *virtude* do intelectual. Os defeitos encontram-se na dramatização exagerada (as eleições são designadas de referendo moral), na desqualificação de quem não vota no mesmo sentido (quem não lê vota Berlusconi; os «*eLeitores*» votam à esquerda) e na responsabilização antecipada do eleitorado desmotivado da esquerda por uma eventual vitória de Berlusconi (o que veio a suceder). A virtude é fácil de ver: Eco revela não ter medo de descer do pedestal para sujar as mãos na arena do combate político. Quando se refugia em consensos, o intelectual trai a sua vocação. Como afirma Eco, o dever do intelectual não é resolver crises, é criá-las.

O COTÃO DO UMBIGO PARISIENSE

THIERRY CAMOUS, *ORIENTS/OCCIDENTS, 25 SIÈCLES DE GUERRES*, PARIS, PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE, 2007, 437 PP.

POR HENRIQUE RAPOSO

Os intelectuais franceses continuam a transformar a realidade num piercing ideológico destinado a enfeitar o umbigo de Paris. Thierry Camous (Universidade de Nice Sophia-Antipolis) coloca 25 séculos (!!!) ao serviço de duas dicotomi-



as básicas. A complexidade faraónica de 2500 anos é explicada através de dois eixos binários (Y *versus* X; 1 → 0).

A primeira dicotomia utilizada por Camous é evidente: orientais *vs.* ocidentais. Camous aceita a tese do choque de civilizações, mas, atenção, critica Huntington. Porquê? Porque Huntington, segundo Camous, concentra-se em demasia nas religiões monoteístas e, por arrastamento, nas fronteiras sangrentas do Islão. Camous acaba por ser um super-Huntington, estendendo o conflito civilizacional até à Antiguidade. Para este francês, o choque civilizacional começou com as guerras médicas (gregos *vs.* persas; século V a.C.) e, depois, teve mais episódios não-monoteístas (Europa sedentária *vs.* hunos e mongóis nómadas; o Estado-nação europeu *vs.* o despotismo oriental). O choque entre Cristandade e Islão é importante (expansão mourisca *vs.* cruzadas), mas é apenas mais um episódio do choque Oriente *vs.* Ocidente; um choque que aparece aqui como o motor da história dos últimos 2500 anos.

De repente, como num conto de fadas, 2500 anos ficam arrumadinhos e bem explicadinhos na gaveta que diz "*oriente vs. ocidente*". Como se não tivesse existido pancadaria inter-ocidente e inter-oriente. Como se não tivessem existindo alianças entre ocidentais e orientais. Camous reduz a *Guerra* (fenómeno político) a uma mera inevitabilidade cultural. Não percebe que, por exemplo, Atenas lutou contra a Pérsia *oriental* (guerras médicas) e contra a Esparta *ocidental* (Guerra do Peloponeso) pelas mesmas razões políticas: conflito de Poder.

E qual é a segunda dicotomia de Camous? A do costume: ricos *versus* pobres. Camous afirma que, hoje, o velho conflito cultural é, na verdade, a revolta dos humilhados/pobres muçulmanos contra a opulência agressiva do Ocidente rico. Camous oferece-nos a mais elementar vulgata marxista depois de nos ter apresentado um cocktail culturalista à Spengler. Depois da *identidade*, é a *economia* que ataca a autonomia do fenómeno *político*: Camous não sabe (não quer saber?) que o islamismo não é a revolta de massas empobrecidas, mas sim um projecto de conquista de poder de uma elite que até está bem na vida.

Na Europa, estão em voga duas maneiras de ver o mundo: (1) Norte rico → Sul pobre (na habitual esquerda; reduz tudo à economia) e (2) Ocidente *versus* Islão/Oriente (na habitual direita; reduz tudo à cultura). Duas imbecilidades apolíticas. Camous consegue a proeza de juntá-las no mesmo livro. É cotão a mais para um umbigo só.

HUMOR NEGRO

RUI CARDOSO MARTINS, *E SE EU GOSTASSE MUITO DE MORRER*, LISBOA, PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE, 2006, 211 PP.

POR BERNARDO PIRES DE LIMA

A morte. Esse destino fatal que acompanha cada uma das dezasseis ficções que compõem este livro. Chamar-lhe romance parece-nos um tanto desadequado, mesmo que o final da vida seja transversal às histórias e a uma ou outra personagem também. Há uma ideia de continuidade, é certo, mas fragmentada de mais. O que não retira força ao texto. Pelo contrário, vemos uma espécie de mordaz humor negro com envolvências quotidianas. Da infância, dos media, poemas e notícias de jornal. Listas e até um pedaço de um auto de inquirição de testemunha. Tudo para compor cada peça, num conjunto que mistura Lobo Antunes (o das crónicas) e Nelson Rodrigues. Aliás, todos os países deviam ter direito ao seu Nelson Rodrigues, mas sabemos que não se pode ter tudo.

Cardoso Martins é guionista do *Contra Informação*, do filme *Zona J*, co-autor do *Conversa da Treta* e assina uma das mais antigas crónicas da imprensa nacional, no *Público*. Multifacetado, percebe-se que tudo isto converge neste seu primeiro livro. Mas o lado mais negro da vida, sobretudo do suicídio, tem lugar de destaque. Como por exemplo em Maria Ana, que cometeu triplo suicídio por causa de um homem que andava com a mãe: comprimidos, um tiro no coração e outro na cabeça. Nada funcionou. Uma foi extraída, a outra ficou alojada e dos comprimidos nada. Terá ficado entrevada para sempre. Menos sorte que o Quim, que foi de propósito a Lisboa para se atirar da ponte. Uma viagem plena de sucesso.

Escrito por um alentejano, há uma espécie de desprezo pela terra onde nada acontece e que perdura ao longo do livro, mesmo que seja indesejável dizer mal dela. Região com a mais alta taxa de suicídios no país, torna-se também ela espelho de personagens que põem termo à vida com e sem sucesso, de homicídios embebidos no álcool e nas drogas, ou mesmo em mortes sem querer. Com um título arrojado e muito *dostoievskiano*, dominam os escapes num mundo marcado pela solidão, pelo desgosto, pela raiva ou pelos simples fragmentos de inusitada loucura. Um livro que é uma surpresa agradável.

ILUSIONISMO OU O FANTASMA DE BORGES

ALBERTO MUSSA, *O ENIGMA DE QAF*, PORTO, CAMPO DAS LETRAS, 2006, 217 PP.

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

A ficção *dentro* da própria ficção não é uma ideia nova. A ficção-jogo é uma obsessão moderna, mas esta modernidade tem quatrocentos anos, a idade de "Dom Quixote". A arte de Jorge Luis Borges, fantasma omnipresente na literatura de hoje (Mussa não escapa ao assombramento borgiano), inscreve-se nesta tradição

meta-ficcional. Tal como a obra de Cervantes, a obra de Borges é rica em engenhos narrativos, em alçapões, passagens subterrâneas, labirintos para surpresa e fruição permanentes do leitor. Um jogo com muitas regras e no qual o leitor se diverte quer a jogá-lo, quer a descobri-las.

A desvantagem de *O Enigma de Qaf*, uma variação do legado de Borges, é a de ser um jogo do qual se conhecem todas as regras. Uma das vantagens (são várias) é que o autor, Alberto Mussa, não sacrifica as histórias que tem para contar às regras do jogo. A estrutura é transparente porque o autor não quer que percamos tempo a contemplá-la. Como os bons alicerces, o esqueleto narrativo não pede que o admiremos; existe apenas para suportar e libertar a imaginação do autor. Imaginação que não falta em cada linha deste livro. A história é a de um especialista em literatura pré-islâmica (o próprio Mussa?) que quer provar aos seus pares que encontrou o oitavo poema suspenso (os sete poemas suspensos são um dos cumes da literatura árabe), escrito pelo poeta al-Ghatash. A narrativa principal é ocupada pela saga do próprio al-Ghatash em busca da mulher amada e da solução do enigma de Qaf. Os capítulos são breves e intervalados por dois tipos de histórias paralelas, os excursos e os parâmetros. Os primeiros são fragmentos que o narrador alega ter retirado da intriga principal por considerá-los dignos dessa independência. Os parâmetros são lendas de heróis árabes, poetas como al-Ghatash. O mérito de Alberto Mussa foi ter encontrado uma solução engenhosa, nitidamente borgiana, para conferir unidade a histórias muito diversas. Tão diversas que podem ser lidas de forma autónoma, como nos é sugerido pelo (sagaz) narrador. Contribuem também para a unidade atmosférica do livro o ambiente orientalizado e a escrita concisa e certeira, adequada à brevidade das histórias que se sucedem.

Apesar de descendente de libaneses, o brasileiro Alberto Mussa (n. 1961) não faz desta obra um exercício de descoberta de raízes. A abordagem à cultura árabe é, neste caso, um exercício literário. O Oriente, é bom não esquecer, tem sido um género cultivado por muitos escritores, nem todos descendentes de árabes. *O Enigma de Qaf* vale ainda pelo sentido de humor de Mussa, que não cai na paródia descabelada, e pela poesia equilibrada da sua escrita, que evita, com elegância, excessos líricos.

FILMES

PACIÊNCIA PARA LYNCH

INLAND EMPIRE, DAVID LYNCH

TÍTULO ORIGINAL: *INLAND EMPIRE*; INTERPRETAÇÃO: LAURA DERN, JEREMY IRONS, JUSTIN THEROUX; LYNCHIANO; 2006.

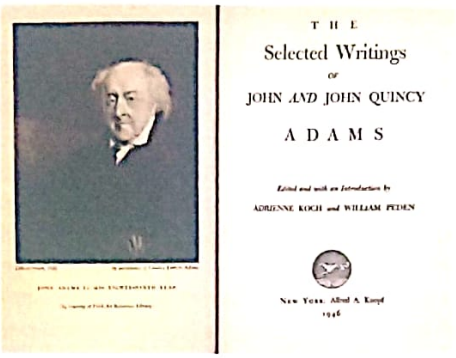
POR ALEXANDRE BORGES

Estávamos em 2001. Acabara de estrear *Mulholland Drive* e eu corria para o King, para assistir à que me parecia, de longe, a sessão mais apropriada, a da meia-noite. À entrada, cruzava-me com o público que saía da apresentação anterior. Era uma massa de gente que levitava, de olhar perdido, a esforçar-se por regressar ao contacto com o mundo quotidiano, exterior a Lynch. No meio dela, esbarrava num antigo colega do curso de Filosofia, com a mesma expressão alheada da restante turba, mas um sorriso imenso, infantil no rosto. "Gostaste?", perguntei, de modo simplório. E a resposta veio simples, mas luminosa: "Epá! Não entendi nada, mas venho mesmo com a sensação de que acabo de assistir a uma coisa muito importante!"

Nem mais. Era isto mesmo que confirmaria três horas depois. E é esta a definição mais simples de Lynch, aquela que até uma criança entenderia. Mas é também precisamente o que não acontece em *INLAND EMPIRE*. E aí reside, portanto, todo o seu fracasso: não só não entendemos nada como não queremos entender como suspeitamos, ainda, de que nada há para entender. E pior, bem pior: não há qualquer vestígio de se estar a assistir a algo importante. Antes parece – e parece mesmo, raisparta! – que assistimos a um logro, três horas e oito intermináveis minutos de filme que Lynch faz para si próprio e, na melhor das hipóteses, à laia de brincadeira para os amigos, como parecem comprovar, cabalmente, os créditos finais, corridos sobre uma treslou-

HENRIQUE RAPOSO

FAMÍLIA ADAMS: CONSERVADORA E LIBERAL



ADRIENNE KOCH AND WILLIAM PEDEN (EDS.), THE SELECTED WRITINGS OF JOHN AND JOHN QUINCY ADAMS, NEW YORK, ALFRED A. KNOPF, 1946, 413 PP.

Conservador-Liberal: eis um conceito que continua a fazer confusão ao ouvido português. A nossa cultura política, ainda uma sucursal de Paris, está habituada a colocar uma barreira intransponível entre conservadores e liberais. Ora, essa barreira não é inevitável. Podemos ser conservadores, liberais, democratas e até benfiquistas. Por esta ordem, ao mesmo tempo e sem contradição. Mas, caro leitor, se quer mesmo perceber o conservadorismo-liberal, então, tem de furar o bloqueio napoleónico e olhar para a cultura política americana.

A família Adams, John Adams (1735-1826, um dos pais fundadores; 2.º Presidente) e o seu filho John Quincy Adams (1767-1848; 6.º Presidente; um dos grandes secretários de Estado da história americana), é a seita conservadora-liberal por excelência; representa a fusão do liberalismo clássico com a céptica predisposição conservadora. Pai e filho eram liberais porque acreditavam na moral liberal: todos os homens nascem iguais; todos os homens são iguais perante a lei. Para John Adams, a América devia ser um «império da liberdade» sem qualquer lastro aristocrata (p. 75). E se o utópico e sonhador Jefferson se deliciou com as suas escravas, o céptico e conservador Quincy Adams foi um dos grandes adversários da *peculiar institution*: «a escravatura nega... os direitos inalienáveis do homem» (p. 392). Porém, antes de serem liberais, os Adams eram conservadores. Porquê? Porque eram cépticos e negavam a existência de uma Humanidade bondosa e de uma Razão salvadora. Ao contrário da linha liberal francesa (ex: Condorcet) que tanto impressionava Jefferson, os Adams rejeitavam a ideia de um fim-de-história progressista. Seguindo David Hume, o pai Adams afirmava que «todos os projectos de governo fundados na suposição ou expectativa de elevados graus de virtude são, evidentemente, quiméricos» (p. 120).

A Constituição americana reflecte este equilíbrio entre valores liberais e cepticismo conservador: liberdade, sim, mas assente no Direito e não na Vontade Geral; um governo de leis permanentes e não de homens fugazes (*liberty under law*). Há leis/direitos imutáveis que não podem ser negados por maiorias conjunturais, ou seja, democracia, sim, mas sustentada pelo Constitucionalismo Liberal (o regime institucional) e pelo Direito Natural (a teoria normativa). John Quincy Adams, atacando um dos profetas do absolutismo democrático (Thomas Paine), afirmava que «as leis imutáveis e eternas da justiça e da moral são mais altas do que qualquer acto legislativo. A violação destas regras está ao alcance do Poder, mas não está de acordo com a lei das nações». Para Paine, a *legitimidade* era determinada pelo *poder*. Se a vontade da maioria (o poder) era fazer X, então, X era necessariamente legítimo. Contra este relativismo democrático, Quincy Adams afirmou que «a distinção entre *poder* e *legitimidade* é algo que deve ficar bem fincado» (p. 229). Na Europa, a destruição deste abismo entre poder histórico e legitimidade moral abriu as portas a todos os *ismos* que ainda hoje cheiram a sangue (nacionalismo, fascismo, comunismo).

A escola francesa, acreditando na benevolência do Homem e no carácter infalível da Razão, rejeitava a ideia de *governo dividido*; para o progressista, o senhor da verdade, a divisão dos poderes é um obstáculo à consumação da sua verdade. Turgot, Rousseau e até Paine, cada um à sua maneira, andaram à volta da ideia de unidade, de simplicidade, de linearidade. Esta gente pensava assim: *há um único Homem (e bondoso, por sinal) → há uma única Razão (o único caminho aceitável para o Progresso) → logo, deve haver um único poder que sirva esse Homem usando essa Razão → Harmonia na chegada ao fim-de-história*. As contas da família Adams eram um pouco diferentes: esta lengalenga não acaba em harmonia mas em tirania. Os Adams não punham em causa a unidade da soberania, mas consideravam uma falácia as doutrinas que exigiam um poder unitário na defesa da unidade da soberania; recusavam a unidade da democracia absoluta (um povo, uma eleição, um soberano) e defendiam o governo misto da república: o «governo no qual a soberania é conduzida por mais de uma pessoa» (p. 114). Mais: os três poderes da República (executivo, legislativo bicamaral e judicial) deviam estar em perfeito equilíbrio (os famosos *checks em balances* que possibilitam a famosíssima e intraduzível *accountability*). Sem esse equilíbrio institucional, a liberdade não passaria de figura de retórica. A liberdade não existe no abstracto, não é independente do equilíbrio entre as instituições políticas e jurídicas. Seguindo Montesquieu, John Adams afirmava que «quando um pensador político despreza, ironiza ou critica o governo misto e o equilíbrio na governação, então, esse pensador prova de imediato a sua condição de ideólogo» (p. 200). Convém lembrar que *ideólogo* era insulto, e bem cabeludo, no século XVIII.

Numa democracia onde não existe este equilíbrio até poderá haver direito ao voto mas não haverá liberdade efectiva. É esse o caso de Portugal. Já somos uma democracia, mas ainda não vivemos em liberdade. Todos os dias, políticos e juízes atacam a liberdade. É também por isso que os portugueses deviam ler esta família Adams e deitar no lixo os códigos napoleónicos. É tempo de pôr termo ao bloqueio continental. Estamos mesmo aqui no Atlântico. Por que não voltar a entrar nele?

cada cena de alegria vinda não sabe de onde, ao som de Nina Simone, Ben Harper, o marido da protagonista Laura Dern, ao piano, Nastassja Kinski e Laura Harring a piscar o olho a Dern (como se não tivéssemos entendido já a piscadela ao longo de todo o filme).

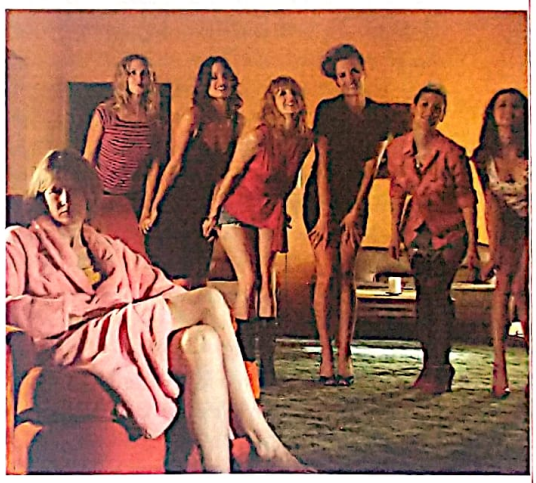
Isto já seria suficientemente mau, mas vai mais fundo. É que nem os amigos entenderam. Irons e Theroux confirmaram-no em diversas entrevistas e Dern, que esteve na origem da ideia do filme e o co-produziu, confessava, em Veneza, a sua ansiedade em assistir à antestreia para ver se percebia, por fim, o que andara a fazer ao longo dos últimos dois anos.

INLAND EMPIRE é, facilmente, o pior filme de uma carreira extraordinária. Tem-se paciência para resistir dentro da sala, particularmente durante a última e insuportável hora, porque é Lynch e Lynch é um dos maiores. E não é da actualidade; é de sempre. Mas esta é uma imitação barata de si mesmo, que resulta até perigosa para o respeito e admiração há muito consagrados à sua obra.

No menor número de palavras possível, trata-se da história de uma actriz que dá por si a viver na realidade a personagem que interpreta num filme amaldiçoado, "On High Blue Tomorrows". A primeira ideia para o filme surge quando a própria Dern bate à porta do próprio Lynch para lhe dizer que é a nova vizinha e que têm de voltar a trabalhar juntos. Chegam outros repetentes como Justin Theroux e Richard Dean Stanton; vem Jeremy Irons; vem até Julia Ormond (desaparecida desde que, em dois anos, com *Sabrina*, *First Knight* e *Legends Of The Fall*, parecia destinada a nada menos que o topo do mundo, e aqui reaparece feia, quase irreconhecível). Lynch compra uma câmara digital de baixa resolução, fica maravilhado com o aspecto (desagradável) da imagem e começa-se a gravar, às vezes com guião, outras sem, outras com o texto a ser escrito à medida que as coisas vão acontecendo no set; deixa-se muita coisa para ser escrita na sala de montagem – não podia dar bom resultado. Faltava um título, mas, felizmente, lá Dern se lembrou de dizer que o marido, Harper, era de um sítio chamado Inland Empire, no interior da Califórnia.

Do amontoado de coisas que podiam dar boas ideias, Lynch achou que precisava mesmo de voltar a falar sobre Hollywood, a sua periferia, os caminhos sombrios até lá. Então, de novo, vêm os jogos de espelhos, o cinema, o realizador, a actriz aspirante, a troca de identidades, a confusão e mimetismo entre filme dentro do filme e pretensa realidade; vem até outra vez - por que não? -, uma tensão lésbica no ar. Vem, como de costume, gente a vaguear por corredores e a abrir portas e a ir dar a cenários que antes não estavam lá e que foram deslocalizados; o interior saloio americano; os cortinados vermelhos. Depois, põem-se uma série de frases que variem dos filmes anteriores e criem uma aura de enigma complexíssimo e terrível: há um homem, não me conheces, lembras-te de mim, vai acontecer uma desgraça, o que aconteceu ontem só vai acontecer amanhã, o amor, o amor, coisas tão estranhas que o amor faz, vai haver um homicídio, ó desgraça, ó tragédia. Repetem-se algumas cenas até à exaustão para dar mesmo a ideia de que são importantes e que há ali qualquer coisa que ainda não vimos (Bolas! Falta o anão! Como é que é possível? Um filme de Lynch, tão misterioso, e não tem um anão?). Depois, para confundir mesmo o pessoal, trocam-se os objectos de sítio, as deixas de personagem, as personagens de circunstância: o número 47, a chave de fendas, a seda com o buraco do cigarro, o relógio, as horas que são.

Isto é *INLAND EMPIRE*. Salvam-se duas ou três cenas (Dern com os sem-abrigo; Dern com as "amigas" adolescentes e/ou prostitutas) e a banda sonora. Na melhor das hipóteses, é um filme sobre uma actriz bem sucedida a terminar na decadência da prostituição ou uma prostituta decante a



sonhar ser actriz, caminhando sobre o Passeio da Fama, perto de paragens de autocarro para Hollywood. O resto não interessa nada. O texto é circular, vazio, inconsequente (três adjectivos que, aliás, se aplicam muito bem ao todo do filme. Mais estes: desconexo, ilógico, aborrecido). Onde, até hoje, Lynch conseguia mistério, aqui há absurdo, para não dizer estupidez; onde, antes, se alimentava uma tentativa de descobrir a verdade, mesmo sabendo que ela nunca seria encontrada, aqui percebe-se, muito rapidamente, que não há verdade alguma. E quando, passados ainda poucos minutos de fita, surgem, pela primeira vez, os tipos vestidos de coelho, numa espécie de *sitcom* ou peça de teatro (a média-metragem *Rabbits*, feita em 2002, que Lynch aqui quis, por força, enxertar), as palavras saem sozinhas da nossa boca: não me lynches.

O que sempre pensei sobre os filmes de Lynch, e que ele próprio, em entrevistas ao longo dos anos, foi confirmando, é que o seu cinema não é para perceber, mas para sentir. No caso de *INLAND EMPIRE*, sente-se mal. Sente-se náusea. Pior que tudo: sente-se tédio.

OLHE DIRECTAMENTE PARA O SOL

MISSÃO SOLAR, DANNY BOYLE
TÍTULO ORIGINAL: *SUNSHINE;* INTERPRETAÇÃO: CILLIAN MURPHY, CLIFF CURTIS, CHRIS EVANS, ROSE BYRNE; THRILLER / FICÇÃO CIENTÍFICA; 2007.

POR ALEXANDRE BORGES

Digamos assim: Danny Boyle está-se nas tintas para Al Gore. E para os cientistas e a opinião pública e a lógica e mesmo a simples constatação de facto de que o mundo está, efectivamente, a aquecer de modo gradual e irremediável. De resto, o último dos problemas que o Planeta teria de enfrentar seria uma morte do Sol, dado que, quando isso acontecer, já a Humanidade terá ido desta para melhor há uns bons milhões de anos. Pode ele fazer isso: borrifar-se para a realidade? Pode. Porque isto é cinema.

O director de, por exemplo, *Trainspotting*-filme-de-uma-geração e do último *Millions*, obra belíssima, inclassificável e gloriosamente ignorada entre nós, chamou, de novo, o argumentista Alex Garland e sentaram-se a trabalhar à volta de um filme de ficção científica que voltasse a escapar às simples categorias com que os videoclubes se entretêm a dividir as águas. E Garland, autor do romance *The Beach*, que Boyle passara à película, e do argumento de *28 Days Later...*, escreveu um *plot* que é drama, →

thriller e, a partir de dado momento, quase filme de terror. E que *plot* é esse que parece troçar de *An Inconvenient Truth*? Bom, é mais ou menos isto: avançámos cinquenta anos no tempo e a Terra sofre um inverno solar. A estrela está a perder o seu fulgor e, agora, é preciso reincendiá-la. Ou melhor: como diz o filme, fazer nascer um novo astro a partir daquele. Para tal, mandou-se uma equipa de astronautas para o espaço que desapareceu, há sete anos, sem deixar rasto. Agora, oito novos cientistas transportam, a bordo da Ícaro II, a bomba nuclear que, lançada contra o Sol, o reiniciará.

Sunshine, no seu muito acertado título original, é, repitamos, um filme *one of a kind*. É estranho. Um daqueles com um ambiente tão poderoso que nos persegue até chegar a casa, muito depois do fim da sessão. É um pedaço de cinema tremendamente frio, o que se torna particularmente bizarro se tivermos em conta a sua temática. E é, por fim, um filme que vem falar de esperança e da própria salvação para, no final,

nos deixar a sentir que nos terão, talvez, feito muitas coisas, mas nenhuma delas foi sequer parecida com salvar.

Obrigado a superar um *cast* a atirar para o fraquinho onde nem o óptimo Cillian Murphy arranca grande prestação e uma trama que não averigua mais que a epiderme das personagens, Boyle arranca um filme memorável. Não é uma obra-prima e, sem campanha promocional visível, vão, de certeza, contar-se pelos dedos os espectadores que terá em Portugal, mas estamos diante de um dos melhores *sci-fi* dos últimos bons anos. *Sunshine* é uma exposição de frescos maravilhosos de um Cosmos, a um tempo, hostil e sublime nas imediações do Sol, um pequeno tratado sobre a loucura e uma crónica decepcionada com a espécie humana a fazer-se ao épico. Em poucas palavras e para regressarmos ao título, este é um filme sobre o que acontece se desrespeitarmos a regra base inscrita nas etiquetas de qualquer par de óculos de sol: "não olhe directamente para o Sol". *Sunshine* olha, Danny Boyle olha, as personagens olham, e, a partir desse momento, cegam. Precisamente. *Sunshine*, não é a iluminação, mas a cegueira. É uma questão de o espectador se dispor a abrir os olhos.

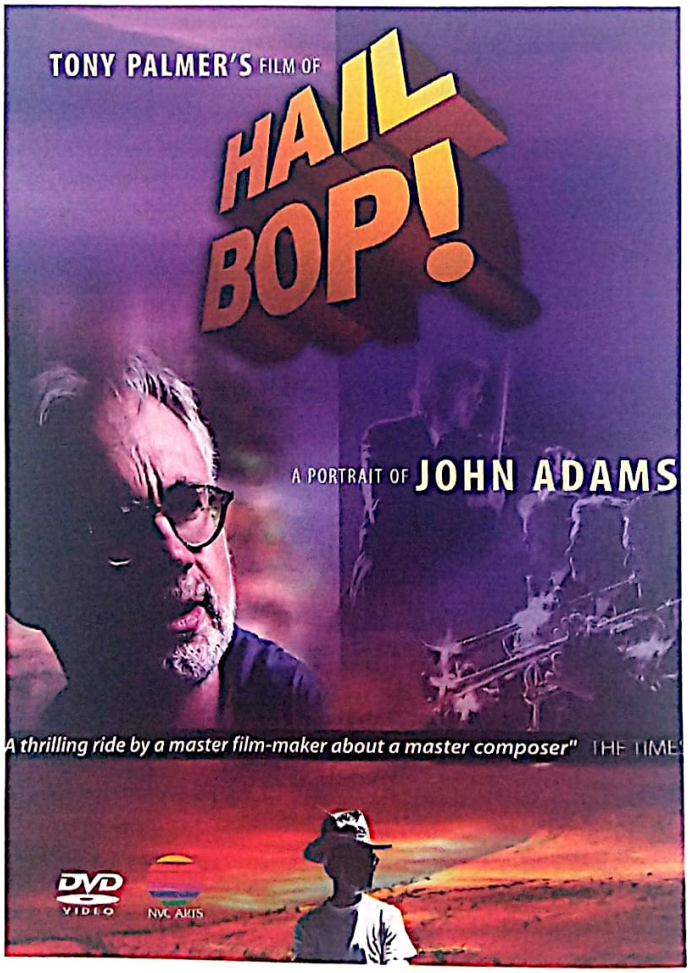
DISCOS/DVD

O MINIMALISTA MR. ADAMS

HAIL BOP!, TONY PALMER

TÍTULO ORIGINAL: HAIL BOP! (DVD, 1998); DURAÇÃO: 98 MINUTOS (SEM EXTRAS); LEGENDAS: INGLÊS, ALEMÃO, ESPANHOL, FRANCÊS E ITALIANO; EDIÇÃO DE 2006, NVC/WARNER MUSIC/FAROL

POR RICARDO GROSS



Quem é John Adams (n. 1947)? A busca da resposta devia causar embaraço. Foi o que fiz, procurar resposta, uma vez que de Adams conhecia apenas a música, ainda assim superficialmente, atendendo ao vasto conjunto da sua obra. Adams possui um *site* tão bem arrumado como as suas ideias. Fica em *www.earbox.com*. "Earbox" vem de *The John Adams Earbox*, reunião de toda a sua produção artística significativa (1985-2000) que a Nonesuch Records editou em caixa de dez CD's no final do milénio. De então para cá John Adams manteve-se igualmente activo, o seu trabalho de composição prosseguindo a ritmo normal, em 2002 testemunhando o surgimento da partitura *On the Transmigration of Souls*, escrita para o primeiro aniversário dos ataques às Torres Gémeas; um ano mais tarde assistindo à apresentação mais completa de sempre da sua música, no programa *John Adams: An American Master*, que teve lugar no Lincoln

Center, em Nova Iorque; em 2005 recebendo a chegada de *Doctor Atomic*, peça que evoca a figura de J. Robert Oppenheimer e a criação da primeira bomba atómica; já no ano acabado de findar, 2006, dando conta da produção, em Viena, da sua mais recente ópera, *A Flowering Tree*, inspirada por *A Flauta Mágica*, de Mozart, e por um conto tradicional do sul da Índia.

Mas a apresentação de John Adams não ficaria completa sem retroceder aos anos da ligação iniciática com a música, que lhe chegou através da figura paterna com quem aprendeu a tocar clarinete, instrumento marcante em parte da sua produção futura: escute-se a respeito o belíssimo *Gnarly Buttons* (1996). Adams é natural de Nova Inglaterra, pais ambos intelectuais sem peneiras de o serem, o petiz saído da casca de compositor feito com a tenra idade de dez anos (!). Ainda adolescente, assistia já às primeiras apresentações públicas das suas criações. Estudou na prestigiada Harvard University, tendo-se mudado mais tarde para São Francisco onde ainda vive parte do ano. No início da década de 80 foi escolhido para ser compositor residente na San Francisco Symphony, e daí até se tornar num dos mais celebrados artistas do seu país vai o tempo de um arpejo. E o resto, como se usa dizer, fez história. Documentada na já referida e indispensável *Earbox* – onde figuram todas as suas principais composições para orquestra (*Harmonium*, de 1981; *Grand Pianola Music*, de 1982; *Harmonielehre*, de 1985; *El Dorado*, de 1992; e resumos de duas emblemáticas criações para o palco em colaboração com a poeta Alice Goodman e com o encenador Peter Sellars: *Nixon in China* (1985-87) e *The Death of Klinghoffer* (1990-91), presentes também no DVD que aqui nos traz e cuja nomeação não mais se fará demorar. *Hail Bop!*, um retrato de John Adams por Tony Palmer.

Hail Bop! nunca poderia pretender substituir-se à compilação massiva que é *Earbox*, mas empresta-lhe a componente de testemunho por parte de Adams e dos seus mais regulares colaboradores, em tudo complementar e de todo negligenciável. Para os familiarizados com a música (quanto mais, tanto melhor), as palavras de John Adams representarão a parte mais sumarenta. Com aquela racionalidade e aquele pragmatismo que pode deixar assustada alguma gente, Adams discorre sobre o preconceito vertido sobre os compositores considerados mais "acessíveis" (é o caso dele); sobre a arrogância da escola europeia de composição cujas peças, diz ele, não deixarão marca na história recente da música ocidental; afirma ainda que sempre fora educado na ausência de preconceito mobilizador de fronteiras entre alta e baixa culturas; e que a sua própria música veio a receber influência directa do jazz (Ellington e Benny Goodman são heróis assumidos), da música tradicional e até da música pop. A literatura, vimos a saber, exerceu igualmente, nas figuras de Emily Dickinson e de Walt Whitman, papel importante na formação dos processos criativos de John Adams: a partitura de *Harmonium* é disso (um) exemplo.

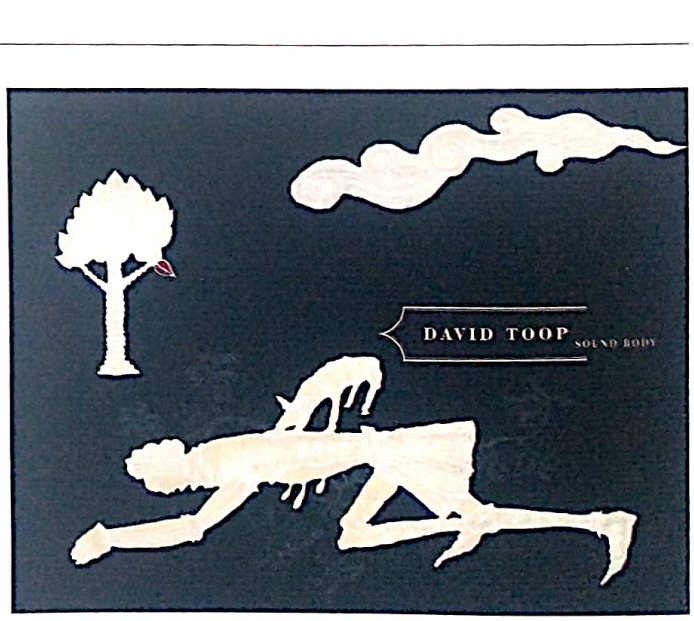
Imagens depois chegamos à sua definição de Minimalismo, rótulo que John Adams aceita de bom grado para caracterizar substancialmente aquilo que faz. Minimalismo, aplicado à música, vem a significar, nas palavras do compositor, "música que é tonal, de ritmo harmónico lento, com sentido regular de pulsação, concebida arquitecturalmente com base na repetição de pequenos elementos." No cenário de uma natureza "minimal" mas luxuriante. Retirado em sólida cabana que lhe serve às mil maravilhas. Com a chuva que cai sem parar, desfocada nas suas costas, John Adams refere-se também à necessidade que sentiu de abraçar a melodia quando, instigado por Peter Sellars, avançou para as partituras que suscitaram polémica – as óperas *Nixon in China* (título já se si explicativo) e *The Death of Klinghoffer*, sobre o caso real do turista judeu preso a uma cadeira de rodas que no decorrer de um cruzeiro pelo Mediterrâneo acaba assassinado pelo grupo terrorista palestiniano que toma o barco de assalto. Mal recebida pela influente elite intelectual judaica, esta que é considerada das mais brilhantes contribuições de John Adams para o património musical do nosso tempo, veio finalmente a ver reconhecido o seu valor nos palcos da Europa. Contudo, Adams não guarda rancor às piores reacções a que o seu trabalho foi sujeito. Ele vê (lê) mais além. Referindo-se aos críticos em geral, diz "aprendi desde muito cedo que o elemento chave numa crítica não é o que é dito mas o espaço usado para fazê-lo. Não leias as críticas sobre ti. Mede o espaço que ocupam!" Como observamos neste DVD, John Adams não se limita a ser um compositor de invulgar talento. Ele é de igual modo um homem que transporta consigo saber acumulado. Escutemos-lhe a música e registemos-lhe as palavras.

ELE SOPRA O CORPO ELECTRÓNICO

DAVID TOOP
SOUND BODY
SAMADHISOUND/ ANANANA

POR RICARDO GROSS

David Toop (n. 1949) é provavelmente a maior autoridade num domínio da música que sobre mim exerce particular fascínio: a música ambiental. Assim, correndo o risco de contribuir para o sentimento de estranheza dos que, modéstia à parte, venham a sentir-se atraídos pela descoberta de *Sound Body* – reacção (a perplexidade, não a atracção) garantida para 98,89% dos leitores da *Atlântico* –, resolvi avançar com a recensão do dito. Um dos "recentes" textos que li escrito por Toop, na *Wire*, dava conta do seu entusiasmo perante *Blemish*, de David Sylvian (com



Derek Bailey e Christian Fennesz), disco que marcou o surgimento da editora Samadhisound, propriedade de Sylvian, onde David Toop veio agora a editar o oitavo CD com música de sua autoria (percurso paralelo à discografia em que Toop exerce apenas a curadoria musical).

Face à qualidade das composições incluídas – cinco peças de média duração que progridem metamorfoseando-se em atmosferas alternativas e surpreendentes –, a eventual permuta de simpatias coloca-se à margem da suspeita alheia. O próprio David Sylvian saberá reconhecer os méritos de um terreno composicional que ciclicamente repisa, ainda por cima apresentando *Sound Body* tão claras afinidades com a música oriental (japonesa, sobretudo, como na sugestão do jardim Zen do século XXI onde se ouvisse, em vez do *shakuhachi*, por entre *drones* e outras frequências, os sopros aparentados do *shinobue* e do *nohkan*), que vagas noções do que isso seja ou ao que isso soe bastem para que o situemos. Vamos aos factos: *Sound Body* resulta do trabalho de transformação em estúdio, levado a cabo por David Toop no computador, que parte de registos sonoros que lhe foram enviados de vários cantos do mundo. A título de exemplo, informo, a partir da ficha artística, que Kenji Siratori gravou no Japão, Rafael Toral em Lisboa, Miya Masoaka em Nova Iorque, Lee Patterson em Manchester e por aí fora, em relação à restante lista de colaboradores.

Toop pegou e tratou os fragmentos recebidos, procedendo a uma depuração sempre tangencial ao silêncio, a partir do qual se escutam e para onde inevitavelmente regressam estas cinco abstracções harmónicas e tímbricas: *Falling Light*, *Auscultation*, *Decomposition/Decay*, *Heating & Cooling* e *Slow Pulse*. A música pode-nos sugerir um conjunto tão indeterminado de espaços virtuais e interiores, quanto maior for a capacidade dela para descondicionar a atitude de quem escuta. *Sound Body* é um prolongamento, na prática, daquilo que David Toop vem escrevendo em livros como *Ocean of Sound: Aether Talk, Ambient Sound and Imaginary Worlds* (1995), *Exotica: Fabricated Soundscapes in a Real World* (1999) e *Haunted Weather: Music, Silence and Memory* (2004), tornados leituras de referência para os que se interessam pela análise profunda, cultural mas também especulativa, da evolução dos fenómenos musicais.

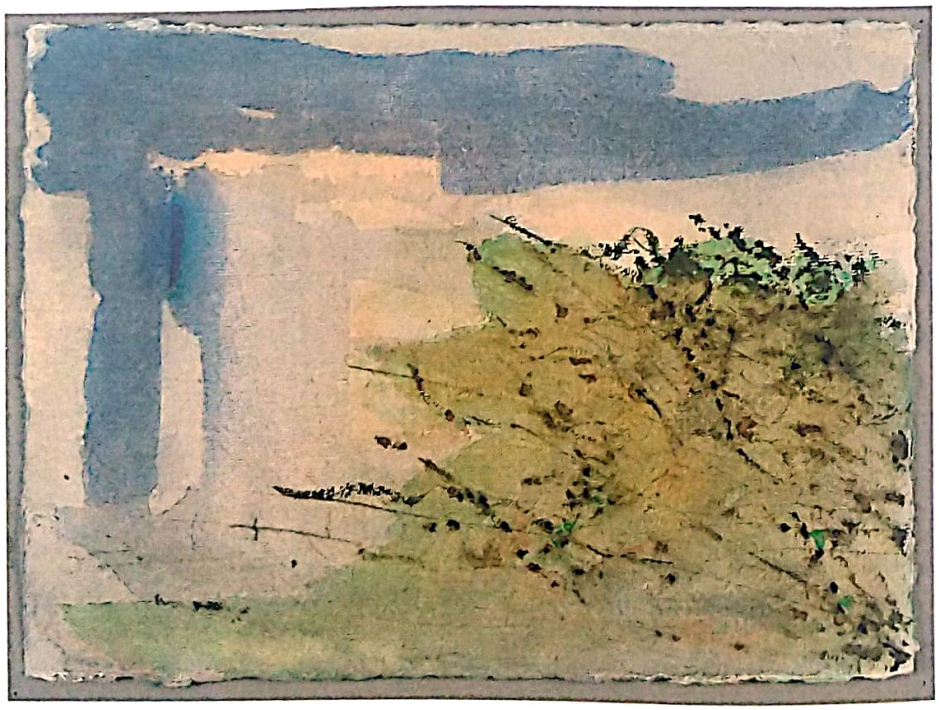
Estes fenómenos concorreram para o que em finais da década de 70 – com os "ambient 1, 2, 3 e 4" de Brian Eno – até à actualidade se convencionou chamar de electrónica ambiental. Música que pode tomar por origem o momento em que no ano de 1889, na Exposição de Paris, Claude Debussy escutou música javanesa tocada no gamelão, e que veio progressivamente a constituir-se a partir da livre embora metódica associação de mantras sonoras que produzem reverberações várias no corpo sensível do ouvinte. *Sound Body* é a mais recente *masterclass* em torno de conceitos tão sugestivos quanto o de "oceano sonoro", onde David Topp se orienta como poucos. Importa recuperar o cliché para dizer o quanto vale a pena perdermo-nos nele. Mas vale ainda mais a pena deixarmo-nos guiar por ele.

ARTES

UMA NATUREZA FUGIDIA

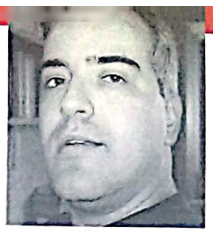
JOÃO QUEIROZ
CHIADO 8-ARTE CONTEMPORÂNEA
SEGUNDA A SEXTA, DAS 12H ÀS 20H
ATÉ 15 DE JUNHO

POR FÁTIMA VIEIRA



Olhamos e reconhecemos paisagens. Ou melhor: olhamos e vemos manchas e tonalidades que convocam imagens de árvores, montes, campo, mar, céu. Imagens que se escapam quando tentamos "agarrá-las", coisificá-las. Esse carácter "fugidio" é o das paisagens de João Queiroz, que reencontramos numa série de 35 trabalhos a aguarela e guache expostos no espaço Chiado 8. Com a depuração por vezes orientalizante que é um dos motivos de fascínio da obra de um dos pintores mais singulares do actual panorama artístico nacional.

São paisagens vagas, sem ponto de fuga, que geram no observador uma certa instabilidade. Paisagens que não se sabe de onde vêm, já que não há qualquer referência a lugares.



ALEXANDRE SOARES SILVA

O MEU PROBLEMA COM A LITERATURA DE VIAGEM

Onde está o escritor de viagens, ou mesmo de ficção, capaz de trazer o mistério e a dignidade de volta para África, hoje mero problema socioeconómico? E para o mundo? Porque o mundo inteiro precisa disso, mistério e dignidade

O meu problema com a literatura de viagem é que essa gente toda vai para lugares onde eu não quero ir. Era diferente no século XIX, quando África era romântica; mas hoje ela tem todo o charme de uma Monguaguá com guerrilha, uma Barueri com fome, uma Osasco com diarreia.

Pobre África: de Continente Negro a mero problema socioeconómico em menos de cem anos. E a Ásia é a mesma coisa. E o México! Meu Deus, que desgraça ser mexicano. Se eu fosse mexicano ficava atirando para cima e dançando em volta do meu sombrero de tanta angústia de ser mexicano. Chileno, peruano, que tragédia.

A semana passada tive um problema no estômago e, sentindo ânsia, passei pela CNN. Um locutor dizia em espanhol, "e agora notícias do Chile", acho que era o Chile, "o governo acaba de anunciar uma redução no preço do gás", e nesse ponto a ânsia atingiu um clímax – digamos que ela se casou perfeitamente com o meu estado de espírito – e tive que correr para o banheiro, com um nojo bastante físico da América Latina. É o continente mais chato do mundo; tudo o que você pode esperar dele são estatizações e flutuações do preço do gás.

De modo que não há para onde ir. Para manter o ar de novidade e não ser, digamos, o ducentésimo milésimo inglês a escrever um livro sobre o Nepal, escritores de viagem tentam pequenos truques, como atravessar o país andando para trás enquanto jogam mahjong, ou caminhar por toda a planície do Terai sem parar de falar mal de Ann Coulter (*Trashing Coulter in Nepal*, de Andrew Sepowicz). Sem dúvida alguém ainda vai atravessar o deserto de Gobi vestido de Sr. Spock, procurando por mongóis que falem klingon («Burne-Smith atravessou o deserto de Gobi em 2005 à procura de trekkies, mas só encontrou uma menininha vestida de tentente Uhura na pequena aldeia de Junggar. Este é o fascinante relato dessa busca épica» – *Salon Magazine*). Essas tácticas não escondem o facto de os países antes misteriosos hoje são só pobres, e que a única maneira de fazer com que eles pareçam interessantes é inventar um truquezinho.

O que houve com o Mistério que abandonou o mundo? É possível recuperá-lo? Algum dia a mera menção a África vai voltar a causar-nos um *frisson* de adolescente lendo *As Minas do Rei Salomão*? Como se sente o povo zulu a respeito disso – eles que antes dominavam Kukuanaland, e cujo simples aparecimento no horizonte causava terror no homem branco, e agora só devem causar pena nos adoráveis seios arfantes de Angelina Jolie?

É possível voltar a acreditar que em algum lugar da Ásia existe uma raça de gente com o rosto na barriga? Não, claro que não – a visão económica e científica do mundo – nem a chamemos "científica", não merece tanto; digamos "cientificazinha" – faria com que, se houvesse de facto uma raça de gente com o rosto na barriga, os jornais se enchessem de artigos sobre os problemas gastrointestinais dum povo que tem a boca tão perto dos intestinos. Eles não seriam misteriosos, terríveis, medonhos: seriam coitados. Concertos de rock seriam feitos para arrecadar dinheiro para eles.

No século XIX a Europa olhava para África com curiosidade, terror, e, vá lá, ganância. No século XX passou a encarar África quase que exclusivamente com pena (e, vá lá, ganância). O mistério sobreviveu um pouco século adentro, com Hemingway e Isak Dinesen, mas lá pelo final do século morreu de todo: caçadas eram agora um no-no, e achar uma parte do mundo "exótica" era considerado feio, paternalista, colonialista, que horror, que *declassé*. Por algum motivo sentir pena não era considerado paternalista – não me pergunte o motivo, também não entendo – e todos passaram a sentir pena de um momento para o outro. Houve uma orgia de pena. O mundo cobriu a África de pena. Soterrou a África em piedade e gráficos.

Não é tempo de chegarmos à conclusão de que tanta pena não ajuda África em nada? Podemos voltar a sentir que África é Misteriosa? Digam a verdade: se vocês fossem africanos não prefeririam que o mundo pensasse em vocês como guerreiros zulus saídos do romance de Rider Haggard, e não como criaturas famintas com moscas nos lábios? A velha maneira de encarar África era pelo menos capaz de causar auto-estima nos africanos, ao passo que a nova só causa vergonha e auto-piedade.

Onde está o escritor de viagens, ou mesmo de ficção, capaz de trazer o mistério e a dignidade de volta para África? E para o mundo? Porque o mundo inteiro precisa disso, mistério e dignidade – as ruas de Estocolmo e Boston, Lisboa e Brasília, tanto quanto as savanas onde Allan Quartermain caçava.

Paisagens que não são representações nem abstracções, mas ambas. Como escreve o curador, Ricardo Nicolau, «João Queiroz questiona a representação sem ser abstracto, não simula nem imita, mas também não se afasta do natural. (...) Parece pretender atingir um ponto em que a imagem não nos é exactamente familiar, mas também não nos agride, ou paralisa». Porque a ideia que quer passar é que a Natureza, de onde partem as suas obras, é indomável, já que não se deixa captar em imagens.

Resta ao artista abordá-la na sua essência, como uma entidade imprevisível feita de movimentos, luz, cor. «Com o meu olhar não quero compreender nada, organizar nada, dispor de nada, catalogar nada. Eu não vejo uma árvore. Árvore é uma palavra. Eu vejo o movimento das folhas, vejo a relação de tamanho com uma pedra, a sombra. Procuro sempre deixar a relação com as palavras para entrar directamente em relação com as coisas. Não quero dar um nome a nada, enumerar nada. Só me interessam as relações, o peso entre as coisas.» – explicou numa entrevista.

À imagem da Natureza, a pintura de João Queiroz revela um dinamismo que sugere imediatismo, mas ela resulta de um processo muito construído, que, refere o curador, começa na fixação do motivo em desenho, prossegue na passagem à aguarela sem o confronto com o desenho, e termina na composição do quadro, num progressivo afastamento em relação ao referente.

Para este pintor com formação em Filosofia, o confronto com a Natureza, entendida como algo que nos transcende e nos desafia a ir além do conhecido, é ponto de partida para uma reflexão pessoal, que assume uma dimensão ética: «Eu vejo na Natureza um imenso campo de possibilidades de me pôr em causa, de me construir de novo e, a partir daí, viver de novo o outro como outro e reconstruir a minha relação com os meus semelhantes...»

A relação com a Natureza, como a relação com o outro, exige ao artista uma atenção extrema, que é também a que ele nos exige nestas obras. Que se contrapõem às imagens de consumo rápido que saturam o presente, como imagens que convidam a parar e a meditar.

O ESTILO DOS ANOS LOUCOS

ART DÉCO
SINTRA MUSEU DE ARTE MODERNA-COLECÇÃO BERARDO
TERÇA A DOMINGO DAS 10H ÀS 18H
ATÉ 16 DE SETEMBRO

POR FÁTIMA VIEIRA

Nas suas linhas rectilíneas, não tem o mesmo encanto da sinuosa Arte Nova sua predecessora, e na assimilação de estilos e materiais de natureza diversa revela por vezes uma extravagância que roça o "kitsch". No entanto, a *Art Déco* marcou os Anos Loucos entre as duas guerras mundiais, ficando como símbolo de um optimismo que era simultaneamente catarse, na sequência da Primeira Guerra, e ilusão, perante a iminência da Segunda. E é sobretudo como testemunho de uma época que se impõe a exposição que o Sintra Museu de Arte Moderna agora lhe dedica, com 500 peças de mobiliário, pintura, escultura, vestidos, objectos decorativos diversos. Um testemunho surpreendente na sua dimensão e abrangência.

O que vemos, ocupando todo o espaço expositivo do museu, é parte da imponente colecção de Art Déco reunida por José Berardo (que terá mais de um milhar de exemplares), a que se juntam peças do Musée des Années 30, em Paris, vestuário e adereços do Museu Nacional do Traje, e ainda um Bugatti (1929) do Museu do Caramulo, que surge logo à entrada, ao lado de um par elegante, num cenário alusivo à sofisticação e *glamour* associados a esse estilo. Que nasce em Paris e conquista o mundo a partir da Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels ali realizada em 1925, impondo-se em todas as expressões artísticas.

É um estilo eclético, que combina a influência de movimentos vanguardistas, como o Cubismo, o Construtivismo, o Futurismo, o Fauvismo, com a admiração pela tradição clássica grega, o fascínio por civilizações antigas como a egípcia (ligado à descoberta do túmulo de Tutankhamon, em 1922) maia ou azteca, e a atracção por culturas distantes, como a africana. Um estilo de contrastes, que junta materiais de luxo como madeiras preciosas, mármores e marfins, produtos industriais como o alumínio ou a baquelite, elementos exóticos como a pele de tubarão ou de crocodilo.

O resultado é ambíguo, como se constata na exposição do museu de Sintra. Com peças que podem ir da sobriedade de um móvel de Jules Leleu à extravagância do quarto egípcio de Ismaël de la Serna; do estilo cubista da pintura de Bela de Kristo ao pendor neoclássico da de Raphaël Delorme; do requinte dos vidros e cristais de Lalique ao "kitsch" da mãe-sereia em faiança da Lenci.

Para lá da ambiguidade, ressalta neste estilo um carácter eufórico, que é a marca do tempo. E que se revela, por exemplo, no padrão irradiante ou em ziguezague de certas peças de mobiliário, nas cores vibrantes da cerâmica, no brilho dos vestidos semeados de lantejoulas... Ou nos gestos e movimentos de figuras de corpos nus esculpidas em bronze que sugerem uma exaltação da liberdade e da vida. A liberdade e a vida que, finda a pausa após a Primeira Guerra, seriam de novo tragicamente postas em causa.

ONE to ONE

ASSINATURAS Atlântico

Receba 1 mês grátis no Holmes Place. Sem esforço.

Basta fazer uma assinatura de 12 meses da revista Atlântico.

Esta oferta inclui a jóia de inscrição e um mês de utilização grátis, no valor de 150 euros.

HOLMES PLACE Health Clubs

Condições:
Campanha exclusiva para maiores de 16 anos. | É obrigatório apresentar atestado médico para iniciar actividade física. | Promoção válida mediante apresentação de um voucher num dos clubes Holmes Place (5 Outubro – 217 804 300, Av. Defensores Chaves – 213 511 300, Av. Liberdade – 213 260 900, Amoreiras – 213 716 610, Alvalade – 217 529 050, Qta. Fonte – 214 404 900, Miraflores – 214 129 100, Cascais – 214 825 700, Qta. Beloura – 219 119 200, Arrábida Shopping – 223 778 700, Constituição – 225 083 600, Boavista – 226 056 760, Coimbra – 808 201 620), para tal por favor destaque-o. | Terá de fazer marcação prévia e a sua utilização será agendada de acordo com a sua conveniência. | A oferta só poderá ser usufruida uma vez por cliente individual. | Esta campanha só é válida para não sócios. Oferta de uma toalha de treino.

ASSINATURA REVISTA Atlântico

☑ **SIM, quero receber, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €48.** portes grátis

Resido fora de Portugal, pago os portes no valor de ☐ Europa: €25,56 ☐ Resto do Mundo: €37,44 ☐ Regime Especial**: €33,84

**Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome* _____

Morada* _____

Localidade* _____

Cód Postal* ____ – ___ _____

Tel.* _____ Telemóvel _____ Profissão* _____

e-mail* _____ Nº Contribuinte* _____

BI _____ Estado Civil _____ Data Nascimento * ___ – ___ – ____ (dia – mês – ano)

* Campos Obrigatórios

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de COSTORIENTAL, Sociedade Editora LDA.

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor de €48, ao banco Barclays Bank, com o NIB: 0032 0701 00203509535 72

☐ Pago por **Transferência Permanente** o valor de e48, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á anualmente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento – Autorizo o débito do montante acima indicado para a seguinte conta: COSTORIENTAL, Sociedade Editora, LDA, Barclays Bank – NIB: 0032 0701 00203509535 72

Nome do Titular _____ Banco _____

NIB _____ Data __/__/____ Assinatura _____

Preço válido para Portugal. Os dados recolhidos destinam-se a ser processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos ao subscritor, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para a apresentação de novas propostas. Caso não deseje receber esta informação, assinale aqui, por favor ☐

Envie este Cupão de Assinatura por correio para: ONE to ONE, Av. Duque d'Ávila, Nº 46 5º, 1050-083 LISBOA
atlantico@one-to-one.pt • Tel.: 210 115 103 (dias úteis das 10h às 13h e das 15h às 18h)

ROTEIRO

ALAÍDE COSTA

EM DESTAQUE

O ESTADO DO MUNDO – A URGÊNCIA DA TEORIA

Inserido nas comemorações dos 50 anos da Fundação Calouste Gulbenkian, o Fórum Cultural *O Estado do Mundo* apresenta-se como um espaço de reflexão debate sobre a contemporaneidade nas suas vertentes sociais, políticas e artísticas.

Após a conferência inaugural, com Homi K. Bhabha, em Outubro passado, inicia-se em Maio a 2.ª fase do Fórum: *Plataforma 2*. Com uma programação artística ecléctica e com a qualidade habitual da FCG (programação de cinema, artes performativas, artes visuais, música, etc.), este Fórum Cultural toma o espaço público como um espaço privilegiado para a apresentação e discussão de ideias que questionem a contemporaneidade, os seus actores, práticas, desejos, promovendo assim o projecto *Grandes Lições – A Urgência da Teoria*.

- **18 de Maio [18h30] – O Ressentimento: Força obscura e produto da história**
  Com Marc Ferro (Historiador)
- **19 de Maio [18h30] – Niilismo e Democracia**
  Com Mehdi Belhaj Kacem (Filósofo)
- **22 de Maio [18h30] – Da diferença e da desigualdade: lições da experiência etnográfica**
  Com Miguel Vale de Almeida (ISCTE)
- **27 de Maio [18h30] – O estado da economia cultural: ascensão da economia cultural e desafios do desenvolvimento de políticas culturais**
  Com Andy C. Pratt (London School of Economics)
- **31 de Maio [18h30] – A "ciência" da Ciência Política**
  Com Pedro Magalhães (Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa)

SEMINÁRIOS

GESTÃO DOS SERVIÇOS CLÍNICOS DO SÉC. XXI

- **18 de Maio [10h00] – Qualidade nas Unidades de Saúde**
  Com Maria Alice Cardoso (Inst. Qualidade em Saúde), José Castela Torres Costa (Ordem dos Médicos), Rui Lopes dos Reis (Centro Hospitalar de Lisboa)
- **[11h30] – Gestão de Recursos Humanos**
  Com José Bleck (Serv. Utilização Comum dos Hospitais) e Manuel Delgado (Assoc. Port. Admin. Hospitalares)
- **[16h15] – O financiamento**
  Com Francisco Castro (Univ. Católica Portuguesa) e José Mendes Ribeiro (Grupo Português de Saúde)
- **19 de Maio [10h45] – Gestão clínica**
  Com Carlos Dias (Hospital S. João), Henrique Martins (Hospital Fernando Fonseca) e Rui Nogueira (Assoc. Port. Médicos Clínica Geral)

Local: Fac. Ciências da Saúde – Univ. Beira Interior - Estada do Sineiro - Covilhã
Organização: Depto. Gestão e Economia - UBI
e-mail: grp@ubi pt - (www.dge.ubi.pt)

SEMINÁRIOS DE CIÊNCIA POLÍTICA

- **18 de Maio [18h00] – The presidential toolbox: generating legislative support in a multiparty system**
  Com Timothy Power (Univ. Oxford – Inglaterra)

Local: Instituto de Ciências Sociais
Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 – Lisboa
Organização: Inst. Ciências Sociais
e-mail: instituto.ciencias.sociais@ics.ul.pt

SEMINÁNIO GEOTÉCNICO SOBRE ATERROS E RESÍDUOS

- **24 de Maio [09h00] – Sessão de abertura**
  Com Carlos Nunes Correia (Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), Fernando Santo (Ordem dos Eng.ºs), Carlos Matias Ramos (Lab. Nac. Eng. Civil), entre outros
- **[09h30] – Aterros para resíduos sólidos urbanos em Portugal**
  Com Paula de Brito Pereira (Inst. Resíduos), João Silva (Inst. Regulador de Águas e Resíduos) e Artur João Cabeças (Esc. Gestão de Felgueiras)
- **[14h00] – Geomecânica e estabilidade**
  Com Orêncio Monje Vilar (Univ. S. Paulo – Brasil), Fernando Pardo de Santayana (Centro de Est. Esperimentación de Obras Públicas – Espanha) e Maria de Lurdes Lopes (Fac. Engenharia – Univ. Porto)
- **[16h00] – Sistemas de co-financiamento**
  Com António José Roque (Lab. Nac. Eng. Civil), Madalena Barroso (Lab. Nac. Eng. Civil) e Maria da Graça Lopes (Inst. Superior Eng. Lisboa)
- **25 de Maio [10h30] – Aterro para resíduos sólidos**
  Com Mário Manassero (Politécnico di Torino – Itália)
- **[11h45] – Perspectivas no sector para o futuro**
  Com António Campos de Almeida (Mota-Engil), Carlos Cardoso (SISAV), Laura Caldeira (Lab. Nac. Eng. Civil), entre outros

Local: Lab. Nac. Eng. Civil
Av. Brasil 101 – Lisboa
Organização: Lab. Nac. Eng. Civil
e-mail: lnec@lnec.pt - (www-ext.lnec.pt)

CONFERÊNCIAS

COLÓQUIO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DO TRATADO DE ROMA

- **03 de Maio [15h00] – Europa: crise ou oportunidade**
  Com Ana Gomes (Parlamento Europeu)
- **[16h00] – É urgente uma Constituição para a Europa!**
  Com Pedro Bacelar de Vasconcelos (Esc. Direito – Univ. Minho)
- **04 de Maio [10h30] – União Europeia: a caminho do federalismo fiscal?**
  Com Joaquim Freitas da Rocha (Esc. Direito – Univ. Minho)
- **[14h30] – O acesso dos particulares aos**

tribunais europeus Com Rui Manuel Moura Ramos (Tribunal Constitucional)

. **[17h30] – O princípio do nível mais elevado de protecção e garantia dos Direitos Fundamentais na União Europeia**
Com Mariana Canotilho (Univ. Coimbra)

Local: Univ. Minho - Campus de Gualtar - Braga
Organização: Escola de Direito
e-mail: sec@direito.uminho.pt
(www.direito.uminho.pt)

CRITICA DO CONTEMPORÂNEO

. **03 de Maio [21h30] – A técnica na sua relação com o humano**
Com Peter Sloterdjk (Univ. Karlsruhe – Alemanha) e Guilherme d'Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura)

. **08 de Maio [21h30] – A teologia política e económica do nosso tempo**
Com Giorgo Agamben (Fac. Arq. e Design Veneza – Itália) e Guilherme de Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura)

. **15 de Maio [21h30] – Alunos no papel de professores** Com Erik Mazur (Univ. Harvard – EUA) e Alberto Amaral (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior)

. **29 de Maio [21h30] – Uma estética alternativa: arte & biomatemática**
Com John R. Jungk (Beloit College – EUA) e Alberto Amaral (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior)

Local: Auditório da Fundação de Serralves
Rua D. João de Castro, 210 - Porto
Organização: Fundação de Serralves
e-mail: eventos@serralves.pt
(www.serralves.pt)

O PENSAMENTO POLÍTICO ANGLO-AMERICANO

. **08 de Maio [18h00] – Hobbes e a génese do tops metapolítico do 'arcaico'**
Com J. Bragança de Miranda (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa) e Filipe Furtado (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

. **15 de Maio [18h00] – Liberalismo e intervencionismo no séc. XIX em Inglaterra**
Com Luísa Leal de Faria (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa) e Gabriela Gândara Terenas (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

. **22 de Maio [18h00] – Crenças políticas americanas no pós-Segunda Guerra Mundial**
Com Isabel Oliveira Martins (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa) e Filipe Furtado (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

Local: Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa -Av. Berna, 26C - Lisboa
Organização: Fac. Ciências Sociais e Humanas
e-mail: coord.ingles@fcsh.unl.pt - (www.fcsh.unl.pt)

CICLO GÉNERO, IGUALDADE E DIFERENÇAS

. **08 de Maio [21h00] – As mulheres e a produção de bem-estar -** Com Sílvia Portugal (Fac. Economia – Univ. Coimbra)

Local: Livraria Almedina – Estado Cidade de Coimbra
Rua D. Manuel I, 26-28 – Coimbra
Organização: Ideias Concertadas e Almedina
e-mail: info@ideiasconcertadas.com
(www.ideiasconcertadas.pt), (www.almedina.net)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CICLO DE CONFERÊNCIAS

. **09 de Maio [14h30] – A soberania dos Estados e a Ordem Internacional**
Com José Manuel Pureza (Centro Estudos Sociais – Univ. Coimbra) e Laura Ferreira-Pereira (Univ. Minho)

Local: Livraria Almedina - Campus de Gualtar - Braga
Organização: Escola de Direito – Univ. Minho
e-mail: sec@direito.uminho.pt
(www.direito.uminho.pt)

CICLO FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO

. **25 de Maio [21h30] – O futuro da Humanidade -** Com Alexandre Quintanilha (Inst. Biologia Molecular e Celular) e Alfredo Dinis (Univ. Católica Portuguesa)

Local: Livraria Almedina
Arrábida Shopping, loja 158A/B – V.N. Gaia
Organização: Centro Transdisciplinar de Est. da Consciência – Univ. Fernando Pessoa e Almedina
e-mail: ctec@ufp.pt
(www.ctec.ufp.pt), (www.almedina.net)

CICLO DE CONFERÊNCIAS DE ARQUITECTURA

. **09 de Maio [14h00] – O objecto comunicação**
Com Henrique Cayatte (Centro Port. de Design)

Local: Univ. Autónoma Lisboa (Delegação da Boavista) - Boqueirão dos Ferreiros, 11 – Lisboa
Organização: Depto. Arquitectura – UAL
e-mail: dp.arq@universidade-autonoma.pt
(www.universidade-autonoma.pt)

. **30 de Maio [18h00] – Religiões e espaço sagrado**
Com Paulo Varela Gomes (Univ. Coimbra)

Local: Ordem dos Arquitectos
Tv. do Carvalho, 23 – Lisboa
Organização: Depto. Arquitectura – UAL
e-mail: dp.arq@universidade-autonoma.pt
(www.universidade-autonoma.pt)

SAÚDE E SOCIEDADE. OS CONTRIBUTOS (IN)VISÍVEIS DA FAMÍLIA

. **17 de Maio [16h00] – Saúde e cidadania**
Com Luísa Schmidt (Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa), João Arriscado Nunes (Centro Estudos Sociais – Univ. Coimbra), entre outros

. **[12h15] – As responsabilidades solidárias ou as indisponibilidades**
Com Manuel Silva Costa, José Manuel de Sá Cunha Machado, Ricardo Monteiro, entre outros

. **[16h00] – Da contracepção à esterilização nas sociedades europeias**
David Serfaty (Soc. Francesa Ginecologia) e Agostinho Almeida Sousa Santos (Cons. Nac. Ética para as Ciências da Vida)

Local: Univ. Minho - Campus de Gualtar - Braga
Organização: Escola de Direito – Univ. Minho
e-mail: sec@direito.uminho.pt - (www.direito.uminho.pt)

(roteiroatlantico@gmail.com)

DESTE MUNDO E DO OUTRO

O HOMEM DA MARGEM

ANDO A LER GORE VIDAL

JORGE MADEIRA

Ando a ler o *United States - Essays 1952-1992* de Gore Vidal, e digo isto não apenas para informar a população de que ando a ler o *United States - Essays 1952-1992* de Gore Vidal – um facto que ninguém terá a lata de dizer que não me fica a matar (como, aliás, qualquer trapinho, por mais pobre que seja).

Digo-o, também, porque as minhas parcas capacidades cognitivas me permitem, por déficit de compreensão e conhecimentos, gastar metade do tempo que aproveito para ler cada ensaio maravilha daqueles a, simplesmente, pensar na vidinha, muito concretamente, no Professor Doutor Vasco Pulido Valente (VPV).

VPV esteve na moda durante trinta anos completos. Tanto na moda que chegou a ser elogiado pelo Baptista-Bastos sem que isso lhe tenha afectado a reputação. Acontece que, ultimamente, com a chegada ao púlpito de pessoas com a minha idade, vozes se têm levantado do chão. Que "afinal", que "não é bem assim", que "exageraram", que "já não é o que era" ou que "nunca foi o que disseram".

Fernanda Câncio, no blogue *Cinco Dias*, apadrinhou um texto de revolta ("Que Pena, Vasco"), a que se lhe juntaram na caixa de comentários textos também muito bons, nomeadamente um de António Figueira que, na minha modesta opinião e por ter percebido pouco do que lá se diz, me pareceu excelente. O clímax dessa caixa de comentários foi atingido quando João Pinto e Castro dá a martelada final no paradigma: «O próximo passo vai ser perceber que escrever bem não é aquilo.»

Enquanto a tese se limitou à crítica da elevação do desencanto e da amargura a método de análise e forma de arte, uma pessoa encaixa a coisa com a simulação do espírito democrático; mas uma vez ultrapassada a barreira da estética e da verdade, decido considerar-me pessoalmente ofendido.

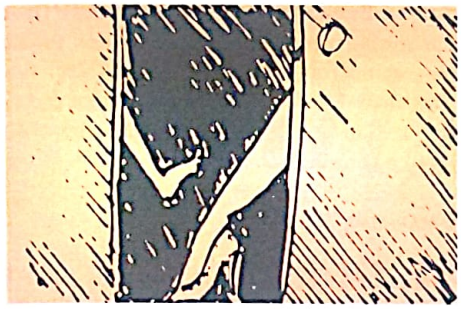
Com três décadas de ribalta, seria rigorosamente um milagre que os defeitos de personalidade de VPV não coalescessem um dia para formar um caroço contemporaneamente indigerível. E, com aquele estilo céptico-táctico dele, que sempre cheirou mais a fogo de artifício que a uma desinteressada entrega à realidade, o que espanta mesmo é que tenha levado tanto tempo a que quem com ele cresceu, dele se separe com violência. VPV também não tem envelhecido bem, e digo isto apesar de eu próprio considerar estúpido envelhecer de outra maneira.

Mas, mesmo assim, apesar de tudo disto, custa-me a engolir que seja a minha geração a tentar despedestalizar VPV. Não sei se já aqui disse que ando a ler o *United States - Essays 1952-1992* de Gore Vidal e, deixem-me que vos diga, quem leu o que este magnífico maricas escreveu sobre a nação americana nos anos 50, 60 e 70 vê-se na obrigação de, página sim página sim, pousar a floresta de folhas e abrir a televisão na CNN para ter a certeza que aquilo ainda existe nos dias que correm – e vai-se a ver não com demasiado insucesso. Em matéria de pedantismo com o presente e desencanto com o futuro, comparado com Gore Vidal, o jornalismo de VPV parece o José Sócrates a anunciar as consequências do Choque Tecnológico.

O que se torna evidente ao ler *United States - Essays 1952-1992* é que, independentemente da tenda de circo que se escolha – e Gore Vidal e VPV escolheram exactamente a mesma –, o que tem valor para o leitor tem muito pouco a ver com os anseios dos contemporâneos à data de publicação do texto.

A actual e emergente crítica a VPV tem muito mais a ver com as necessidades que o voluntarismo – próprio da esquerda e da juventude de espírito – exige de quem está hoje no poder que com o que de verdadeiramente interessa em VPV. A realidade é que ninguém persegue com mais mestria, inteligência e conhecimento a linhagem psicológica dos actores que povoam e povoaram Portugal.

Leia-se o que se leia de VPV, desde o Vieira de Castro no genial *Glória*, até ao perfil de Freitas do Amaral no *Público* quando este abandonou o governo por causa daquele problema do braço que ataca as costas e que dói imenso, o que ressalta e espanta não será tanto o rigor e qualidade do diagnóstico do estado das coisas (que não sei apreciar), nem a bondade e carácter da sua futurologia (que não sei avaliar), mas o modo como ele utiliza a língua portuguesa para traçar vestígios dos verdadeiros motivos das nossas acções no que os nossos avós eram, fizeram e nos legaram.



A ADVOGADA

BETTER SAFE THAN SORRY

LAURA ABREU CRAVO

«Uma lei, mesmo quando seja má, é preferível à ausência de lei nos casos em que da sua falta resulte o capricho nas resoluções da autoridade e a incerteza dos direitos dos indivíduos» (Marcello Caetano, "O Respeito da Legalidade e a Justiça das Leis", in *OD*, ano 81.º, 1949, p. 17).

Ser um conservador é, em larga medida, prezar a Segurança enquanto valor autónomo, fim em si mesmo, e pressuposto de tudo o resto, sem que isso acarrete qualquer contradição nos termos. Não significa isto que o conservador seja insensível à evolução do Homem e da Sociedade ou queira obstar a essa evolução. O conservador pretende sim que esse movimento ou mudança (incidindo sobre que matéria for) ocorra com delicadeza e escrúpulo, sem tumulto ou perturbação excessivos. Por isso, a Segurança – concretizada pela existência de normas claras, coerentes, estáveis, conhecidas por todos os seus destinatários, não aplicáveis retroactivamente e que vinculem, necessariamente, os que as possam aplicar (v.g., a segurança jurídica) – é essencial para a definição de Estado de Direito. Todavia, a necessidade de lei que combata o capricho da autoridade e a incerteza dos direitos dos indivíduos não se esgota nas relações jurídicas. O que dizer das ligações emocionais, um verdadeiro *Far West* relacional? Nessa terra sem lei, onde o mais sensato dos homens se transforma no mais infame pistoleiro, impera a impunidade gerada pela ausência de normas e pela arbitrariedade dos que, a cada momento, disponham do poder decisório. Nas relações existe uma parte mais forte que a outra. Um contratante mais débil, porque menos esclarecido ou mais dependente da vantagem que vá retirar daquele encontro de vontades. A posição de parte forte pode mesmo vir a ser ocupada, alternadamente, por cada um dos intervenientes, dependendo das circunstâncias concretas e vicissitudes várias a que a relação esteja exposta. É, essencialmente, no interesse daquele que, em determinado momento, configure o contraente débil, que deve exigir-se a determinação de regras, fronteiras, limites e que essas regras, fronteiras e limites tenham um mínimo de estabilidade e transparência.

Se admiro a coragem e iniciativa dos liberais em matéria económica, no amor e no direito (e quem os diria tão próximos) louvo o amparo da ausência de perigo e a existência de dados que, pela sua fiabilidade, permitam uma eficaz e adequada gestão do risco.

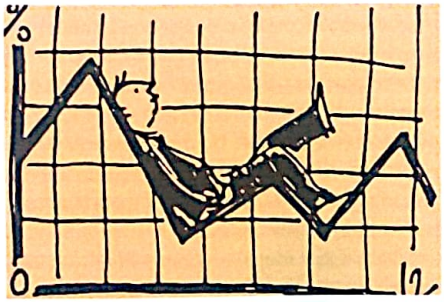
O OPTIMISTA

OS PERIQUITOS NÃO MORDEM

JORGE REIS-SÁ

1. O problema são as expectativas. Este país não sabe viver a realidade com realismo. É voluntarioso, surpreendente, megalómano. E surpreende-se quando percebe que não é nem o polícia do mundo, nem o campeão do universo do futebol. Portugal é um país com umas calças curtas demais. Não que haja nada de mau nisso (e não estou a ser irónico). Porque senão vejamos: milagre dos milagres, e se andarmos às solhas, não servirão bem as calças? Pois servem.

Portugal é um país que se quer medir pelo melhor e se permite depois ficar sempre aquém. É altura, nobre povo e nação valente, de sermos mais comezinhos. Somos e estamos mal em tanta e muita coisa, sim. Mas que raio, somos tão bons noutra. Estou cansado de me sentir num país que quer ser campeão do mundo como se isso fosse o mais fácil e natural. Como se tivéssemos calças que dão para mais do que ir às solhas. Não esperem. Deixem-se estar com o sol, as árvores e a beleza de um país de que tanto se queixam (e não, não estou a ser irónico). Para que não desesperem quando perceberam que as expectativas não devem ser nunca tão altas.



O Portugal futuro é um país aonde o puro pássaro é possível, escreveu Ruy Belo. É que é mesmo. Não podemos querer ser aves de rapina com séculos de periquitos. Importante, mais do que quereres, é aceitar a beleza do que se tem. E pelo menos os periquitos não mordem.

2. Eu conheço a anedota. Um pessimista diz agastado: isto anda tudo mal, muito mal, batemos mesmo no fundo. E o optimista, sorridente: não te preocupes, isto ainda vai ficar pior.

Sou um optimista. Correndo o risco do deslumbramento e da ingenuidade, acredito que não está sempre tudo assim tão mal. Que isto ainda pode ficar pior.

Claro que é mais fácil dizer mal do que bem. Criticar o Sócrates por não ser Engenheiro mais do que reparar que fez o 12.º ano. Dizer que o Sporting não vai lá mais do que perceber que sempre foi até lá perto. Ou que o mar está demasiadamente bravo quando são essas ondas que refugam o mexilhão. Mas quem, como eu, vê em cada nuvem um novo peluche permite-se dizer alto e em bom som: contra os burgueses de direita, optimismo; contra a ditadura do proletariado, optimismo.

Repito: isto ainda há-de ficar pior. Optimismo, povo!

MÃE GALINHA

É O DIPLOMA, ESTÚPIDO

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA

Mais uma vez o governo quer "apostar" na Educação. E entre várias medidas absolutamente reformistas, "aposta" em duas exemplares: já não se chumba por faltas e o 12.º ano está ao alcance de qualquer pessoa – basta apresentar um currículo profissional e *voilá*.

O objectivo destas medidas pedagógicas é facilitar a todo o custo a frequência escolar de forma a combater o insucesso e o abandono escolar. Acabaram-se as noitadas de estudo e a angústia de estar "tapado" por faltas e ter de falsificar justificações. No fundo, o que interessa é o diploma. Como se chega lá, a forma como se conseguiu obtê-lo, a dedicação e o esforço que se investiu e o princípio básico da assidui- →

dade, são balelas. É irrelevante. Tudo é permitido e nada é exigido. É uma aposta. E como todas as apostas, não obedece a nenhuma lógica, apenas à sorte: "vamos lá ver se isto pega". No caminho estão os pais. Alguns mais interessados que outros, mas todos na esperança que o menino complete, pelo menos, o 12.º ano.

Com estas "apostas" na educação, o governo agrada a todos: aos alunos que não têm de se chatear mais do que a conta e aos pais que sabem de antemão, que uma vez que os meninos estejam inscritos na primeira classe, é só uma questão de tempo para que acabem o 12.º ano.

Tudo isto para dizer o quê? Que o primeiro-ministro é generoso: e no fundo ele quer apenas oferecer a todos nós e às nossas famílias as mesmas regalias e os mesmos direitos que ele teve. Bem sei que as investigações da imprensa restringiram-se aos inúmeros cursos médios e superiores do aluno José Sócrates e ninguém se deu ao trabalho de ir falar com a sua professora primária, ou de viajar até à Covilhã e pedir o certificado do 12.º ano do aluno José. Mas estas "apostas" já desenham um caminho de entrega, de partilha e de verdadeiro altruísmo. "Se eu consegui, qualquer um de vocês também conseguirá", lê-se nas entrelinhas deste projecto-lei. O mais difícil vai ser encontrar argumentos para que os nossos filhos estudem: não os podemos ameaçar com o chumbo porque ninguém chumba, não os podemos castigar pelas faltas porque a assiduidade não é uma exigência escolar e nem sequer podemos dizer-lhe que se não estudarem vão ser um Zé Ninguém, porque simplesmente não é verdade.

arcebispodecantuaria.blogspot.com

VINTE E DOIS

O MURO

BRUNO ALVES

Como o leitor certamente saberá, não sou grande apreciador do convívio com os meus contemporâneos. Tenho boas razões para isso, tendo em conta a minha experiência passada. Dou o exemplo deste episódio. A companhia consistia de um benfiquista e de duas moçoilas pertencentes a faixas etárias que tornam o pecado ilegal (e não meramente pecaminoso). As perspectivas não eram, portanto, as mais animadoras. Tudo se agravou quando as jovens, particularmente aquela com quem o Senhor foi mais benévolo, decidiram arrastar-me, juntamente com o benfiquista, para esse ritual tão próprio da feminilidade que é a aquisição de roupa. Quanto se trata de roupa, até a mais esquerdista das mulheres se rende às virtudes do capitalismo.

Eu não percebo este fascínio do sexo oposto pelas roupas. Não há nada tão sobrevalorizado como as roupas. Dá demasiado trabalho: todos os dias de manhã, temos de as vestir, para ao fim do dia, inevitavelmente, as retirarmos de novo. Para quê? Não haverá maneiras melhores de ocupar o nosso tempo? Para além do facto das roupas representarem, para nós membros do sexo masculino, apenas e só mais um obstáculo. Que queremos nós? Sim, que queremos nós, membros do sexo masculino? Tirar a roupa às moçoilas abençoadas pelo Senhor. Também por isso, o mero acto de aquisição de roupa é tão penoso para nós. É como se estivessem a construir o muro de Berlim à nossa frente e nos perguntassem se este lhes faz o rabo parecer demasiado grande (normalmente faz, pois nem todas roçam a perfeição como uma Natalie Portman, por exemplo). Um suplício.

Claro que a roupa também tem as suas vantagens. Vejo-as todos os dias quando olho ao espelho. É nessas alturas que dou graças a Deus por existirem roupas e as convenções sociais (que como conservador que sou, prezo) nos obrigarem a usá-las. Ninguém merece sofrer com a visão do meu corpo desnudado, nem eu mereço tamanha humilhação.

O MARIALVA

SE QUISERES SER ALGUÉM NA VIDA TENS DE EXPERIMENTAR DROGAS

RODRIGO MOITA DE DEUS

No princípio do ano passado, Nicolas Sarkozy o vigoroso ministro da administração interna, o homem da pública virtude e dos valores familiares, viu escarrapachadas na capa da revista *Paris-Match* fotografias da sua popular mulher, Cecile, com um amante. A poucos meses da apresentação da sua candidatura à Presidência Francesa, a notícia ameaçava destruir-lhe a carreira política. Nicolas fez o que qualquer cornudo marido faria para proteger a masculina dignidade: declarou publicamente que também tinha sido infiel. Várias vezes. Disse-o: várias vezes.

Há poucos semanas atrás, do outro lado do canal da mancha, David Cameron confessou ter consumido drogas durante a sua juventude confirmando os boatos que enchiam as páginas dos tablóides ingleses. Na América, Barack Obama fez confissão semelhante engrossando a imensa lista de políticos que já fez a mesma revelação. Drogas e sexo. Diz o senso comum que qualquer um destes delitos é suficiente para acabar mesmo com a mais promissora carreira.

É lugar comum que um político, para fazer chegar longe, não pode ter consumido drogas, não pode ter tido "aventuras sexuais

CARLA HILÁRIO QUEVEDO

Twilight blogue

"O blogueador tem de ser um bocado "zen" se quiser manter-se à tona das águas tumultuosas do processo hermenêutico por vezes perverso e mesquinho dos seus pares ou comentadores. Mas esta faceta "zen" nunca poderá ser aperfeiçoada por um certo tipo de autor: o blogueador paranóico"

Imaginemos um blogue com *posts* que não fossem mal interpretados, cujas palavras não fossem retiradas do seu contexto, mal citadas, pessimamente reproduzidas e muitas vezes assimiladas mais depressa do que uma bala por vizinhos cobiçosos. Esse blogue viveria no paraíso… dos blogues que não têm visitas nem mesmo dos próprios autores. Quem não quiser ser mal interpretado, melhor será que não se meta nesta selva blogosférica, que se deixe estar bem quietinho e sossegado e que não se aproxime sequer daquela convidativa tecla do blogger.com.

Se pensarmos que a esmagadora maioria das pessoas que mantêm blogues nunca foram citadas nem sequer no seio das suas próprias famílias, e que de repente se vêem em apuros com bandos de anónimos porque escreveram qualquer coisa ambígua ou claríssima (para se ser mal interpretado basta escrever uma frase), depressa compreenderemos a ânsia dessas pessoas em esclarecer o que não poderá nunca ser esclarecido, por mais que se desdobrem em *posts*. O blogueador tem de ser um bocado "zen" se quiser manter-se à tona das águas tumultuosas do processo hermenêutico por vezes perverso e mesquinho dos seus pares ou comentadores. Mas esta faceta "zen" nunca poderá ser aperfeiçoada por um certo tipo de autor: o blogueador paranóico. Antes de passar à descrição e análise pormenorizada deste espécime, gostaria de chamar a atenção para o seguinte: na blogosfera, todos os blogueadores são também leitores, alguns até intervenientes em caixas de comentários alheias. Quero com isto dizer que a paranóia, por muito que eu a associe a um certo tipo de blogueador, está presente na blogosfera sob diferentes formas.

Ora o blogueador paranóico acredita que tudo, mas absolutamente tudo o que está escrito em alguns blogues (ou mesmo em todos, no mundo inteiro, se estamos a falar de uma espécie de pan-paranóico) lhe é dirigido ou dedicado. Para o paranóico não há lugar para o acaso nem para a inocência. Tudo o que vê escrito foi intencionalmente escrito para ele e o autor é culpado de o estar a provocar com recados e mensagens crípticas, que só ele, como destinatário único e privilegiado entende. O blogueador paranóico sofre porque há muita gente a falar dele e ele não consegue ir a todas! Passa noites mal dormidas, só come *junk food* e leva a vida raivoso por causa das infâmias contra ele – que injustos! – embevecido com os poemas que lhe dedicam – que amores! – e excitado com as imagens que escolheram só para ele – que galdérias! O blogueador paranóico acaba por ter uma vida bastante ocupada, uma vez que a passa a responder a todos esses estímulos que preenchem a sua triste vida. Mas se tem o mínimo de inteligência, não linca. Afinal de contas, ninguém o lincou e pode haver uma hipótese super-remota de aquele *post* não ser – aaaargh! – para ele. Mas se não for para ele, para quem poderá ser?

O blogueador paranóico é leitor ávido de blogues escritos por mulheres, pois já se sabe que elas são peritas em dizer por outras palavras aquilo que ele gostaria tanto de ler. Tanto gostaria que lê mesmo. E com blogues escritos por mulheres todo o cuidado é pouco! Ui, aquilo é só recadinhos no meio de poemas, citações, *posts* sobre viagens, o Holocausto, a pedofilia, o título de Sócrates, a segurança social e sabe-se lá que mais hão-de estas irracionais inventar só para dizerem aquilo que lhe querem dizer, só a ele, escolhido – que afortunado! – por todas. Quando o paranóico avança para uma conversa por *e-mail* e se depara com a perplexidade ante as suas certezas, julga que é tudo fita, responde "não se apercebeu que me dedicou aquele poema…", e não saímos daqui tão cedo. Caras blogueadoras, um conselho de quem já anda de bengala no meio da selva: nunca respondam. Já se sabe que o paranóico se alimenta de palavras e que uma resposta, por mais breve que seja, é meio caminho andado para o delírio total.

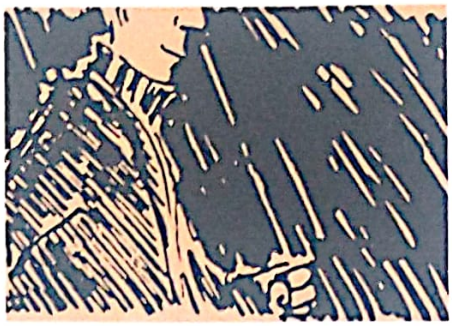
É, no entanto, verdade que o blogueador paranóico profissional dispensa qualquer tipo de reacção da parte do seu amigo imaginário. Chega a falar daquele que acredita ser o seu interlocutor como alguém que leva a vida a mandar bocas e que é muito desagradável com ele, revelando assim, além de uma séria paranóia, um lado masoquista encantador. Sempre que o desgraçado do outro, que lá anda na sua vida a escolher uns poemas e as escrever as suas coisas, percebe que a conversa é com ele, tem habitualmente duas reacções: a errada, tenta esclarecer a situação, e a certa, senta-se no chão com as pernas cruzadas, faz "ooomm" e continua a escolher uns poemas e a escrever as suas coisas. As pessoas que sofrem de paranóia não deviam ter blogues. Mas o que seria da blogosfera sem os seus deliciosos paranóicos?

pouco ortodoxas" nem problemas com a polícia. De preferência, um político tem um casamento sólido "até que a morte o separe". Os políticos devem ser "certinhos" com vidas "certinhas" porque as massas são naturalmente conservadoras. Mas Sarkozy continua à frente nas sondagens. Tal como Cameron. Quanto a Obama, o senador continua atrás de outra senhora com um casamento pouco tradicional: Hilary Clinton.

Em Portugal também temos disto. Sá Carneiro foi primeiro-ministro fazendo-se acompanhar por uma "amante". A "campanha de rumores" sobre a sexualidade de José Sócrates não o impediu de ganhar as eleições com maioria absoluta. Tal como a fuga para o Brasil também não impediu Fátima Felgueiras de ser reeleita.

Sexo, drogas e crime. Antigamente, tamanhas públicas humilhações e desonras só se resolveriam com duelos ao nascer do sol ou suicídios de final de tarde. Hoje, o único efeito cientificamente comprovado é o aumento da notoriedade. Em bom rigor um bom escândalo dá visibilidade. E a visibilidade transforma-se no que dela fizermos. A reputação de libertino não deu fama ao jovem desconhecido John Kennedy? A vida amorosa de Santana Lopes não lhe valeu o mediatismo que tem hoje? E a confissão de homossexualidade do presidente da Câmara de Paris não lhe valeu uma certa complacência pública?

Os políticos erram. Erram porque são humanos. Sempre erraram. O que agora mudou é a descoberta de que os erros podem valer votos porque o eleitorado se revê na humanidade dos seus candidatos: porque razão um candidato não pode ter experimentado drogas leves se – hoje – a maioria do seu eleitorado potencial já o fez? Claro que pode. Até deve. Experimentar drogas leves ou ter relações extra-conjugais até passa por "proximidade com a vida real". Se a moda pega, e o hábito se institucionaliza, ironia das ironias, teremos políticos a inventarem escândalos que nunca existiram. ■



O MARIDO

MAKE LOVE AND... WAR

BRUNO VIEIRA AMARAL

Marinetti, um italiano tresloucado, defendia a guerra como a única higiene do mundo. Eu defendo a discussão como uma das higienes do casamento. As pessoas gastam dinheiro em fins-de-semana românticos, em prendas caras, em *lingerie* esquisita, e desprezam o poder curativo de uma boa discussão. Daquelas em que a falta de argumentos é facilmente substituída por uma referência menos elegante à mãe do outro; em que depois de cinco minutos de insultos já ninguém se lembra do motivo que lhe deu origem; em que um dos dois, quase de certeza o que não tem razão, não hesita em arremessar o passado, mesmo que não lhe atribua grande valor, à cara do outro. A ignorância do verdadeiro sentido das discussões é uma das causas do desprestígio destas. Etimologicamente, *discutir* não tem nada que ver com o sentido que lhe é atribuído na Área Metropolitana do Porto. A sua origem é latina e eu, perdoem-me os leitores, desconheço-a eloquentemente, apesar de ser capaz de jurar pela sua dignidade idiomática. É com tristeza, pois, que constato o esforço socialmente correcto para acabar com as discussões conjugais. As pessoas já não discutem; divorciam-se. Até o assassínio por encomenda é mais respeitado. O que ninguém tolera é uma discussão. Se alguém ainda tinha dúvidas, esta é a prova definitiva que transformaram o casamento num ramo da ecologia. Matéria para aula de ciências naturais. Comer hortaliça, não apanhar sol entre as onze da manhã e as cinco da tarde e não discutir com a mulher: eis os segredos para uma longa, próspera e vegetativa vida. Não me tomem os fracos de espírito por instigador de violência matrimonial. Abomino semelhantes diplomacias. Compreendo que uma juventude que não conheceu o serviço militar obrigatório acumule fúrias bélicas que nem semanas de ginásio e dezenas de infracções rodoviárias poderão acalmar. Mas aos patriotas que se encontram em tão deplorável estado recomendo que discutam sem cair na tentação retórica de obrigar o cônjuge a engolir os próprios dentes. Porque discutir é, por vezes, necessário. Acontece que vivemos numa época de Chamberlains conjugais – sim, avança um bocadinho mas não me passes da Checoslováquia –, concessões atrás de concessões e quando se dá por isso já não há nada para defender. As discussões, tal como algumas guerras, são um marco de civilização. São a prova de que o que existe, seja lá o que for, ainda é suficientemente forte para nos obrigar a lutar por isso. Por isso, aproveite e, um destes dias, ofereça à sua mulher uma discussão sem motivo aparente. Elas adoram surpresas e nunca dizem que não a uma boa guerra. ■

DO FUNDO DO DESEMPREGO

ESTIMULANTES ESTÍMULOS

JOÃO MOREIRA DE SÁ

Meses depois de ir engrossar o rol de pagamentos do Fundo de Desemprego tive a agradável surpresa de receber o primeiro cheque: estava a ganhar mais do que quando trabalhava, factor que, caso vos tenha passado despercebido, não constitui grande estímulo à procura de emprego, são dezoito meses com ordenado garantido.

Mas porque dezoito meses são uma eternidade para estar de férias, após uma primeira visita ao Centro de Emprego das Pedralvas (por ser morador em Benfica), entusiasmei-me com os apoios que, aparentemente, poderiam estar à disposição e dei início ao processo de candidatura no Centro de Emprego de Loures →

RITA BARATA SILVÉRIO

AS BRIGADAS DOS AMIGOS DA MULHER

"Perante as cada vez mais numerosas Brigadas dos Amigos da Mulher, nenhum cidadão está livre de ser acusado de discriminador e machista só por se mofar de uma gorda num filme de gente gorda"

Alguém me explique em que momento a sociedade ocidental perdeu o juízo, quem criminalizou a sátira, quando foi banida a crítica dos cânones da convivência colectiva e atirado o riso para o submundo do reprovável. Porque isto, amigos, *pasa de castaño oscuro*, que é como quem diz, já não há pachorra. A esquizofrenia é total: desde uma tal de Comissão para a Igualdade que exige o fim de um programa de televisão tão vazio como inútil chamado "A Bela e o Mestre" por tratar-se de «um nítido atentado às mulheres, discriminando a sua imagem», à indignação de Pacheco Pereira que bramou aos céus e à blogosfera contra o «tratamento cruel, mesquinho, machista que alguns blogues deram a Odete Santos», passando por todas as supostas brutais agressões à dignidade feminina na publicidade que as cada vez mais numerosas Brigadas dos Amigos da Mulher fazem questão de sinalizar, nenhum cidadão está livre de ser acusado de discriminador e machista só por se mofar de uma gorda num filme de gente gorda. Há anos que o meu marido vaticina que o sentido do humor seria a primeira vítima desta onda fétida chamada "politicamente correcto", só não podia imaginar as mulheres como o alvo perfeito para os exterminadores da alegria de viver.

Aos poucos o mundo que conhecemos transforma-se numa espécie de documentário francês, um lugar cinzento e chato onde só se aceitam as gargalhadas se antes passaram pela depuradora das comissões que existem, unicamente, para que ninguém se sinta ofendido, diferente, único. E agora chegou a vez das mulheres que, depois dos gordos, dos anões, dos pretos e dos gays, também devem ser protegidas do riso alheio, da mofa e de si próprias, não vão elas também cair na tentação de se acharem cómicas. A condescendência é uma perigosa lupa que deforma a realidade e reduz as mulheres ao nível dos ursos panda, uns bichinhos amorosos, bonzinhos, queriduchos e completamente inúteis que de tão ingénuos roçam a imbecilidade. Se as pelos vistos "Belas" se meterem no engendro da TVI foi porque os vigias da nivelação não as puderam alertar de quão humilhante é para a condição feminina este tipo de concursos que as obriga a vestir cintos microscópicos e alegrar o povão com a sua espantosa falta de cultura geral. E se são mais burras que as galinhas, culpemos então o Estado, a televisão, a Igreja, os pais tiranos, a falta de apoio psicoemocional na adolescência, a globalização e a queda do sistema comunista, tudo vale, mas nunca a elas, por muito que tenham desistido do liceu para servir copos a lambuzas numa discoteca periférica, sejam alérgicas a qualquer coisa encadernada ou não precisem saber quem é o Jorge Sampaio para dormirem descansadas. Para as Brigadas dos Amigos da Mulher elas só são umas vítimas, todas as mulheres o são, e deveríamos estar indignadas, queimar a sede da TVI e, sisudas e mal-encaradas, impedir ser a chacota dos outros!

O humor sempre foi a melhor arma contra a tirania, a espada do povo em momentos de horror e intolerância, a única forma de sobreviver em épocas onde a liberdade de expressão estava longe de ser um direito. Acontece que as tiranias mudam de pele e a opressão agora visa coarctar tudo quanto nos possa diferenciar, as marcas de nascença, os estereótipos, o *cliché*. Não nos enganemos: o que buscam estas beatas como a Comissão para a Igualdade é elevar as mulheres a vacas sagradas, a quem ninguém pode parodiar, usar como anedota, porque as mulheres são perfeitas. E se não conseguem compreender porque se submetem a *big brothers* e concursos de beleza, muito menos poderão alcançar que as mulheres se possam divertir com este tipo de divertimentos televisivos. Questão de arrogância, talvez. Ou de sexismo, que não é outra coisa que achar que só por termos um útero somos intocáveis. Se pudessem, teriam proibido que Marilyn Monroe tivesse feito fortuna com papéis de corista loira inocente, que as curvas latinas de Sofia Loren fossem objecto de desejo cinematográfico. Em nome da luta contra a discriminação, Rossy de Palma não existiria fora da sua fealdade nem Ellen DeGeneres teria direito a um *show* de máxima audiência. Sem esquecer Lola Flores a quem teriam proibido os excessos étnicos, os baptizados dos filhos com milhares de convidados, a exaltação da raça cigana. Que saudades daquele programa onde uma genial Lola mascarada de zíngara entrevistava políticos, artistas e gente que só se queria rir.

Devagar se vai ao longe e se ninguém impede esta maré de puritanismo, amanhã todas as mulheres serão retratadas como heroínas imaculadas, exemplos incorruptíveis de candura e isentas de todo o defeito. Já estivemos mais longe de Nossa Senhora. Que me desculpem as Brigadas, mas eu não quero pertencer a um clube que não permite a crítica à Ana Malhoa, que obriga a indignar-me cada vez que se riem da Odete Santos ou a sentir compaixão pela ignorância de quatro loiras recauchutadas só porque são mulheres. Não há maior machismo que as condescendências e grupo mais perigoso, que tenta distrair o povo com problemas que não existem.

MIRIAM ASSOR

Rock around Iran

Who says you can't rock in Iran? é muito mais do que uma pergunta. Só rapazes com fermentação biológica no sítio conseguem, num país onde a democracia apodrece na sarjeta, fazer um trabalho discográfico com extraordinária dimensão. Os jovens artistas, Raam, Kodia, Jamshid e Kam, cujas idades oscilam entre os 17 e os 27 anos, nasceram na capital do Irão – esse país onde os tapetes já não voam, matam – formaram a Hypernova – uma banda rock alternativo. *Who says you can't rock in Iran* ultrapassa, pela direita e pela esquerda, a interrogação gramatical e a provocação juvenil. É um acto de coragem. Uma lição para os cagarolas dos europeus que, na mínima dor de barriga vestem fraldas. Os músicos cantam em inglês canções com letras que abordam as condições alarves da sociedade teocrática iraniana, aludem referências à cultura ocidental, exaltam liberdade. É claro. Nenhum género de rock fez mal a ninguém, pelo contrário, anima o esqueleto e a alma. Mas rockar num beco tirano simboliza exactamente o contrário. As leis nacionais abafam o esqueleto e nem deixam embalsamar a alma de alguém que toca, ouve, lê, escreve, grita, qualquer ninharia contrária à agenda de Mahmoud Ahmadinejad, o energúmeno, o ditador que se seguiu, a grande figura do excremento, que com gosto e santa alegria, copiou e aprimorou o radicalismo dos Ayatollahs. Portanto, as borras do absolutismo continuam. A música permitida é somente aquela que não enerva a dita moral da República Islâmica do Irão. E quem diz música, diz outras coisas, coisas que coloram a vida. Que fazem a diferença. Oxigenam a liberdade. Livros, jornais, arte, televisão, rádio, pintura, palpites, é tudo descendente do diabo.

Os rapazes, que são mais homens do que tantos machos que saltitam por aí, borrifam-se nessa imposta moralidade amoral. Borrifam-se em Mahmoud. É claro. No Irão, o acto de borrifar no focinho do presidente acarta riscos mortais. É uma espécie de poço da morte sem o nelito. O resultado é o sol visto aos quadrados. Os nacos dos corpos pendurados num talho. Dezenas de chibatas no lombo. E nos dias em que o asno de Mahmoud não adormecer com as patas fora do palheiro, a penalização é mais leve: uma multa, uma sova, menos um dedo nas mãos. Mas os Hypernova não têm medo das humilhações e das represálias que já sofreram, nem das futuras. Querem voar sem pára-quedas.

A juventude misturada com coragem é um caso sério. Desde Março, a Hypernova pode dizer que já não só actua em segredo em Teerão, em palcos que são porões imundos onde as baratas fazem de carpete. Passou a fronteira impensável. Rumou aos Estados Unidos da América. Esteve em New York City – a cidade que tem mais esta razão para não dormir. Parece mentira mansa do dia primeiro de Abril, mas é verdade. Nem os próprios sabem como conseguiram o milagre dos vistos. O Irão, à parte do amigo do peito, Putin – o russo que serve a morte às refeições, e de países e bandos que aplaudem e sustentam o terrorismo, não fez muitas amizades na comunidade internacional. Mas o verbo querer tem muita força. É um halterofilismo na vontade. Os passaportes foram carimbados. A banda embarcou para a banda da liberdade. O facto da primeira actuação, num bar nova-iorquino, se ter resumido a uma assistência de trinta pessoas, não lhes amornou o ritmo. É claro. Os States podem ter o colesterol elevado, e nem sempre estarem unidos, mas a imprensa americana está mais aplicada que o Bush. "Foi um sonho tocar nos EUA", afirmou Raam, o vocalista e guitarrista, ao *New York Times*. O roqueiro disse também que "tocar no circuito *underground* de Teerão é a melhor das drogas". Deve ser.

(porquê Loures? Por a sede social ser em Camarate), onde nada era conforme ao que me tinha sido dito nas Pedralvas (embora o Decreto-Lei seja exactamente o mesmo). Tive que refazer todo o processo. Acabei por encontrar melhor localização para o escritório em Lisboa pelo que o processo foi remetido para o Centro de Emprego das Picoas para, já não com grande espanto, receber a notícia de que o processo de candidatura estava errado, que teria que ser todo refeito (o Decreto-Lei continua a ser o mesmo).

Por fim, ainda sem apoios, prescindindo de um muito confortável subsídio de desemprego trocando-o pelo ordenado mínimo que não recebia porque tinha que pagar a segurança social que antes me pagava, mais de um ano envolto em burocracias, custos altíssimos (o capital social não chega sequer para pagar todos os papéis, registos, documentos, escrituras, cartões, certidões...) e Centros de Emprego (?), a empresa foi criada.

E numa ida ao café, descubro que quem abre um café tem um ano de carência de Segurança Social. Se o fizer ao abrigo dos programas de Criação do Próprio Emprego não tem...

Na Irlanda tem dez anos.

Ah! E apoios, afinal? Pois, não se aplicava...

DO PÚLPITO

CRISTÃOS ESPASMÓDICOS E ATEUS DE CACAU

(UM INQUÉRITO SOBRE O QUE SERÁ MELHOR: SEXO OU CHOCOLATE?)

TIAGO CAVACO

Os anti-cristos mais bem sucedidos são os que manifestam indiferença à fé dos outros. Não a perseguem, não a insultam, não se lhes atravessa nos sonhos. Dessa maneira podem ser cidadãos exemplares e exibir sinais exteriores de hábitos de higiene. Não perdem tempo em assembleias anuais de organismos que tenham Laicidade no nome, não têm tremores nas mãos para escrever comunicados que revelam perigosas promiscuidades entre o Estado e a Igreja, não sentem calafrios quando atravessa à sua frente uma batina. É esta atenta análise que nos leva a concluir que qualquer ateu encartado foi um pagão mal cristianizado. Ao invés de crisalidar num coração ocupado por Jesus, permaneceu a rastejar invejando as asas coloridas das borboletas baptizadas à sua volta. Muitos protestarão que é descabido fazer da fé o eixo da existência e de todas as interacções em sociedade mas isto é a tal trágica repetição da larva a querer obrigar todos os insectos voadores a permanecer no solo.

Pode um ateu ser feliz? Naturalmente. C.S. Lewis (um escritor que deveria ser ensinado na escola) ilustrava a nossa dificuldade em compreender o Céu (o lugar da Eternidade, não o firmamento) como aquela de explicar a uma criança que um dia ela preferirá o sexo a chocolate. Um ateu é, portanto, um amante de chocolate permanentemente virgem. Na sua calórica ignorância tem todos os caminhos abertos para a felicidade excepto o dos orgasmos.

A questão pode ter retorno. Pode um cristão ser feliz? A resposta é árdua e creio mesmo que no sadio sentimento de realização pessoal o

chocolate é um elemento mais eficaz que o sexo. Assim, o ateu, por incompleto e empiricamente amputado que seja, evita a origem das maiores complicações cósmicas conhecidas. A plenitude dos arrebatamentos carnais, símbolo de uma ousadia existencial sem precedentes, caracteriza o cristão como um indivíduo sujeito a uma demanda caprichosa que apenas aqui e ali dispensa o doce sabor de uma fugaz recompensa. Regressamos à questão: pode um cristão ser feliz? Só Deus sabe.

A minha noção de bom-senso, integralmente toldada pelas minhas convicções religiosas, leva-me a considerar que apenas aos cristãos deve ser permitido o defeito da militância. Do outro lado, no abismo dos sem-fé, cabe o ensino da tolerância, essa qualidade que Satanás inventou para que Eva consentisse em trocar com ele dois dedos de conversa.

CRÓNICA BOHEMIA

UM TEXTO SOBRE SEXO

ALEXANDRE BORGES

Isto a uns acontece mais cedo e a outros mais tarde. No meu caso, diria que fui perspicaz. Descobri o sexo com Lena d'Água. Com Lena d'Água e Daisy Duke. Não sei com qual primeiro; talvez tenha sido em simultâneo. Ou melhor, assim dito, só por estas palavras, soa mais interessante e sórdido do que na verdade foi: eu percebi que havia uma diferença no género oposto com estas duas senhoras, uma com a voz, a um tempo, sensual e frágil, a pedir a protecção de um candidato que se apresentasse ao lugar; a outra com uns velhos *jeans* transmutados em nano-calções (para os cânones da época; hoje, talvez pudessem ser usados numa recepção no Palácio de Queluz). Colocado perante a audição de "Sempre Que O Amor Me Quiser" ou diante de um novo episódio dos *The Dukes Of Hazzard*, *Os Três Duques*, entre nós, deslindava um padrão: havia, em tudo quanto era feminino, a grandiloquência de um apelo irresistível. Os anos passaram. Tenho hoje o tema de Luís Pedro Fonseca numa colectânea mirabolante em cd e, algures nas gavetas da casa de meus pais, recortes das revistas de televisão da época com a Daisy estendida sobre o *capot* do General Lee. A vida real seguiu o seu caminho e as noites habituais trouxeram a investigação empírica dos corpos, na construção de um saber de experiências feito, como diria, creio, o outro Pacheco Pereira, o que não entra na *Quadratura do Círculo*.

O trabalho académico descobriu coisas extraordinárias sobre o sexo, como a sua aparente ligação umbilical à noite, ao passo que o amor assinara contrato com os dias; a necessidade de inventar novos códigos para novas pessoas e, pelo contrário, como, de vez em quando, chega gente a quem basta um código anterior; os gloriosos benefícios do whisky, directamente proporcionais ao número de copos declinados pela garganta, tudo o que fazem pela beleza dos outros e que se esboroa na manhã seguinte porque, entretanto, cometemos a insensatez de parar de beber.

O sexo está cheio de encantamentos e manhãs seguintes, mas tem estas figuras titulares na história de cada um, que permanecem imaculadas como se tivessem alguma coisa a ver com o amor. Para efeitos da perspectiva quadrada e aborrecida da verdade, Catherine Bach, por exemplo, tem hoje 53 anos, e negarei toda e qualquer palavra aqui escrita se, um dia, me aparecer à frente com ganas de recuperar o tempo perdido. Mas era preciso que lhe rendesse esta homenagem, a ela e à bondade desinteressada do corte que deu no velho par de *jeans*. E pôr o leitor a trautear o "Sempre Que O Amor Me Quiser". Porque era uma voz a quem faríamos um filho. E não é assim tão frequente ser-se tomado dessa vontade bíblica.

O REACCIONARIO

O BELZEBU À ESQUERDA

DAVID LOURENÇO MESTRE

Oito de Março, Dia Internacional da Mulher, data simpática a convidar ao convívio informal. Assim foi para gáudio do mulherio histérico – não pense o leitor que sou misógino. Não, não sou. Ficaram registadas algumas preocupações. Roncava uma otária: "estou contra Bush, pois ele simboliza a opressão das mulheres em todo mundo". Leitor, não fuja e vá bater no primeiro exemplar da espécie. O caso é grave e a maleita propaga-se com particular gravidade entre mentes desassisadas. Os extremistas de esquerda constituem o principal grupo de risco. Avanço com uma teoria. A esquerda destruiu Deus mas não dispensa o demónio. Bush é o mafarrico de serviço. Um espantalho que se agita sempre que o mundo escapa às mentes simples. Bush dá um traque e as alminhas juram que lhes cheira a enxofre. Bush fala, a canalha lobriga as chamas do inferno. Bush espirra, e a malta sinistra imagina tufões no outro lado do atlântico. Isto é mais grave do que parece. Hugo Chávez, ícone da esquerda, garantiu *ipsis verbis* que Bush é o demónio. Crenças não se discutem. O caso é interessante e merece análise atempada. George Orwell na distopia *1984* inventou os dois minutos de ódio a Goldstein. A turba amestrada reunia-se e berrava o seu ódio cego a Goldstein explodindo em insultos e tumulto durante dois minutos. Goldstein, coitado, não se podia defender. Vivia em parte incerta. Se vivia. O partido, satisfeito e jubiloso, geria nos bastidores o desvario ululante dos estupores. Num mundo totalitário, Goldstein representava a reforma, a via democrata, a liberdade de expressão. Convinha silenciá-lo. Na geografia dos factos, Bush representa a reforma, a via democrata, a liberdade de expressão. Não é o único, →

mas não convém deixá-lo "falar". Assim são os lunáticos que a esquerda põe na rua: vivem num mundo de liberdade mas piscam involuntariamente o olho ao totalitário. Infinitamente indulgentes com as taras dos tiranos. Absolutamente implacáveis ante os tiques das democracias ocidentais. Haverá manifestações contra a repressão no Zimbabué, os massacres no Sudão, a ditadura na Coreia do Norte? Jamais. Para terminar, pois as linhas são contadas, trago o nome do filósofo francês François Revel. O que afirmou e concluiu Revel? Revel fez o retrato da obsessão anti-americana. Disse ao mundo que, por detrás da retórica anti-Bush, esconde-se o ódio à universalização dos valores liberais, à globalização, à democracia entendida como valor concreto e não abstracto - e outras malvadezas do estilo.

A esquerda nunca o perdoou.

dlmestre@gmail.com

A SERRA E A CIDADE

QUEM NÃO QUER SER LOBO NÃO COME A AVOZINHA

NUNO AMARAL JERÓNIMO

Na história do Capuchinho Vermelho (não me refiro a Odete Santos) há uma parcela da narrativa ausente nos livros tradicionais: no momento em que o Capuchinho entra na casa de sua Avó (segundo os historiógrafos pós-modernos, casa construída com o seu próprio trabalho de mulher adulta e independente, e já toda paga ao banco) e vê o Lobo (recuso utilizar o adjectivo "mau" porque não quero estigmatizar comportamentos alternativos de bichos que sofrem com atitudes persecutórias) na cama da senhora, vestido com a sua camisa de noite, a menina começa a desconfiar e a fazer observações, como se fosse o Cláudio Ramos. "Avó, tens uns olhos tão grandes. E os dentes, tão afiados. E essas orelhas estão pontiagudas, hã, Avozinha? E as unhas, que compridas estão. Já não as deves cortar há uns meses." O Lobo, enfastiado com a insistência da garota, replica: "Ouve lá, mas tu vieste aqui trazer comida ou fazer críticas?"

Eis uma versão bem portuguesa da narrativa. Após tanta pergunta inconveniente, o Lobo manda calar a miúda, provavelmente com uma recomendação da ERC, em vez de ser apanhado por ter comido a Avó e enganado a criança (há quem esteja preso por fazer exactamente o contrário). Este país parece gostar pouco de Capuchinhos (que não precisam sequer de ser Vermelhos) curiosos sobre as razões que levam algumas avós a ter orelhas e nariz de Lobo. E tem-se ouvido muitos uivos contra quem dúvida e questiona as aparências.

O governo português, nos últimos tempos, parece sofrer as mesmas dores do Lobo. De José Sócrates ou dos seus ministros, espero sempre que respondam às perguntas da oposição ou dos jornalistas, da mesma forma que o canídeo da história infantil.

Ou, como no conhecido quadro dos Monty Python, "Eu não estava à espera da Inquisição Espanhola". (No *sketch* dos humoristas ingleses, no momento seguinte entra o cardeal Torquemada e responde "Ninguém espera a Inquisição Espanhola".)

SÍTIOS DE CULTO

AS ADMIRÁVEIS REUNIÕES DE PAIS

PEDRO MARQUES LOPES

As alegrias da paternidade já foram suficientemente cantadas para que tenha a veleidade de as repetir. Há, no entanto, uma – provavelmente das maiores – que tem sido subtraída dos mais variados textos: as reuniões de pais. As razões de tão evidente falha podem ser várias e nenhuma será desprezível: talvez o frémito emocional de tão agradável memória que deixa os escribas congelados ou a falta de palavras suficientemente eloquentes para descrever tão entusiasmante momento. Enfim, não restam dúvidas porém, de que este acontecimento está marcado em letras de fogo na experiência de qualquer pai e não há nenhum de nós que não trema com as recordações de tais eventos.

Tudo começa com a recepção de uma "cartinha" onde se é intimado a comparecer em dia e hora aprazados no estabelecimento de ensino.

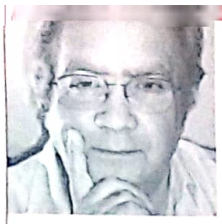
Repito, intimado, já que as ditas missivas têm sempre uma espécie de mensagem subliminar que promete consequências imprevisíveis para o futuro dos nossos filhos se, por acaso, não estivermos presentes às 16h de um dia de semana – o que dá sempre imenso jeito – nesse momento decisivo da nossa vida e das vidas das nossas criancinhas.

Chegado o dia tão esperado e tomados os respectivos medicamentos para suportar a emoção, lá se entra na sala de aula onde somos esperados por uma professora e os respectivos "colegas-pais". Os encarregados de educação – termo odioso – assumem nestas reuniões uma personalidade apropriada ao momento.

O primeiro grupo são os que lá vão para que os professores não digam aos filhos que os pais não se dão ao trabalho de lá aparecer – o que está provado, gera irremediáveis danos à saúde psicológica das crianças. Escondem-se na última fila e passam o tempo a enviar e a receber SMS ou a falar baixinho ao telemóvel. Neste grupo, encontram-se também alguns dos maiores mestres da arte de dormir em pé.

O segundo grupo vai a estes encontros para poder demonstrar aos professores e restantes pais o quão geniais e, por vezes, incompreendidos, são os seus filhos. Normalmente, interrogam-se se aquela escola será suficientemente boa para ensinar o que seja à brilhante criaturinha. Temos ainda os pais que preparam as reuniões metodicamente e que levam um dossier, onde têm registado desde o primeiro passo ao mais sonoro arroto. Expõem o escandaloso comportamento da professora que no dia x do mês y falou um decibel acima do razoável o que terá provocado ao seu sensível filho uma terrível insónia que lhe atrasou sete minutos o seu sagrado soninho ou reclamam de um escandaloso erro de correcção do texto que surripiou um por cento da nota que o filho merecia.

O quarto grupo veio para fazer uns muito interessantes discursos sobre o estado da educação e do país em geral. Aproveitam para nos contar a sua louvável história académica e quanto melhor era o ensino no tempo deles. Confesso que são os meus pais favoritos. Os últimos são por todos conhecidos. São aqueles que fazem destas reuniões uma simples extensão das suas conversas em que o tema único são as doenças dos filhos, as suas piadinhas, feitos e lindas aventuras. O pior destes momentos únicos é serem tão curtos: a última a que fui só durou quatro horas. O que vale é que tenho três filhos.



MANUEL FALCÃO

O TIRO NO PÉ

O campeonato nacional de tiro nos pés abriu no mês passado com a apresentação pública, pelo PSD, de uma proposta de privatização do serviço público de televisão. Sob um manto aparentemente muito liberal, em nome da diminuição do peso do Estado, os responsáveis actuais do PSD fazem no fundo uma proposta conservadora e paralisante.

Vamos por partes: o que interessa, na realidade, é dar condições ao serviço público para poder ter uma programação mais variada e complementar em relação aos canais privados. Isto faz-se encarando de frente a questão do financiamento, retirando o operador do serviço público da esfera comercial e limitando a sua acção ao que é necessário.

E então, o que será necessário? Do meu ponto de vista o serviço público deve proporcionar um acesso universal e gratuito – portanto, a questão do serviço público com recurso a canais de cabo é, à partida, um contrasenso. Eu sou dos que pensam que o serviço público deve continuar a ter dois canais abertos, complementares, até porque dificilmente, a determinadas horas do dia – e, nomeadamente, em *prime time* – seria virtualmente impossível cumprir todas as suas obrigações apenas com um canal. Mas não vejo necessidade alguma na RTPN e, se vejo toda a razão de ser numa emissão internacional, continuo sem descortinar o porquê da RTP África.

Continuo a achar que o serviço público deve ter um papel estratégico no desenvolvimento do audiovisual português e da produção independente. Isto quer dizer que o serviço público devia deixar-se da megalomania produtiva que continua a ter (e os novos estúdios são um infeliz passo no reforço da capacidade interna de produção), devia encomendar mais, apostar mais na inovação, limitar a sua produção interna à informação e dinamizar o mercado das produtoras independentes em todos os outros géneros, documentários incluídos. A grande reforma que ninguém teve a coragem de fazer, e na qual, na minha opinião, radicam muitos dos problemas da RTP, é precisamente o tamanho da máquina e aquilo que ela tem de produzir para justificar a sua própria existência.

Mais do que falar na privatização da RTP, faz é sentido ver como ela deve reduzir a sua dimensão ao mínimo, investir mais na dinamização do sector privado do audiovisual, por forma a que o investimento do Estado e as contribuições (na factura eléctrica) dos cidadãos seja mais reprodutiva. Isso é bem mais importante e estruturante que uma ilusória privatização.

A seguir, com a RTP mais focada na essência do serviço público, deixando de ser concorrente no mercado publicitário, existem novas condições para se desenvolver o mercado, para surgir um novo canal comercial e para ver como tudo isto se articula com o processo da televisão digital terrestre, essa sim uma matéria que merece toda a atenção, para que a decisão e o futuro não fiquem hipotecados ao espírito controleirista do ministro Santos Silva – cuja acção em muito pouco abona para que se encare com tranquilidade o desfecho desse processo, que é o mais importante de todos no contexto das indústrias da comunicação e do entretenimento em Portugal.

PENSAMENTOS OCIOSOS

Este mês um desafio bem simples: quais as perguntas que se aplicam à boa técnica jornalística? A resposta é fácil: O quê? Quem? Onde? Quando?

A resposta a estas quatro singelas questões permite que a informação seja rigorosa, factual e que se perceba o que está a suceder. Algumas mentes mais abertas admitem outras duas interrogações: Como? Porquê?

Proponho, para facilidade da operação, que nos centremos apenas nas quatro primeiras e que, agora, as apliquemos à realidade – e a realidade que preconizo é a acção do Ministério da Cultura. Por mais voltas que dê à cabeça, por mais arquivos que consulte, não consigo encontrar um facto relevante e positivo na acção daquele Ministério nos últimos meses quando lhe aplico as quatro interrogações. Mas, em contrapartida, dos museus à Companhia Nacional de Bailado, passando pelos concursos de atribuição de subsídios, encontro acções que justificam esta frase: nos últimos meses o Ministério da Cultura ficou fechado no Palácio da Ajuda a criar polémicas e problemas.

TV VIRTUAL

A nova revista de Tyler Brulé, o homem que criou a *Wallpaper* chama-se *Monocle* e é muito mais para ler do que para ver. Já o belíssimo *site*, www.monocle.com, é um encanto visual. Experimentem passear na área da Cultura e poderão ter acesso a pequenos filmes, a experiências alternativas em *videoclips* e até a um estúdio virtual de televisão que deveria servir de inspiração para os desenhadores de cenários cá do burgo. Passeiem no *site* da revista, cheio de imagens em movimento, e numa noite destas poderão, com vantagem, deixar a televisão desligada. A *Monocle* vai no segundo número, o *site* tem actualizações regulares e vale a pena ir seguindo o que por lá aparece.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. AINDA HÁ ESQUERDOS DISPONÍVEIS.

Novos Clientes

ABRA UMA CONTA E GANHE UM CARRO

Sorteamos **um carro** por dia

Concurso autorizado pelo Governo Civil de Lisboa

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

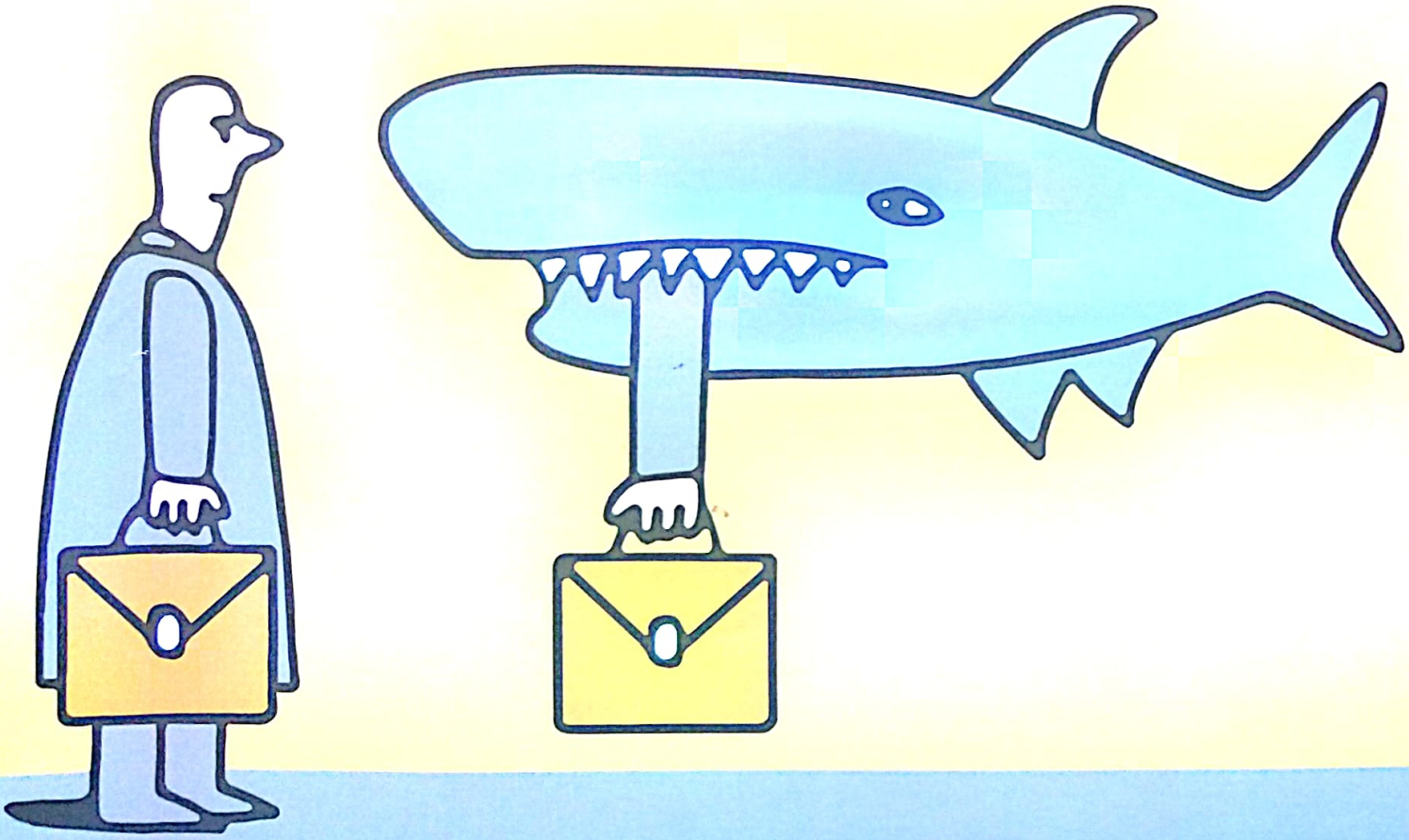
707 50 24 24

Vodafone Voz Fixa

A mim, a assinatura não me apanha

vodafone

Para quê um custo fixo que não lhe dá nada em troca? Por €10 tem 600 minutos em comunicações e pode adquirir este telefone por € 20 com € 20 em chamadas (ou escolher outros modelos em www.vodafone.pt). Mude para o Vodafone Voz Fixa e mantenha os números da sua empresa.

Condições válidas mediante contrato de 24 meses.

Viva o momento
now